



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ANA CRISTINA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DINÂMICAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (2014-2024)**

**CHAPECÓ
2025**

ANA CRISTINA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DINÂMICAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (2014-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

Orientador: Prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol

CHAPECÓ
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul

Chapecó, SC-Brasil

CEP: 89815-899

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Silva, Ana Cristina da

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DINÂMICAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
(2014-2024) / Silva, Ana Cristina da . -- 2025.
170 f.

Orientador: Prof Dr Joviles Vitório Trevisol

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Chapecó, SC, 2025.

1. Políticas educacionais. 2. Educação superior. 3.
Plano Nacional de Educação. 4. Chapecó. I. Trevisol,
Joviles Vitório, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANA CRISTINA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DINÂMICAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (2014-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 16/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



JOVILES VITORIO TREVISOL

Data: 23/01/2026 10:13:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr. Joviles Vítório Trevisol - UFFS

Orientador

Documento assinado digitalmente



NILCE FATIMA SCHEFFER

Data: 22/01/2026 22:56:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Drª Nilce Fátima Scheffer - UFFS

Avaliadora

Documento assinado digitalmente



ODILON LUIZ POLI

Data: 26/01/2026 15:48:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr. Odilon Luiz Poli - UNOCHAPECÓ

Avaliador Externo

Prof.ª Drª Mirian Carbonera - UNOCHAPECÓ

Avaliadora Suplente

Dedico este trabalho, todo empenho e esforço nele empreendido, ao grande amor da minha vida meu filho Lorenzo e aos meus sobrinhos/as Ana Gabriela, Arthur, Karina, Guilherme, Leonardo Mohr, Leonardo Zolin, Lucas, Valentina, Vicente, Vinicius Zmijevski, Vinicius Zolin, que sempre se dedicam aos estudos. Amo vocês!

Ao meu pai José Nicolau da Silva e ao meu cunhado Vitacir Camatti (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Quando uma jornada termina, o coração se enche de gratidão, pois cada passo foi tecido com desafios, incentivos, gestos generosos e conquistas silenciosas. Agradecer é transformar em eternidade o carinho por aqueles que, com presença ou palavra, iluminaram o caminho e fortaleceram nossa coragem.

Ao professor Dr. Joviles Vitório Trevisol, pela acolhida, por todo empenho e dedicação na tarefa de me orientar na realização desta pesquisa. Pelo seu comprometimento com a pesquisa e com a qualidade da educação.

Agradeço meu esposo Ocimar Luiz Zolin, pelo amor, carinho, compreensão, gentileza. Agradeço por sempre me apoiar, me guiar, me ouvir, pela paciência e cuidado demonstrados ao longo destes anos de estudo. Por ser muitas vezes, pai e mãe do Lorenzo. Sem você eu não teria conseguido, não teria tido condições de realizar o mestrado em educação.

Ao meu filho Lorenzo da Silva Zolin, amor da minha vida, pelo carinho e compreensão quando a mãe estava ausente para estudar.

A minha mãezinha Joana Teresa Nardi pelo amor, carinho, por cuidar de nós, pelas comidinhas quentinhas e gostosas todos os dias.

Aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dr.^a. Nilse Fátima Scheffer, Prof.^a Dr.^a. Mirian Carbonera e Prof.^o Dr. Odilon Luiz Poli pelo aceite em avaliar e contribuir com o desenvolvimento da dissertação.

Ao PPGE da Universidade Federal da Fronteira Sul e servidores, por todo apoio e suporte sempre pronto atendimento a todas as demandas e seus professores que ministraram disciplinas e seminários, compartilhando conhecimentos e reflexões.

Aos meus irmãos Ana Paula, Ana Carla, Ana Fernanda, Patrícia, João e Marcelo e meus cunhados/as especialmente Cleder, Fábio, Zeno e Josiane que pacientemente compreenderam e me apoiaram para que este sonho se tornasse realidade.

Aos meus sobrinhos Ana Gabriela, Karina, Valentina, Arthur, Guilherme, Leonardo, Vicente, Vinícius, pelo apoio neste desafio e pela compreensão da minha ausência neste período.

A todos os colegas da turma do PPGE 2023, pela amizade, pelas trocas de experiências e apoio nos momentos mais desafiadores.

As minhas amigas e parcerias de estudos, trocas de artigos, livros e textos Jussani Derussi, Benete Maria Conci e Adriana Petrolí por todo apoio e incentivo.

A equipe do Centro de Memórias do Oeste (CEOM), em nome da professora Dr^a Mirian Carbonera e do professor Dr. André Luiz Onghero pelo apoio e acolhida.

A todos os meus colegas de trabalho da Coordenadoria Regional de Educação de Chapecó, especialmente aos colegas do Setor do Desenvolvimento Humano.

RESUMO

A presente dissertação analisa as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior no município de Chapecó, no contexto das políticas nacionais estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), no período de 2014 a 2024. Chapecó, município de porte médio, destaca-se como a principal cidade do oeste de Santa Catarina, tanto pelo desenvolvimento econômico quanto pelo crescimento populacional, configurando-se como um espaço estratégico para compreender os impactos das políticas educacionais na expansão do ensino superior. O estudo objetiva: i) compreender as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó no contexto das políticas e das metas estabelecidas pelo PNE 2014-2024; ii) identificar os principais atores institucionais (públicos, comunitários e privados) que têm exercido liderança no processo de expansão da educação superior desde a criação da Fundeste, em 1970, até o ano de 2024; iii) sistematizar os indicadores da educação superior em Chapecó em relação ao perfil das IES, modalidades de ensino, categorias administrativas, cursos, matrículas, concluintes, etc; iv) Traçar o perfil dos discentes da educação superior no que tange matrículas, ingressantes, concluintes, faixa etária, raça/etnia, gênero e acesso por tipo de financiamento; v) Analisar a evolução da modalidade educação à distância no regime de oferta de cursos de graduação, matrículas, ingressantes e concluintes em Chapecó. Em termos metodológicos, a pesquisa pode ser definida de natureza descritiva com uma abordagem integrando a pesquisa qualitativa e quantitativa. Os dados quantitativos utilizados foram obtidos e sistematizados a partir das bases do Censo da Educação Superior do INEP. Esses dados foram consolidados em uma base dimensional, sobre a qual foram aplicadas técnicas de análise estatística descritiva e inferencial, bem como análises de séries temporais, possibilitando uma investigação quantitativa que embasou interpretações críticas. A pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida por meio de livros, artigos, teses, dissertações, relatórios, documentos e informações obtidas em sites institucionais. A pesquisa demonstrou, entre outros resultados, um aumento de 183,3% no número de IES, a quantidade de cursos de graduação saltou de 217, em 2014, para 1.365, em 2024, distribuídos em 110 na modalidade presencial e 1.255 em EaD. Entre os cursos mais procurados, destacam-se Direito, na modalidade presencial, e Pedagogia, na modalidade à distância. O número total de matrículas passou de 17.610, em 2014, para 26.328, em 2024, representando um aumento de aproximadamente 49,5% neste período. Em 2024, a distribuição entre as modalidades revela que 58,3% das matrículas estavam concentradas no ensino presencial, enquanto 41,6% correspondiam à modalidade EaD.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Superior; Plano Nacional de Educação; Chapecó.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the dynamics of higher education development in the district of Chapecó, within the context of national policies established by the National Education Plan (PNE), during the period from 2014 to 2024. Chapecó, a medium-sized city, stands out as the main city of the Santa Catarina's west, both for its economic development and population growth, positioning itself as a strategic space for understanding the impacts of educational policies on the expansion of higher education. The study aims to: i) understand the dynamics of higher education development in Chapecó within the context of policies and targets established by the PNE 2014-2024; ii) identify the main institutional actors (public, community-based, and private) that have exercised leadership in the process of higher education expansion since the creation of Fundeste, in 1970, until 2024; iii) systematize indicators of higher education in Chapecó regarding the profile of HEIs, teaching modalities, administrative categories, courses, enrollments, graduates, etc.; iv) profile the students of higher education regarding age group, race, social condition, gender, and profile faculty members in terms of qualifications and age group; v) analyze the evolution of distance education modality in the provision of undergraduate courses and enrollments in Chapecó. In methodological terms, the research can be defined as descriptive, integrating the qualitative and the quantitative research as one. The quantitative data used were obtained and systematized from the INEP Higher Education Census databases. These data were consolidated into a dimensional database, where descriptive and inferential statistical analysis techniques were applied, as well as time series analyses, enabling a quantitative investigation that supported critical interpretations. Bibliographic and documentary research was conducted through books, articles, theses, dissertations, reports, documents, and information obtained from institutional websites. The research demonstrated, among other results, an increase of 183.3% in the number of HEIs; the number of undergraduate courses jumped from 217, in 2014, to 1,365, in 2024, distributed in 110 face-to-face modality and 1,255 in distance education. Among the most wanted courses, Law stands out in face-to-face modality, and Pedagogy in distance education modality. The total number of enrollments increased from 17,610, in 2014, to 26,328, in 2024, representing an increase of approximately 49.5% in this period. In 2024, the distribution among modalities reveals that 58.3% of enrollments were concentrated in face-to-face education, while 41.6% corresponded to distance education modality.

Keywords: Educational Policies; Higher Education; National Education Plan; Chapecó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Chapecó no período de sua criação, em 1917.....	63
Figura 2 - Registro fotográfico da assembleia de criação da Fundeste em 1970	71
Figura 3 - Registro fotográfico da primeira turma do curso de graduação da Fundeste em 1972	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das matrículas da Educação Superior por categoria administrativa	23
Tabela 2 – População de Chapecó em 1950 e 2022	64
Tabela 3 – Distritos de Chapecó emancipados entre as décadas de 1950 e 1960	64
Tabela 4 - Total de concluintes nos cursos de graduação da Fundeste até 1979	76
Tabela 5 - Os dez cursos de graduação presenciais com maior número de matrículas	108
Tabela 6 - Os dez cursos graduação EaD com maior número de matrículas	109
Tabela 7 - Evolução do número de matrículas, ingresso e concluintes por grau acadêmico.	112
Tabela 8 - Evolução do número de matrículas, ingresso e concluintes por tipo de rede	117
Tabela 9 - Evolução do número de matrículas por grupos étnico-racial	126
Tabela 10 - Evolução do número de matrículas por idade	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação referente à Educação Superior	25
Quadro 2 - Principais etapas da pesquisa com os indicadores da educação superior do INEP	31
Quadro 3 - Categorias, variáveis e subcategorias de análise.....	32
Quadro 4 - Universidades públicas federais criadas entre 2007 e 2014	41
Quadro 5 - Fundações Educacionais de educação superior de Santa Catarina (1964 - 1986)	67
Quadro 6 - Relação dos presidentes e vice-presidente da Fundeste no período entre 1970 e 2023.....	74
Quadro 7 - Cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela Unoesc – Campus Chapecó	79
Quadro 8 - Cursos de graduação presenciais e EaD e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ofertados pela Unochapecó – Campus Chapecó.....	81
Quadro 9 - Cursos de graduação presenciais e EaD e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ofertados pela UDESC – Campus Chapecó	84
Quadro 10 - Cursos de graduação ofertados no IFSC – Campus - Chapecó	86
Quadro 11 - Curso de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) do município de Chapecó	87
Quadro 12 - Cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FIE	89
Quadro 13 - Cursos de graduação da FAEM (UCEFF) no município de Chapecó.....	89
Quadro 14 - IES que ofertam curso de graduação EaD em Chapecó em 2024.....	91
Quadro 15 - Relação das IES que ofertam cursos e matrículas na educação superior no município de Chapecó em 2024	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de IES que ofertam cursos de educação superior presenciais e a distância no município de Chapecó.....	22
Gráfico 2 – Total de ingressantes com financiamento do FIES	38
Gráfico 3 – Evolução de ingressantes pelo financiamento do ProUni.....	39
Gráfico 4 – Evolução de discentes cotista no Brasil.....	45
Gráfico 5 - Evolução taxa bruta das matrículas da educação superior	48
Gráfico 6 – Evolução da taxa líquida das matrículas da educação superior	49
Gráfico 7 – Percentual de novas matrículas em IES públicas no Brasil.....	49
Gráfico 8 - Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado no Brasil	51
Gráfico 9 – Percentual de docentes da educação superior com doutorado no Brasil	52
Gráfico 10 - Total de títulos de mestrado concedidos por ano no Brasil.....	53
Gráfico 11 - Total de títulos de doutorados concedidos por ano no Brasil.....	54
Gráfico 12 - Evolução das Instituições por categorias administrativas	98
Gráfico 13 - Evolução das IES por organização acadêmica	99
Gráfico 14 - Evolução do número de IES por modalidade de ensino.....	100
Gráfico 15 - Evolução do número de cursos de graduação por grau acadêmico.....	102
Gráfico 16 - Evolução dos números de cursos de graduação por rede	104
Gráfico 17 - Evolução do número de cursos por categoria administrativa	105
Gráfico 18 - Evolução dos números de curso de graduação entre 2014 - 2024.....	106
Gráfico 19 - Evolução do número de matrículas por modalidade de ensino	113
Gráfico 20 - Evolução do número de ingressantes por modalidade de ensino.....	114
Gráfico 21 - Evolução do número de concluintes por modalidade de ensino.....	115
Gráfico 22 - Evolução do número de matrículas por categoria administrativa.....	117
Gráfico 23 - Evolução de número de ingressantes por categoria administrativa	118
Gráfico 24 - Evolução do número de concluintes por categoria administrativa	120
Gráfico 25 - Evolução do número de matrículas por gênero	123
Gráfico 26 - Evolução do número de ingressos por gênero	124
Gráfico 27 - Evolução do número dos concluintes por gênero	124
Gráfico 28 - Evolução do número de matrículas por programa de financiamento.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ACTs	Admissão de Professores em Caráter Temporário
AMAI	Associação dos Municípios do Alto Irani
AMEOSC	Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina
ANDES-SN	Associação Nacional de docentes do ensino Superior e Sindicato Nacional
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das IFES
CAM	Centro Universitário das Américas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CLARETIANOBT	Claretiano - Centro Universitário
CONSUN	Conselho Universitário
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CREDUC	Programa de Crédito Educativo
EaD	Educação à Distância
EPAFI	Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó
ESAB	Escola Superior Aberta do Brasil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
FACESC	Faculdade de Educação Superior de Chapecó
FACIE	Faculdade de Ciências da Educação
FAEM	Faculdade Empresarial de Chapecó
FEARPE	Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe
FEAUC	Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense
FEBAVE	Fundação Educacional Barriga Verde
FEBE	Fundação Educacional de Brusque
FEDAVI	Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí
FEMAI	Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani
FEMARP	Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe
FENESC	Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina
FEPEVI	Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí

FEPLAC	Fundação Educacional do Planalto Catarinense
FERJ	Fundação Educacional Regional Jaguaruense
FESC	Fundação Santa Catarina
FESSC	Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
FUMDES	Fundo Estadual de apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
FUNDESTE	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
FUNESC	Fundação do Extremo Oeste de Santa Catarina
FUNORTE	Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense
FUNPLOC	Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense
FUOC	Fundação Universitária do Oeste Catarinense
FURB	Fundação Educacional da Região de Blumenau
FURJ	Fundação Joinvilense de Ensino
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPUF	Movimento Pró-Universidade Federal
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEE	Plano Estadual de Educação
PLAMEG I	Plano de Metas do Governo
PLAMEG II	Plano de Metas do Governo
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades
SAC	Sociedade Amigos de Chapecó
SAIC	S.A Indústria e Comércio Chapecó
SciELO	Scientific Electronic Libray Online
SED	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Faculdade Senac Chapecó
SENAI	Faculdade de Tecnologia Senai Chapecó
SEP	Setor de Educação Permanente
SESI	Serviço Social da Indústria
SENACSP	Centro Universitário Senac
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil

TCU	Tribunal de Contas da União
TBM	Taxa Bruta de Matrículas
TLE	Taxa Líquida de Escolaridade
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UB	Universidade Brasil
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCSA	Fundação Univ. Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFESBA	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará
UFOB	Universidade Federal do Oeste do Pará
ULBRA	Universidade luterana do Brasil
UNAR	Centro Universitário de Araras
UNASP	Centro Universitário Adventista de São Paulo
UNC	Universidade do Contestado
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNIAN-RJ	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICESUMAR	Universidade Cesumar
UNICID	Universidade Cidade de São Paulo
UniCV	Centro Universitário Cidade Verde
UNIDERP	Universidade Anhanguera
UNIDOM–BOSCO	Centro Universitário Unidom - Bosco
UNIFAEL	Centro Universitário Fael
UNIFACVEST	Centro Universitário Facvest
UNIFAVENI	Centro Universitário Faveni
UniFavip Wyden	Centro Universitário Favip Wyden
UNIFATECIE	Centro Universitário Unifatecie
UNIGUAIACÁ	Centro Universitário Guairacá
UNILA	Universidade Federal da integração latino Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira
UNILASALLE	Universidade La Salle
UNIMAR	Universidade de Marília
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNI NABUCO	
RECIFE	Centro Universitário Joaquim Nabuco de Recife
UNINASSAU	Centro Universitário Maurício De Nassau
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
UNIS-MG	Centro Universitário do Sul de Minas

UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNIPLAC	Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense
UNIP	Universidade Paulista
UNOPAR	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
UNP	Universidade Potiguar
UP	Universidade Positivo
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
Universitas UNG	Universidade Universus Veritas Guarulhos
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNOESTE	Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	PROBLEMÁTICA	23
1.2	QUESTÕES DE PESQUISA	26
1.3	OBJETIVOS	27
1.3.1	Objetivo geral.....	27
1.3.2	Objetivos específicos	27
1.4	PERCURSO METODOLÓGICO	28
1.4.1	Natureza da pesquisa	28
1.4.2	Delimitação da pesquisa	29
1.4.3	Coleta de dados.....	30
1.4.4	Sistematização e análise dos dados.....	31
2	AS POLÍTICAS E AS DINÂMICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)	35
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	35
2.1.1	Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).....	36
2.1.2	Programa Universidade para Todos (ProUni).....	38
2.1.3	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....	40
2.1.4	Sistema de Seleção Unificada (SiSU).....	42
2.1.5	Lei de Cotas.....	44
2.1.6	Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).....	46
2.1.7	As metas 12, 13 e 14 do PNE.....	47
<i>2.1.7.1</i>	<i>Meta 12 – Universalização da Educação Superior</i>	<i>48</i>
<i>2.1.7.2</i>	<i>Meta 13 – Ampliar a Qualidade da Educação Superior</i>	<i>51</i>
<i>2.1.7.3</i>	<i>Meta 14: Ampliar a Pós-Graduação</i>	<i>53</i>
2.2	PRINCIPAIS DINÂMICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2014-2024).....	55
2.2.1	Democratização da educação superior no Brasil	55
2.2.2	A relação público e privado.....	57
2.2.3	A interiorização da educação superior brasileira	59
3	A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CHAPECÓ: ORIGEM E PRINCIPAIS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO	62

3.1	O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ: BREVE CARACTERIZAÇÃO	63
3.2	CHAPECÓ NO CONTEXTO DA INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	66
3.3	A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA IES: A FUNDESTE	70
3.4	A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE: A UNOESC	77
3.4.1	A criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	78
3.4.2	A criação da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó	80
3.5	A EXPANSÃO DAS IES PÚBLICAS EM CHAPECÓ	83
3.5.1	A UDESC – Campus de Chapecó	83
3.5.2	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC – Campus Chapecó	85
3.5.3	A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- Campus Chapecó	86
3.6	A EXPANSÃO DAS IES COM FINS LUCRATIVOS	88
3.6.1	A Faculdade Exponencial (FIE).....	88
3.6.2	A Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM)	89
3.7	A EXPANSÃO DAS EAD NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	90
4	A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CHAPECÓ: PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PNE (2014-2024).....	94
4.1	PERFIL DAS IES.....	94
4.1.1	Natureza administrativa.....	95
4.1.2	Organização Acadêmica.....	99
4.1.3	Modalidades de oferta.....	100
4.2	CURSOS	101
4.2.1	Grau acadêmico.....	102
4.2.2	Cursos por rede	103
4.2.3	Cursos por categorias administrativas.....	105
4.2.4	Cursos por modalidades de ensino.....	106
4.2.5	As áreas dos cursos de graduação	107
4.3	MATRÍCULAS, INGRESSANTES E CONCLUINTES.....	111
4.3.1	Grau acadêmico.....	111
4.3.2	Modalidade de Ensino.....	112
4.3.3	Tipos de rede	116
4.3.4	Categoria administrativa.....	117

4.4	DISCENTES.....	122
4.4.1	Matrículas por gênero.....	123
4.4.2	Perfil étnico-racial dos discentes.....	125
4.4.3	Faixa etária.....	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICE A - DADOS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	154
	APÊNDICE B - DADOS DOS CURSOS	155
	APÊNDICE C - DADOS DOS DISCENTES	158
	ANEXO A - LEI DE CRIAÇÃO DA FUNDESTE	162
	ANEXO B - ATA DE CRIAÇÃO DA FUNDESTE	163

1 INTRODUÇÃO

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos jovens.

Hannah Arendt, (2011).

O interesse e a motivação pelo tema se intensificaram ao longo da disciplina obrigatória que cursei no segundo semestre de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS, denominada “Educação, Estado e Sociedade no Brasil”. Os conteúdos desenvolvidos despertaram minha atenção sobre a importância e os impactos das políticas educacionais nos diferentes níveis de ensino e nos diferentes entes e esferas administrativas que integram o Sistema Nacional de Educação.

As análises sobre o Plano Nacional de Educação (2014-2024) me motivaram a estudar as dinâmicas recentes da educação superior a partir do espaço-tempo local, mas precisamente, a partir de um município de médio porte (Chapecó) localizado na região Oeste de Santa Catarina. A escolha do município de Chapecó deve-se a várias razões, entre as quais as de natureza pessoal e afetiva. Neste município realizei toda a minha formação escolar (educação básica) e acadêmica (graduação, especialização e mestrado). Enquanto mestranda de um programa de pós-graduação em educação entendi que poderia contribuir, de alguma forma, com o esforço de compreender as políticas e as dinâmicas da educação superior a partir do município onde resido, trabalho e continuo estudando. A presente pesquisa perpassada, além dos fatores acadêmicos, por muitas memórias e vivências.

O meu ingresso na educação superior iniciou em 1996, na primeira turma do curso de Educação Artística Licenciatura Plena em Artes Plásticas da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus Chapecó. A Unoesc era, naquela época, a única instituição de ensino superior (IES) existente no município. As políticas de assistência estudantil eram bastante restritas, limitadas aos descontos que a própria instituição concedia no valor das mensalidades e, eventualmente, aos recursos do Programa de Crédito Educativo (CREDUC) do governo federal Lei nº 8.436/1992. O FIES (Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior) ainda não existia naquele momento. Ele foi criado em 1999, no final do meu curso de graduação. Naquele contexto, eu fui uma das poucas estudantes do meu curso contemplado com bolsa de estudos, correspondente a 50% do valor da mensalidade, proveniente dos recursos da filantropia da Fundeste.

Em 2002 ingressei na carreira do magistério público do estado de Santa Catarina como docente da área de Arte na Escola de Educação Básica Professora Luíza Santin. Em 2021 passei a integrar a equipe da Coordenadoria Regional de Educação de Chapecó (CRE/SC), no setor de Desenvolvimento Humano. Este setor é responsável pela gestão de pessoal, abrangendo servidores, professores efetivos e admitidos em caráter temporário (ACTs), que atuam na educação básica da rede estadual de Santa Catarina nos nove municípios sob a jurisdição da Coordenadoria de Chapecó.

Como destacado, o meu ingresso na educação superior se deu na segunda metade dos anos 90, pouco mais de duas décadas após a implantação do primeiro curso de graduação no município de Chapecó. Os primeiros passos rumo à oferta de cursos superiores em Chapecó foram dados em 4 de julho de 1970, em uma Assembleia realizada no município de Chapecó para a criação da (Fundeste). A solenidade de instalação da entidade foi realizada quase dois anos depois, em 21 de fevereiro de 1972. As atividades letivas do primeiro curso de graduação da Fundeste (Pedagogia) iniciaram em 13 de março de 1972. A colação de grau da primeira turma de Pedagogia ocorreu em dezembro de 1974, com a formatura de 66 pedagogas¹. Como destacam Paim (1997), De Bastiani, Trevisol, Pegoraro (2018) e De Bastiani, Trevisol (2018) havia, naquele contexto, um enorme *déficit* educacional em todo o oeste catarinense. A criação de cursos de licenciaturas e de bacharelados, sobretudo no campo da formação de professores, administração de empresas, contabilidade e direito, era uma demanda contínua dos municípios da região. A necessidade se intensificou fortemente a partir dos anos 70 do século passado em virtude da expansão da agroindústria nos maiores municípios da região - sobretudo Joaçaba, Concórdia e Chapecó - e da emancipação de novos municípios na região. A crescente expansão da gestão pública municipal passou a demandar a contratação de docentes, contadores, administradores e bacharéis formados em direito.

A criação da Fundeste se deu no contexto da expansão da agroindústria. No início dos anos 70, o município de Chapecó já contava com importantes frigoríficos e cooperativos vinculados direta ou indiretamente, ao setor de processamento de proteína animal derivada de suínos e aves. Em 11 de novembro de 1952 foi criada a primeira agroindústria no município, a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), popularmente conhecida como Frigorífico Chapecó. Alguns anos depois, em 1956, surgiu a Indústria e Comércio Marafon Ltda (Pertille, 2008). Em 1967 foi criada a Cooperalfa e, em 1969, a Cooperativa Central Aurora Alimentos.

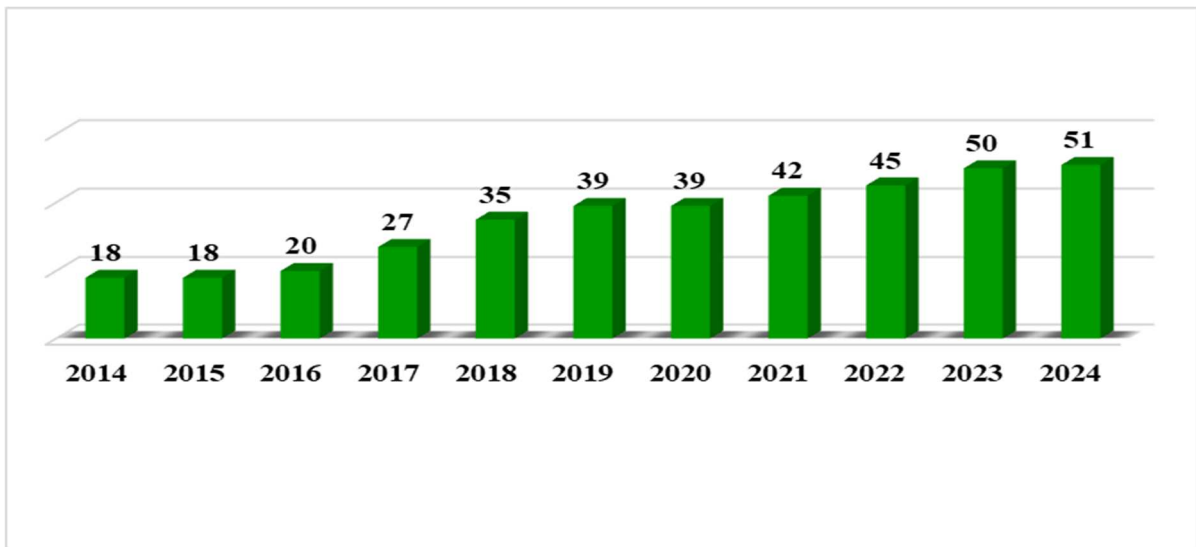
¹ Informações disponíveis na matéria intitulada “evento marca os 50 anos do curso de pedagogia”, publicada no site institucional da Unochapecó. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/evento-marca-os-50-anos-do-curso-de-pedagogia>. Acesso em: 28 out. 2024.

Em 1969, o então governador de Santa Catarina, Ivo Silveira, designou o político e empresário Plínio Arlindo de Nês - proprietário da S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) - para o cargo de Secretário dos Negócios do Oeste.

Uma das metas prioritárias do seu mandato exercido entre 1969 e 1975, era a criação de uma instituição de ensino superior (IES). Começou então o movimento pró-universidade e juntamente com a comunidade regional criam a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste). Além de ter sido o primeiro presidente da entidade, De Nês foi estudante da primeira turma da Fundeste, tendo se graduado em Pedagogia em 1976.

Em 2022, ano do cinquentenário da implantação do primeiro curso de graduação, o município de Chapecó contava com 45 instituições de educação superior (IES), ofertando cursos de graduação (presenciais e a distância), conforme ilustrado no Gráfico 1 e ofertando uma série de cursos de especialização *lato sensu* e *stricto sensu*.

Gráfico 1 – Evolução do número de IES que ofertam cursos de educação superior presenciais e a distância no município de Chapecó



Fonte: Elaborado pela autora com base no Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2022, 2023, 2024).

O desenvolvimento socioeconômico e cultural da região impulsionou a expansão da educação superior, assim como dela se serviu, para expandir e fortalecer outras dinâmicas. A educação superior tem tido um papel fundamental na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento, na geração de empregos qualificados e na promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação.

As estreitas correlações entre a educação superior e desenvolvimento regional motivaram a escolha desse tema. Apesar de ser apenas um, entre os 5.565 municípios

brasileiros, em Chapecó é possível perceber os desdobramentos das políticas nacionais de educação superior. As dinâmicas locais refletem as políticas definidas nacionalmente. Por meio de uma análise histórico-sociológica das políticas de educação superior pretendo contribuir, de alguma maneira, com o conjunto das pesquisas que visam compreender a educação superior regional. O estudo do local ajuda a compreender o nacional e vice-versa.

1.1 PROBLEMÁTICA

A expansão da educação superior no Brasil foi impulsionada por uma série de políticas educacionais, cujos impactos também podem ser percebidos no município de Chapecó. Com uma população estimada de 282.648 habitantes (IBGE, 2025), Chapecó experimentou, ao longo dos últimos anos, um processo de crescimento significativo na oferta de vagas na educação superior. Esse crescimento tem uma relação direta com as políticas de educação superior definidas pelos Planos Nacionais de Educação (PNE), sobretudo o referente ao período entre 2014 e 2024.

Na Tabela 1, apresenta-se um panorama da evolução das matrículas da educação superior no Brasil a partir de 1994, onde a análise nesta dissertação se aprofunda nos dados referentes ao período de 2014 a 2024, correspondente à vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).

Tabela 1 – Evolução das matrículas da Educação Superior por categoria administrativa

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
1994	363.543	231.936	94.971	970.584	1.661.034
2004	574.584	471.661	132.083	2.985.405	4.163.733
2014	1.180.205	616.101	165.260	5.878.199	7.839.765
2024	1.317.548	666.980	35.139	8.207.584	10.227.251

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Microdados do INEP. Censo da Educação Superior 1994, 2004, 2014 e 2024.

Com base nos dados do Censo da Educação Superior, verifica-se que, no período compreendido entre 1994 e 2024, o total de matrículas no ensino superior brasileiro passou de 1.661.034 para 10.227.251, o que corresponde a um crescimento de 615,71%. As universidades federais apresentaram expansão de 36,24% no número de matrículas, enquanto as universidades estaduais também registraram incremento, de 28,75%. Em sentido oposto, as universidades municipais evidenciaram uma retração de 63% em suas matrículas no mesmo intervalo

temporal. Destaca-se, entretanto, que o crescimento mais significativo ocorreu nas instituições privadas, que registraram elevação de 845,63% no total de matrículas, configurando-se como o principal vetor da expansão do sistema de educação superior no país.

Todo este crescimento foi impulsionado principalmente pelos programas e políticas implementadas a partir de 2003. O propósito principal das referidas políticas foi expandir o acesso à educação superior, principalmente para os jovens das camadas mais pobres. Os programas de financiamento estudantil como, o FIES, o ProUni e o REUNI foram fundamentais.

Na década de 1990, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), foram introduzidas inúmeras reformas na educação superior brasileira, algumas das quais alinhadas à agenda neoliberal proposta pelo Banco Mundial e pelo Consenso de Washington (Dal Bello, 2022). No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foram criados o Exame Nacional do Ensino Médio (em 1998) e o Fundo de Financiamento Estudantil (em 1999). Contudo, foi a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) que políticas de maior abrangência foram implementadas. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o programa de criação de novas universidades e institutos federais e as políticas de expansão da Educação a Distância (EaD). Além disso, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), criado em 2010, passou a utilizar as notas do ENEM para o ingresso nas universidades públicas, promovendo uma maior democratização no acesso.

Essas políticas também contribuíram para a criação de novas universidades federais e a expansão da EaD, permitindo que regiões do interior, como a região Oeste de Santa Catarina, tivessem acesso a instituições de ensino superior, como a Universidade Federal da Fronteira Sul. Além disso, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei de Cotas, sancionada em 2012, também foram medidas importantes para promover a inclusão social na educação superior, embora muitos estudiosos apontem que essas iniciativas ainda não são suficientes para reduzir as desigualdades sociais persistentes.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014. Juntamente do Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 14 de dezembro de 2015 pela Lei nº 16.794 com vigência entre 2015 a 2024, e a partir da Lei nº 18.755/2023 alterou o decênio do PEE 2015-2025. E o Plano Municipal de Educação (PME) instituído pela Lei Ordinária nº 6.740, de 11 de agosto de 2015 com vigência de 10 (dez) anos, apresentou metas ambiciosas para a educação superior.

As metas dos planos de educação incluem três objetivos principais para a educação superior: o aumento da taxa de matrículas entre jovens de 18 a 24 anos (Meta 12) e a melhoria da qualidade do ensino superior por meio da valorização do corpo docente e da ampliação dos programas de pós-graduação (Metas 13 e 14). No quadro 01 listamos as metas dos Planos, Nacional de Educação (PNE), Estadual de Educação (PEE) e o Municipal de Educação (PME).

Quadro 1 - Metas dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação referente à Educação Superior

META	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
META 12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014).	Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior pública e comunitárias. (SANTA CATARINA, 2015).	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior pública e comunitárias. (CHAPECÓ, 2015).
META 13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. (BRASIL, 2014).	Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência deste Plano. (SANTA CATARINA, 2015).	Articular, com a União, a elevação da qualidade da Educação Superior ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao fim da vigência do Plano. (CHAPECÓ, 2015).
META 14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (BRASIL, 2014).	Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até o final da vigência deste	Contribuir para elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a ampliar o número de mestres e doutores, até ao fim da vigência do Plano, em articulação com a União e o Estado (CHAPECÓ, 2015).

META	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
		(SANTA CATARINA, 2015).	

Fonte: elaborado pela autora com base no Plano Nacional de Educação PNE (2014), Plano Estadual de Educação PEE (2015) e o Plano Municipal de Educação PME (2015).

A pesquisa busca compreender de que forma as dinâmicas locais e regionais refletem as políticas nacionais de educação superior, especialmente as estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Este estudo visa analisar essas dinâmicas no processo de expansão da educação superior no município de Chapecó, durante o período de vigência do PNE 2014- 2024.

O estudo sistematiza e analisa os indicadores referentes ao número de IES, cursos ofertados, números de matrículas, concluintes nas modalidades presencial e a distância, além do perfil dos discentes.

A principal questão que orienta a pesquisa é: de que modo às políticas nacionais implementadas durante o PNE 2014-2024 se refletem na educação superior no município de Chapecó? A pesquisa busca suprir uma lacuna nos estudos sobre a educação regional, especialmente no campo da educação superior.

1.2 QUESTÕES DE PESQUISA

Tendo em vista a problemática descrita acima, a pesquisa buscou responder às seguintes questões:

(i) Que dinâmicas estão presentes no processo de expansão da educação superior do município de Chapecó durante o período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024?

(ii) Quais os principais atores institucionais (públicos, comunitários e privados) que têm exercido liderança no processo de expansão da educação superior, no período compreendido entre criação da Fundeste, em 1970, e o ano de 2024, marco final do Plano Nacional de educação (PNE)?

(iii) De que modo, e sob que aspectos, as dinâmicas de expansão da educação superior em âmbito local (municipal) refletem as políticas e as metas estabelecidas pelo PNE no período de 2014 a 2024?

(iv) Quais são as principais características da educação superior municipal em relação ao perfil das Instituições de Educação Superior quanto a modalidades de ensino, categorias administrativas, cursos, matrículas e qual é o perfil dos discentes da educação superior no que tange matrículas, ingressantes, concluintes, faixa etária, raça/etnia, gênero e acesso aos financiamentos?

(v) Que lugar e peso a educação à distância têm no regime de oferta da educação superior em Chapecó?

1.3 OBJETIVOS

Considerando as questões de pesquisa acima, o estudo tem como propósitos analisar a educação superior do município de Chapecó a partir dos seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior do município de Chapecó no contexto das políticas nacionais estabelecidas pelo plano nacional de educação PNE (2014 – 2024).

1.3.2 Objetivos específicos

(I) Compreender as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó no contexto das políticas e das metas estabelecidas pelo PNE 2014-2024.

(ii) Identificar os principais atores institucionais (públicos, comunitários e privados) que têm exercido liderança no processo de expansão da educação superior, desde a criação da FUNDESTE, em 1970 até o ano de 2024.

(iii) Sistematizar os indicadores da educação superior em Chapecó em relação ao perfil das IES, modalidades de ensino, categorias administrativas, principais cursos de graduação presenciais e à distância.

(iv) Traçar o perfil dos discentes da educação superior no que tange a matrículas, ingressantes, concluintes, faixa etária, raça/etnia, gênero e acesso aos financiamentos.

(v) Analisar a evolução das matrículas, ingressantes e concluintes nos cursos de graduação na modalidade à distância em Chapecó.

1.4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste estudo, os procedimentos metodológicos foram organizados da seguinte forma: natureza da pesquisa; delimitação da pesquisa; coleta de dados; e, por último, a sistematização e análise dos dados.

1.4.1 Natureza da pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa [...] entender os atores sociais situados e datados no mundo, bem como as políticas que os circunscrevem, é que mobiliza a produção crítica de conhecimentos acerca de informações e dados [...] (Favero; Pinheiro; Sartori, 2023, p. 77), escolheu-se para a pesquisa a metodologia de natureza descritiva. Com uma abordagem integrando a pesquisa qualitativa e quantitativa, segundo Flick (2008, p.39) “a pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa e vice-versa sendo ambas combinadas visando a fornecer um quadro mais geral da questão em estudo”.

Nesse sentido, a pesquisa quantitativa e a qualitativa oferecem a possibilidade de trabalhar os dados numéricos por meio de ferramentas estatísticas, enquanto as informações qualitativas podem ser analisadas e compreendidas a partir da observação e do diálogo (Favero; Pinheiro; Sartori, 2023). Para Gatti (2004), Lakatos e Marconi (2003) as abordagens quantitativa e qualitativa não se opõem, mas se complementam, pois contribuem para uma compreensão mais ampla e aprofundada dos fenômenos e fatos estudados.

Para esta pesquisa, adotou-se uma abordagem bibliográfica e documental, com foco na organização e análise dos indicadores da educação superior no município de Chapecó. Foi utilizado dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como os microdados dos Censos da Educação Superior referentes ao período de 2014 a 2024. Nesse processo, foram realizadas leituras e análises de livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios que abordam as políticas e dinâmicas da educação superior no Brasil, em Santa Catarina e, especificamente, na região Oeste Catarinense.

Conforme destaca Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nessa mesma linha, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) afirmam que a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Diante disso, a presente pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consulta ao Portal SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), ao Portal de Teses e Dissertações CAPES, ao Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM) e às bibliotecas das universidades públicas e comunitárias do município de Chapecó.

A pesquisa documental, segundo Oliveira (2007, p.69), “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação”. Para realizar a presente pesquisa, buscou-se identificar e analisar os documentos, especialmente, atas, leis, decretos, portarias, fotografias que fundamentam a criação das principais IES no município de Chapecó, a começar pela Fundeste, instituída em 1970. Entre os materiais selecionados, será priorizada a análise dos seguintes documentos: i) Lei Municipal nº 141/1971; ii) Lei Estadual nº 4.614/1971; iii) Ata de criação da Fundeste 1971; iv) Lei Orgânica nº 14.723/2023; v) Lei nº 12.711/2012; vi) Lei nº 11.096/2005; vi) Lei de Diretrizes e Base nº 9.394 de 1996; vii) Cadernos do CEOM; viii) Lei nº 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação, ix) Lei Federal nº 11.892/2008 que cria o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC); x) Lei nº 6.740/2015 que instituiu o Plano Municipal de Educação, xi) Lei nº 16.797/2015 que instituiu o Plano Estadual de Educação, xii) Parecer nº 587/91, do Conselho Federal de Educação, favorável à implantação do projeto da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); xiii) Lei nº 12.029/2009, que dispõe sobre a Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); xiv) Resolução nº AS/002/2002, que cria a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

1.4.2 Delimitação da pesquisa

A presente pesquisa será realizada no município de Chapecó, localizado no Oeste de Santa Catarina. Entre as décadas de 1950 e 1960, o município iniciou um processo de desenvolvimento econômico impulsionado pela expansão da indústria de processamento de carne e derivados, bem como pela criação da primeira cooperativa. Atualmente, Chapecó possui

uma população aproximada de 254.785 habitantes, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,790 e um PIB per capita de R\$ 60.166,46 (IBGE, 2022)².

Esta pesquisa concentrar-se-á no período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e nas Instituições de Educação Superior que oferecem cursos de graduação no município de Chapecó.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2014) o município de Chapecó contava, com 18 IES, sendo 7 na modalidade presencial, 10 na modalidade à distância e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que ofertava cursos de graduação em ambas as modalidades. Totalizando 17.610 discentes matriculados.

Em 2024, o número de instituições de ensino superior com oferta presencial aumentou para 11, sendo que 5 delas passaram a disponibilizar cursos em ambas as modalidades (presencial e a distância) ao longo do decênio. No que se refere à modalidade de Educação a Distância (EaD), verificou-se a atuação de 40 IES no município, totalizando 26.328 estudantes matriculados.

Ressalta-se, ainda, que durante o período analisado, 9 instituições deixaram de ofertar cursos de graduação no município. Essas informações podem ser visualizadas no Quadro 14 na página 94.

1.4.3 Coleta de dados

Para a coleta dos dados, serão utilizados os microdados do Censo da Educação Superior do INEP, contemplando os anos de 2014 a 2024. Esses dados são preenchidos anualmente pelas instituições públicas e privadas de educação superior e passam por tratamento, avaliação e divulgação por parte do INEP. O censo contém informações sobre as instituições de ensino superior e os cursos de graduação ofertados por essas instituições.

As informações das Instituições de Ensino Superior (IES) estão organizadas em dimensões como tipo de rede, formas de organização acadêmica, categoria administrativa, unidade da federação, mesorregião, microrregião, município, nível acadêmico e grau acadêmico. O repositório contém também dados sobre a estrutura física das IES, como laboratórios e bibliotecas, e sobre o pessoal, como técnicos administrativos e docentes, quantificados por faixa etária e titulação.

² Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acesso em: 12 abr.2025.

As informações dos cursos superiores dessas IES, com recortes específicos para cada dimensão da instituição ofertante, abordam aspectos como grande área, área detalhada, área específica e rótulo. O repositório inclui o quantitativo de vagas oferecidas, número de matrículas, ingressantes, concluintes, bem como dados sobre forma de ingresso, forma de financiamento e características dos discentes, como faixa etária, gênero, raça/cor.

Os dados coletados para esta pesquisa se referem às modalidades de Ensino Presencial e Ensino à Distância (EaD) das Instituições de Ensino Superior presentes na cidade de Chapecó-SC, entre os anos de 2014 a 2024, período correspondente ao Plano Nacional de Educação (PNE). A pesquisa junto às bases de dados do INEP foi realizada por meio de seis etapas principais como demonstramos no quadro 2.

Quadro 2 - Principais etapas da pesquisa com os indicadores da educação superior do INEP

Etapas	Atividades e/ou procedimentos realizados
Primeira Etapa	Coletar os dados do censo da educação superior disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/ético-político-educacional e download dos dados de 2014 a 2024.
Segunda Etapa	Organização dos diversos arquivos de dados fornecidos pelo INEP em uma pasta local no armazenamento do computador pessoal.
Terceira Etapa	Estudo dos dicionários de dados dos arquivos fornecidos pelo INEP, com o objetivo de identificar e entender os dados disponíveis nos documentos em formato de planilhas eletrônicas.
Quarta Etapa	Realização dos procedimentos de extração dos dados relevantes para a pesquisa e criação de um banco de dados sobre a educação superior de Chapecó.
Quinta Etapa	Nesta Etapa, os dados da nossa base de conhecimento foram filtrados e sumarizados cuidadosamente para atender às categorias específicas da pesquisa. Este processo resultou na criação de conjuntos de dados organizados em tabelas e planilhas, prontos para serem submetidos às análises e gerar os resultados esperados.
Sexta Etapa	A etapa final concentrou-se na visualização interativa dos dados por meio de painéis, facilitando a exploração de insígnias e a apresentação dos resultados da pesquisa. Também foi crucial a validação da consistência dos dados, assegurando a confiabilidade das conclusões e estabelecendo um recurso para futuras investigações.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

1.4.4 Sistematização e análise dos dados

Os dados referentes à educação superior no município de Chapecó foram sistematizados a partir de categorias de análise, definida com base nas informações do dicionário de variáveis

do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Segundo Moraes (1999, p. 12), “a categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo”.

No quadro a seguir detalham-se as categorias de análise, as variáveis e as subcategorias definidas a partir dos microdados do Censo da Educação Superior do INEP que serão analisadas nesta pesquisa.

Quadro 3 - Categorias, variáveis e subcategorias de análise

Categoria	Variável	Subcategorias	Dados analisados
1- Instituições de Educação Superior (IES)	Categoria Administrativa	Pública Federal Pública Estadual Privada com fins lucrativos Privada sem fins lucrativos Especiais	Número de instituições presentes no município ano a ano por tipo de categoria administrativa
	Organização Acadêmica	Universidade Centro Universitário Faculdade Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Número de instituições presentes no município ano a ano por tipo organização acadêmica
	Modalidade de Ensino	Presencial À distância	Número de instituições presentes no município ano a ano que ofertam em cada modalidade de ensino.
2- Cursos de graduação	Grau Acadêmico	Bacharelado Licenciatura Tecnológico	Ano a ano, número de cursos por grau acadêmico.
	Tipo de Rede	Pública Privada	Ano a ano, número de cursos por tipo de rede.
	Categoria Administrativa	Pública Federal Pública Estadual Privada com fins lucrativos Privada sem fins lucrativos	Ano a ano, número de cursos por categoria administrativa.
	Modalidade de Ensino	Presencial À distância	Ano a ano, número de cursos por modalidade de ensino
	Área	Educação Artes e humanidades Ciências sociais, comunicação informação Negócios, administração e direito Ciências naturais, matemática estatística Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) Engenharia, produção e construção Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária Saúde e bem-estar Serviços	Os 10 cursos ano a ano com o maior número de matrículas presencial e EaD.
3 - Matrículas, ingressantes,	Grau Acadêmico	Bacharelado Licenciatura Tecnológico	Ano a ano, ingressantes, matrículas, concluintes

Categoria	Variável	Subcategorias	Dados analisados
concluintes	Modalidade de Ensino	Presencial À distância	Ano a ano, ingressantes, matrículas, concluintes
	Tipo de Rede	Pública Privada	Ano a ano, ingressantes, matrículas, concluintes
	Categoria Administrativa	Pública Federal Pública Estadual Privada com fins lucrativos Privada sem fins lucrativos	Ano a ano, número de cursos por categoria administrativa.
4-Discentes	Gênero	Feminino Masculino	Ano a ano, ingressantes, matrículas, concluintes
	Raça/etnia	Branca Preta Parda Amarela Indígena Não Declarada	Ano a ano, matrículas
	Cota	Reserva de Vaga Rede Pública Etnias Social Outras	Ano a ano, matrículas
	Financiamento	Auxílio Socioeconômico FIES PROUNI Outros	Ano a ano, matrículas
	Faixa etária	Menor 18 anos 18 a 24 anos 25 a 29 anos 30 a 39 anos 40 a 59 anos 60 ou Mais	Ano a ano, matrículas

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dicionários de variáveis do Censo da Educação Superior (INEP, 2014-2024).

Com o objetivo de compreender a estrutura e as dinâmicas da educação superior no município de Chapecó, elaborou-se o quadro 3 com base nos dados do dicionário dos dados do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período de 2014 a 2024. O quadro apresenta as categorias selecionadas para análise, com suas variáveis e subcategorias. Essas categorias, variáveis e subcategorias foram definidas a partir de sua relevância para o entendimento das políticas educacionais e da expansão do ensino superior no município de Chapecó. A análise desses dados visa identificar tendências, desafios e características específicas do cenário local ao longo da última década.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro deles, denominado “As políticas e as dinâmicas da educação superior no Brasil: análise do Plano Nacional de Educação (2014-2024)” visa contextualizar os dados e indicadores da educação superior no

Brasil no último decênio, correspondente ao período entre 2014 e 2024. O objetivo central consistiu em construir uma base teórica sólida que permita compreender de que forma essa temática vem sendo abordada no âmbito da educação superior. Para tanto, foram utilizados referenciais teóricos de autores com Barbosa (2019), Costa (2010), Santos (2018), Bezerra, Meneguim (2021), Sguissardi, (2008, 2015, 2023), Gatti; Sá Barreto; André; Almeida (2019), Ustárroz; De Quadros; Morosini (2017), Chauí (1999), Catani; Gilioli; Hey (2006), Catani; Hey (2007) Goellner; Carvalho (2024), Cury (2010), Teixeira (1968), Daflon; Feres Júnior; Campos (2013), Laval (2004), Trevisol; Nierotka, (2015), entre outros, cujas contribuições possibilitam uma análise crítica e aprofundada sobre os processos, políticas e transformações que permeiam o ensino superior no contexto local e nacional.

O segundo capítulo “A educação superior em Chapecó: período de vigência do PNE (2014-2014)” traz a história da origem e os principais ciclos de desenvolvimento da educação superior no município de Chapecó. A partir de uma pesquisa bibliográfica, busca-se identificar produções acadêmicas que abordam a temática, com o intuito de mapear os principais períodos de expansão e os atores institucionais - públicos, comunitários e privados - que desempenharam papéis de liderança nesse processo. A análise contempla o percurso histórico desde a criação da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), em 1970, a criação da primeira Universidade comunitária da Unoesc, a criação da Unochapecó; a expansão da IES públicas e das privadas. Neste capítulo são examinados fatores socioeconômicos, a atuação de lideranças locais e a participação da comunidade chapecoense na consolidação e no fortalecimento do ensino superior no município.

O terceiro capítulo, “A educação superior em Chapecó: Período de vigência do PNE (2014-2024)” dedica à sistematização dos resultados obtidos a partir da análise dos dados extraídos do banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com base nas categorias analíticas propostas por Moraes (1999). A investigação contempla as Instituições de Ensino Superior (IES), considerando variáveis como as modalidades de ensino, categorias administrativas, oferta de cursos, número de matrículas, dados referentes aos concluintes, bem como a evolução das matrículas nos cursos de graduação presencial. Será realizada uma análise do perfil discente, levando-se em conta aspectos como faixa etária, raça/cor, condição socioeconômica, gênero, entre outros indicadores relevantes. Uma seção para tratar da educação superior à distância com a sistematização da evolução das matrículas dos cursos de graduação desta modalidade.

2 AS POLÍTICAS E AS DINÂMICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)

Universidades foram criadas por todos os tipos de motivos: para preservar uma velha fé, para granjear prosélitos para uma nova fé, para treinar trabalhadores habilitados, para melhorar o padrão de profissões, para expandir as fronteiras do conhecimento e mesmo para educar os jovens.

Robert Paul Wolff (1993, p. 25).

O presente capítulo visa analisar as principais políticas e dinâmicas que moldaram o ensino superior brasileiro nas últimas décadas, sobretudo no período de vigência do Plano Nacional de Educação 2014-2024. As principais dinâmicas presentes no período, sobretudo a de expansão, democratização e privatização serão analisadas por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Os indicadores educacionais do período serão analisados com o propósito de identificar e compreender as continuidades e as rupturas que as políticas educacionais implementadas pelos diferentes governos - Dilma Rousseff (2014-2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e Luiz Inácio Lula da Silva (2023-...) impactaram a educação superior.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O PNE 2014-2024 foi aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado pela então presidenta Dilma Rousseff após quatro anos de intensos debates. O atraso na aprovação, prevista inicialmente para o ano de 2011, decorreu das intensas disputas que a matéria ensejou no Congresso Nacional. Pode-se afirmar que a educação é uma das áreas mais intensamente discutidas e disputadas. A formulação das políticas educacionais mobiliza, em geral, atores e interesses dos mais variados setores da sociedade. O contexto político, social, econômico e educacional do final da primeira década do século XXI é fundamental para compreender as metas e os objetivos estabelecidos pelo PNE para a educação superior.

Na primeira década deste século, sobretudo a partir de 2005, o governo federal implementou uma série de políticas e programas destinados à expansão e interiorização de IES, cursos e matrículas, cabendo destaque para o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas. Esse conjunto de políticas contribuiu para a democratização do acesso, sobretudo

dos jovens oriundos das famílias e dos segmentos sociais mais pobres (Barbosa, 2019; Costa, 2010).

Serão evidenciadas ao longo deste capítulo, as metas estabelecidas pelo PNE para a educação superior, pois refletem o esforço que o país vinha empreendendo para ampliar o acesso. A Meta 12 do PNE, por exemplo, previu a elevação da taxa bruta de matrículas (TBM)³ para 50% e a taxa líquida de escolarização (TLE)⁴ para 33% da população entre 18 e 24 anos. Estabeleceu, além disso, a oferta de 40% das matrículas em instituições públicas (BRASIL, 2014). As metas de expansão foram propostas com o intuito de reduzir as históricas desigualdades sociais, econômicas e raciais que historicamente restringiram o acesso e a permanência de determinados grupos no ensino superior. Segundo Sguissardi (2015), para ser democrática e não mera massificação a expansão da educação superior “[...] deve apoiar-se em, pelo menos, dois componentes: igualdade de condições de acesso, de escolha de cursos e carreiras a cursar, e de permanência com sucesso até a titulação” (Sguissardi, 2015, p. 81).

Não basta, neste sentido, abrir as portas da universidade; é fundamental garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham as mesmas oportunidades para escolher seus cursos, seguir suas carreiras e, mais importante, concluir sua formação com sucesso. Nessa mesma perspectiva, Chauí (1999) afirma que a democratização do acesso vai além da gratuidade da universidade pública, da qualidade da formação e da pesquisa. Ela deve ter compromissos com a promoção da justiça social. A democratização deve unir os aspectos pedagógicos e sociais, a igualdade de acesso e a permanência. As políticas descritas abaixo, implementadas no período de vigência do PNE 2001-2010, influenciaram diretamente a elaboração do PNE 2014-2024. Como destaca Barbosa (2019), elas potencializaram a entrada de estudantes provenientes de setores historicamente excluídos na educação superior.

2.1.1 Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1999 pelo governo Fernando Henrique Cardoso por meio da (Medida Provisória nº 1.827 (Brasil, 1999)). O referido programa veio para substituir o Programa Crédito Educativo (Creduc) (Goellner; Carvalho,

³ A Taxa Bruta de Matrícula (TBM) corresponde à relação, em percentual, entre o número total de pessoas matriculadas no ensino superior, independentemente da idade, e o conjunto da população de 18 a 24 anos, considerada a faixa etária adequada para esse nível de ensino (Inep, 2024).

⁴ A Taxa de Matrícula Líquida (TLM) indica a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em comparação ao total da população nessa mesma faixa etária no país (Inep, 2024).

2024). Em 2001 ele foi regulamentado pela Lei nº 10.260/2001, com o objetivo de estabelecer o financiamento das mensalidades de cursos de graduação em instituições privadas. Segundo Ikuta, (2023), entre 2000 a 2009 o programa possuía pouca atratividade, tanto para as instituições como para os estudantes, apresentando baixa adesão.

Durante o primeiro e segundo governo Lula (2003-2010) o programa foi reformulado pela Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, passando a denominar-se Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). As reformulações: (i) tornaram as regras mais flexíveis; (ii) delimitaram a renda familiar mensal bruta de até 20 salários-mínimos, (iii) introduziram mudança na operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e (iv) reduziram taxa de juros de 6,5% para 3,4% ao ano (Ikuta, 2023, p. 96). Para Goellner, Carvalho (2024, p. 05) “o FIES funciona como um programa de empréstimo estudantil, permitindo que os estudantes financiem as mensalidades e paguem após se formarem, com condições facilitadas”. Diferentemente do ProUni, que oferece bolsas de estudo, o FIES concede financiamento a juros baixos para que estudantes de baixa renda possam pagar as mensalidades de cursos superiores em instituições privadas.

Em 2017 ocorreu uma nova reestruturação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) por meio da Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Santos (2018, p. 16), destaca as medidas drásticas no novo FIES do governo de Temer:

[...] instituiu medidas mais arrojadas, entre elas: teto máximo de financiamento de até R\$ 5 mil de mensalidade e corte no número de contratos formalizados em relação ao ano de 2016. Como resultado, milhares de alunos foram excluídos, e outros, além de não terem seus contratos aditados, ficaram com uma enorme dívida mesmo sem terminar o curso.

O novo FIES garantiu um aumento de 300 mil vagas, taxa de juro zero e três novas modalidades de financiamento (MEC, 2017). Ainda durante o governo de Temer, foi introduzido o “P-Fies”, destinado a estudantes com renda familiar per capita de até cinco salários-mínimos (Goellner, Carvalho, 2024, p.22).

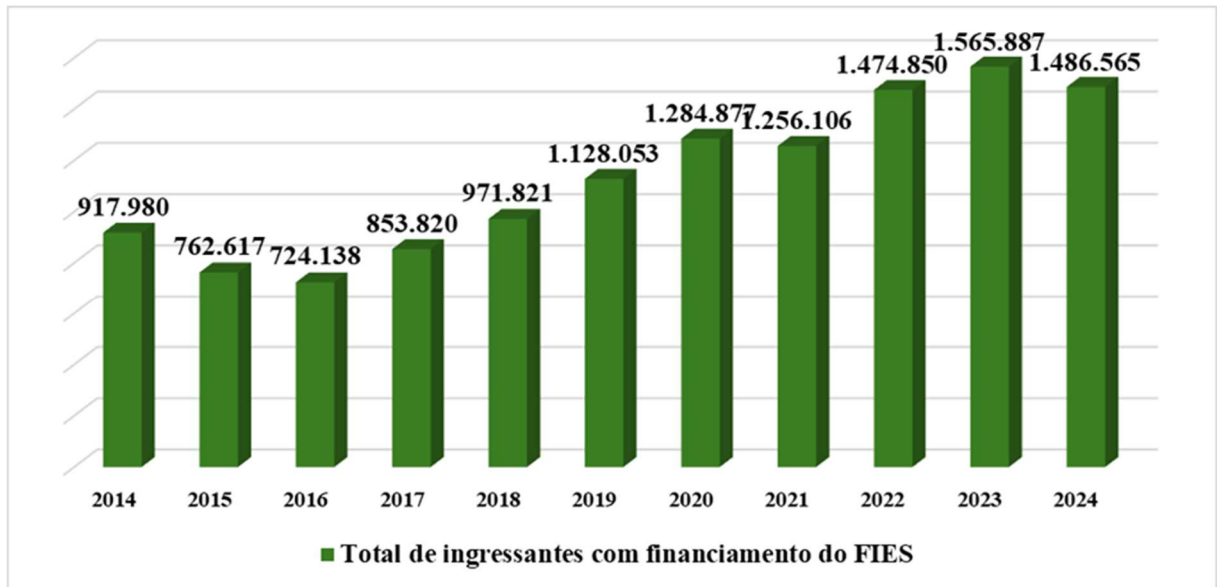
Para Bezerra, Meneguim (2022), o financiamento passa a ter um potencial maior em seu retorno econômico, pois há um maior aproveitamento de recursos públicos direcionados a quem teria uma possibilidade muito pequena de ingressar em algum curso superior privado.

Em 2023 ocorreu uma nova reestruturação do programa. O “Desenrola Fies”, instituído pela Resolução nº 55, de novembro de 2023, o qual flexibilizou a renegociação de dívidas de crédito do Fundo de Financiamento Estudantil (Brasil, 2023). Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), até 31 de dezembro de 2024 aderiram à renegociação

389,4 mil contratos, representando um saldo devedor renegociado de R\$ 17,7 bilhões (FNDE, 2025).

O Gráfico 2 apresenta a evolução do número de ingressantes na educação superior com financiamento do FIES ao longo do período de vigência do PNE (2014–2024).

Gráfico 2 – Total de ingressantes com financiamento do FIES



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

O gráfico 2 demonstra que, em 2014, início do período de vigência do Plano Nacional de Educação, o Fies registrou um total de 919.980 contratos e, em 2024, 1.486.565, contabilizando um crescimento de 61,58% (INEP, 2024). O financiamento também representa uma política de democratização do acesso, sobretudo aos estudantes das camadas sociais menos favorecidas, que não se qualificam para as bolsas integrais ou parciais. A reestruturação do FIES de 2017 também contribuiu para ampliar o número de vagas financiadas (Brasil 2017).

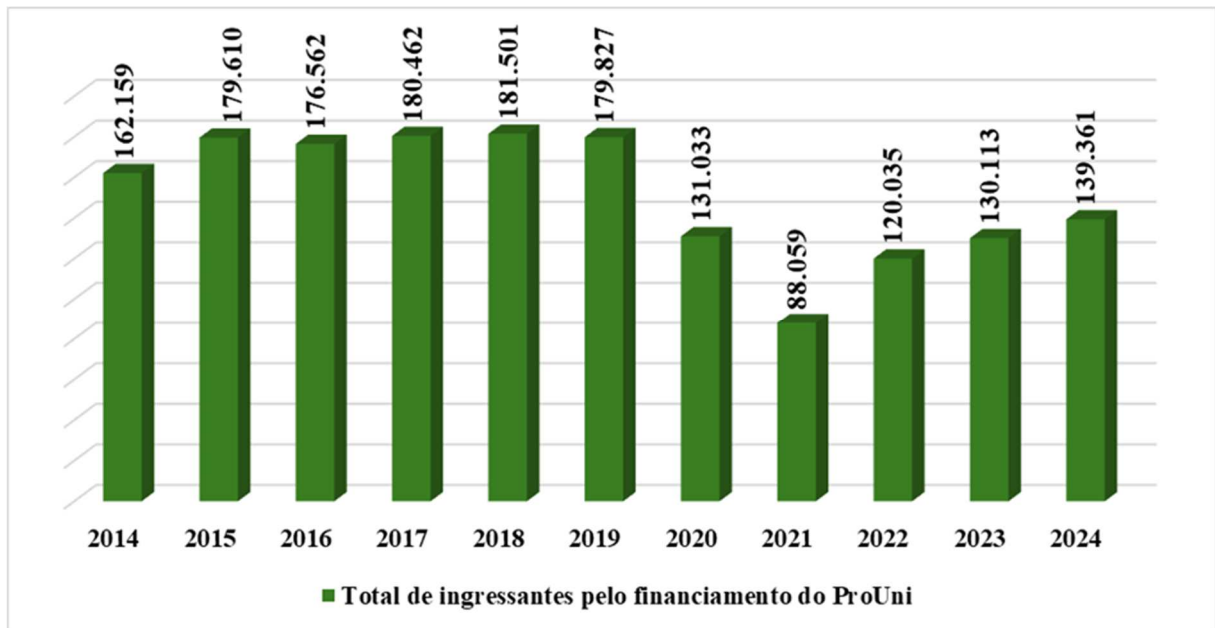
2.1.2 Programa Universidade para Todos (ProUni)

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi instituído inicialmente pela Medida Provisória nº 213/2004. No ano seguinte, por meio da Lei nº 11.096/2005, o ProUni se consolidou como uma das principais políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior privado. O propósito central do programa foi conceder bolsas de estudo integrais e parciais de (50%) em instituições privadas de ensino superior, com isenção de impostos para as instituições em troca da oferta dessas bolsas. O público-alvo são estudantes brasileiros de baixa

renda que ainda não possuem diploma de nível superior e que tenham cursado o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista integral. (Brasil, 2005).

Segundo o Ministério da Educação (2009), o ProUni visa diminuir as desigualdades sociais com a inclusão de brasileiros no ensino superior, reduzindo a defasagem de oferta nas universidades públicas (MEC, 2025). As instituições privadas e/ou filantrópicas inscritas no programa, de acordo com Catani, Hey (2007), obtêm renúncias fiscais, tendo como contrapartida a conversão dos impostos e contribuições não pagos em bolsas de estudo: integrais, no caso de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo, ou parciais, para famílias com renda per capita entre um e três salários-mínimos, destinadas a estudantes de baixa renda. O Gráfico 3 detalha o total de ingressantes que obtiveram financiamento por meio do ProUni durante o período de vigência do PNE (2014-2024).

Gráfico 3 – Evolução de ingressantes pelo financiamento do ProUni entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base no Censo da Educação Superior do INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Durante o período de vigência do PNE 2014-2024, o Programa Universidade para Todos (ProUni) financiou aproximadamente 1.668.722 estudantes em todo o país (INEP, 2024). Esse financiamento contribuiu diretamente para a democratização do acesso nas IES privadas e filantrópicas. Observa-se, contudo, que, conforme apontam Catani, Gilioli, Hey (2006), essa política pública de acesso ao ensino superior apresenta limitações, uma vez que dedica pouca atenção à permanência dos estudantes, elemento fundamental para a efetiva democratização.

2.1.3 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo principal de “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007, art.1º). Segundo Borges, Aquino (2012), o decreto prevê o aumento de ofertas de vagas nos cursos de graduação, busca o aumento de ofertas de cursos no noturno, as inovações pedagógicas e o combate à evasão, cuja meta é atenuar as desigualdades sociais no país (Borges, Aquino, 2012, p. 132). O programa também traz como meta a elevação da taxa de 90% das conclusões dos cursos de graduação presencial e para 18% o número de alunos presenciais por professor ao final de cinco anos a contar do início do plano (Brasil, 2007, art. 1º, § 1º).

Historicamente a educação superior brasileira é marcada por profunda seletividade, favorecendo aqueles que sempre tiveram maior poder aquisitivo e excluindo os menos favorecidos (Favato, Ruiz, 2018). Nas últimas décadas, ocorreram diferentes fases de expansão da educação superior: a primeira entre 1964 e 1980, onde o número de matrículas aumentou quase dez vezes. A segunda fase iniciou-se após o período de abertura política e redemocratização do país em 1995 (Borges, Aquino, 2012; Michelotto, Coelho, Zainko, 2006). Vários foram os fatores que auxiliaram na expansão da educação superior no país, entre eles a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, nesta lei a educação superior passou a contar com um capítulo específico de amparo legal para este nível de ensino. Segundo Silva e Sguissardi (2000), os dispositivos da nova lei desencadearam uma série de reformas, em grande medida alinhadas às recomendações de organismos multilaterais (Silva, Sguissardi, 2000, p. 88-89).

Nesta fase, a educação superior segundo os dados do censo da educação superior do INEP, entre 1996 e 2004, aumentou 151,6% nas instituições de ensino privadas (INEP, 1996 a 2004). Porém o crescimento do setor privado não é negativo, pois possibilita a uma parcela de estudantes o acesso à educação superior em regiões onde não havia universidades públicas (Michelotto, Coelho, Zainko, 2006).

Para a educação superior pública o período é marcado por disputas entre o governo, as IFES, Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (ANDIFES), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e o Sindicato Nacional (ANDES-SN) que se uniram para lutar

contra a proposta de transformar as atuais IFES em organizações sociais de fundações públicas de direito privado. Somado a desvalorização da carreira docente e as discussões sobre a autonomia universitária prevista na Constituição Federal de 1988, que a educação superior neste período se manteve estável (Silva, Sguissardi, 2000).

Em resposta ao crescimento das IES privadas, o governo Lula adotou uma série de medidas com o objetivo de expandir a oferta de ensino superior público e gratuito (Michelotto, Coelho, Zainko, 2006, p. 193). Entre estas medidas, em 2007 o governo Lula lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação através do Decreto 6.094/2007 e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O decreto estabeleceu um conjunto de diretrizes voltadas à reestruturação da educação superior, as quais buscavam não apenas ampliar o acesso, mas também reorganizar a dinâmica acadêmica e administrativa das universidades federais. Entre os principais eixos previstos estavam: a redução das taxas de evasão, a ocupação das vagas ociosas e a ampliação das oportunidades de ingresso, com ênfase no período noturno; a promoção da mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a flexibilização curricular; a atualização das metodologias de ensino-aprendizagem; a diversificação das modalidades de graduação; o fortalecimento das políticas de inclusão e assistência estudantil; e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (Brasil, 2007).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), entre 2003 e 2014 no primeiro mandato do presidente Lula e criação do Programa REUNI, foram criadas 18 novas universidades federais, passando de 45 para 63 instituições - um crescimento de aproximadamente 40%. No mesmo intervalo, o número de campi passou de 148 para 321 unidades, o que representa uma expansão de 117%, estas instituições estão distribuídas em 272 municípios do interior do Brasil (MEC, 2015, p. 32). No quadro 4 apresentam-se as IES criadas a partir do Programa REUNI.

Quadro 4 - Universidades públicas federais criadas entre 2007 e 2014

Sigla	Nome da IFES	Região	Lei de Criação
UFCSPA	Fundação Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	Lei nº 11.641 de 11/01/2008
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa	Sul	Lei nº 11.640 de 11/01/2008
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	Lei nº 11.029 de 15/09/2009
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	Norte	Lei nº 12.085 de 05/11/2009

UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana	Sul	Lei nº 12.189 de 12/01/2010
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nordeste	Lei nº 12.289 de 20/07/2010
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia	Nordeste	Lei nº 12.825, de 05/06/2013
UFESBA	Universidade Federal do Sul da Bahia	Nordeste	Lei nº 12.818, de 05/06/2013
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará	Norte	Lei nº 12.824, de 05/06/2013
UFCA	Universidade Federal do Cariri	Nordeste	Lei nº 12.826, de 05/06/2013

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados SIMEC/MEC/2025.

O Programa REUNI foi concebida com o propósito de contribuir com o aumento de cursos e vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação, e promover a democratização da permanência, a inclusão social e o aprimoramento da eficiência universitária (Andriola, Araújo, 2021). Para Silva, Nunes, Mallman (2011, p. 5), o Reuni promoveu o aumento de cerca de:

[...] 49% a oferta de vagas nos cursos de graduação, o que representa 65.306 novas vagas até 2010. Se considerado o Programa de Expansão para o Interior, que é anterior ao REUNI, somam 77.279 novas vagas na rede. O número de cursos aumentou de 2.190, em 2006, para 3.225, em 2010, em consonância com as diretrizes gerais estabelecidas pelo REUNI, destaca-se a expansão dos cursos noturnos, que, em 2006, eram 645 e em 2010 somam 1.129, configurando um crescimento de 75%.

O Reuni expandiu a rede federal de educação superior, mas permanece o desafio de garantir a infraestrutura necessária para garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão (Andriola; Araújo, 2021).

2.1.4 Sistema de Seleção Unificada (SiSU)

Com o objetivo de democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior, o Ministério da Educação criou, em 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Portaria Normativa nº 2 de janeiro de 2010). O SiSU foi criado com o propósito de auxiliar na seleção e distribuição das vagas para o ingresso na educação superior pública no país. Trata-se de um sistema por meio do qual o Ministério da Educação (MEC) seleciona os candidatos inscritos nos cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior participantes (BRASIL, 2010, Art. 1º). De acordo com o microdado do Censo da Educação Superior, até 2024 162 instituições haviam aderido ao SiSU (INEP, 2024).

Como descrevem Da Luz, Veloso (2014, p. 70) o estudante realiza a prova no seu próprio estado e cidade, sem a necessidade exigida pelo vestibular tradicional, no qual era necessário o deslocamento até a cidade da instituição para realizar a prova. Com a mudança,

criam-se oportunidades de concorrer a vagas, em nível nacional, o que de fato é a questão central do SiSU, “a seleção nacional”.

O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) ampliou o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, ao possibilitar que concorressem às vagas em cursos de graduação de instituições públicas de todo o país. Para Nogueira *et al* (2017), o SiSU apresenta três vantagens básicas: Em primeiro lugar, torna os processos de seleção mais baratos e eficientes, minimizando o problema de vagas ociosas ao facilitar o acesso de estudantes de todo o país por meio da plataforma online mantida pelo Ministério da Educação. Ele contribui, em segundo lugar, para promover maior mobilidade geográfica entre os estudantes, favorecendo o intercâmbio acadêmico e cultural e fortalecendo a integração nacional, uma vez que os candidatos puderam se inscrever em instituições de diferentes regiões sem a necessidade de prestar múltiplos vestibulares. Por fim, o programa oferece maior inclusão social dos grupos de alunos de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, quilombolas e indígenas. Isso se daria pela diminuição dos custos de participação em múltiplos processos seletivos e, principalmente, pela articulação obrigatória com a Lei de Cotas (Lei nº 14.723/2023).

Segundo o Ministério da Educação, o processo de seleção considera as escolhas dos candidatos inscritos, bem como os perfis social-econômico, conforme as disposições da Lei de Cotas nº 14.723/2023 (MEC, 2025). De acordo com Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017), os candidatos, ao se inscreverem para a seleção unificada, já ingressam no sistema com uma nota definida pelo desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nessa etapa, os participantes podem manifestar interesse em até dois cursos de graduação (primeira e segunda opção), além de escolher uma modalidade de concorrência. O sistema eletrônico do MEC, por sua vez, divulga diariamente as notas de corte previstas e as classificações provisórias, possibilitando que os candidatos alterem suas opções ao longo do período de inscrição, de acordo com suas chances de aprovação (Nogueira; Nonato; Ribeiro; Flontino, 2017, p. 67).

Em síntese, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), articulado à Lei de Cotas, introduziu um importante esforço para promover maior justiça e equidade no acesso à educação superior. No entanto, a própria lógica do sistema estimula comportamentos estratégicos por parte dos candidatos, ao mesmo tempo em que a ausência de garantias efetivas de permanência e mobilidade estudantil, somada à persistência das desigualdades sociais históricas, limita o alcance pleno de seus objetivos.

2.1.5 Lei de Cotas

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), posteriormente atualizada pela Lei nº 14.723/2023, é uma política nacional de ação afirmativa com um foco explícito na democratização do acesso ao ensino superior público. Estabelece a reserva de vagas em universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa reserva, há subcotas para estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (Brasil, 2023).

Segundo Trevisol, Dal Bello, Nierotka, (2023, p. 156):

As primeiras políticas de ações afirmativas na educação superior brasileira foram institucionalizadas no início dos anos 2000, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Lei n. 3.524 (Rio de Janeiro, 2000); pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF), Lei n. 3.708 (Rio de Janeiro, 2001); e pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Lei n. 4.061/2003.

Essas universidades foram precursoras na implementação de políticas de ações afirmativas, tema de grande relevância e sensibilidade para a sociedade brasileira. De acordo com Trevisol, Dal Bello, Nierotka, (2023), tais políticas foram alvo de críticas sob o argumento de que violavam o princípio da autonomia universitária, comprometiam a meritocracia e introduziam critérios considerados superficiais de ascensão social. Essas medidas geraram controvérsias a ponto de motivar questionamentos junto ao Supremo Tribunal Federal quanto à sua constitucionalidade e à legitimidade da política de inclusão.

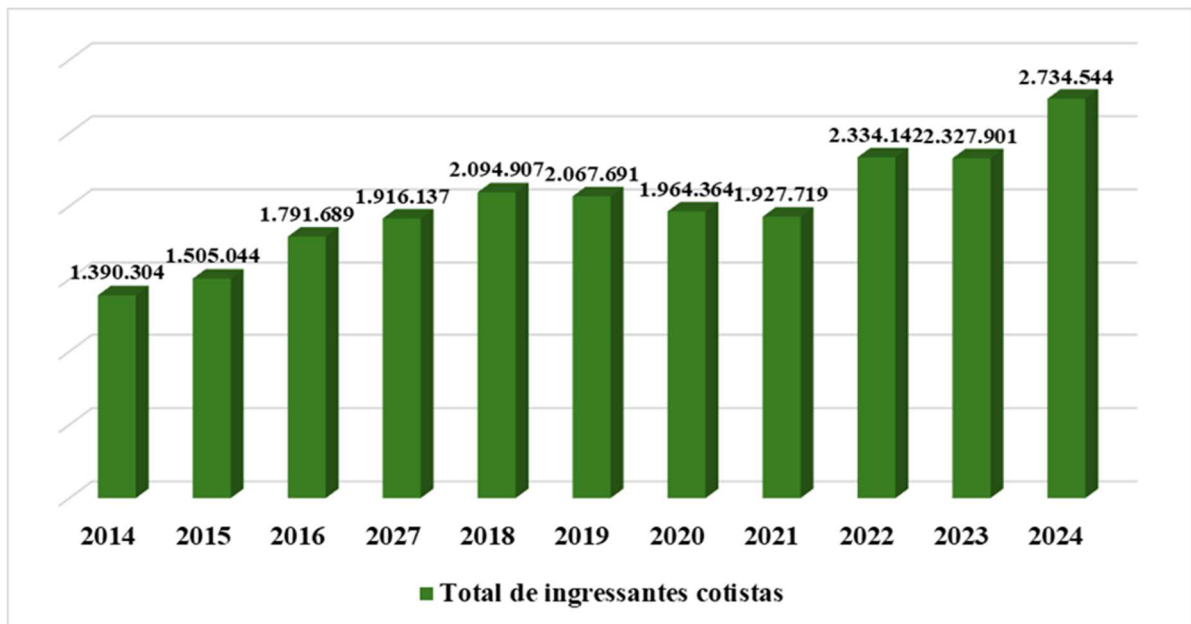
Após alguns anos de tramitação do processo movido pelo Partido Democratas (DEM) contra as políticas de inclusão adotadas pelas universidades, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2012, pela constitucionalidade das políticas de ações afirmativas implementadas nas instituições de ensino superior. O ministro-relator Ricardo Lewandowski julgou improcedente a ação proposta pelo partido (Trevisol; Nierotka, 2015). Essa decisão representou um marco jurídico importante, abrindo caminho para a aprovação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”.

A lei das cotas inclui os grupos sociais excluídos da sociedade, reconhecendo a necessidade de combater a exclusão educacional nas universidades públicas do país. Segundo (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013) o potencial inclusivo das cotas está diretamente relacionado a distribuições regionais:

[...] a Região Sul é a que oferece o mais alto percentual de vagas pelo sistema, privilegiando os alunos de escola pública. Já as regiões Nordeste e Centro-Oeste foram aquelas que mais se mostraram receptivas às cotas raciais, enquanto o Sudeste foi ao mesmo tempo a região que menos reservou vagas tanto de modo geral como para candidatas pretos e pardos (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013, p. 321-322).

Para Senkevics (2021), a Lei das Cotas representou um marco na definição de parâmetros inclusivos para acesso às IFES e resultou em uma expansão sem precedentes das políticas de ação afirmativa pelo país. No gráfico 4, apresenta-se o total de discentes ingressantes nas IFES no período de vigência do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Gráfico 4 – Evolução de discentes cotista no Brasil entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base no Censo da Educação Superior do INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

No Gráfico 4, observa-se a totalidade de discentes ingressantes nas universidades públicas por meio do sistema de cotas, que contempla diferentes subcotas: alunos oriundos de escolas públicas, estudantes de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Em 2014, o número de ingressantes foi de 1.390.304 estudantes, em 2024, o patamar de 2.734.544 discentes, o que representa um crescimento aproximadamente de 96,7% no período. Para Heringer (2018), o primeiro aspecto positivo das políticas de ações afirmativas na educação superior na última década foi a ampliação do acesso de estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas ao ensino superior. Esse aumento evidencia a efetividade das políticas de ações afirmativas, que contribuíram significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil.

A Lei de Cotas constitui um exemplo paradigmático de política nacional voltada à democratização do acesso à educação superior, ao estabelecer a reserva de 50% das vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, bem como para aqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escolas públicas. Contudo, o Brasil ainda precisa avançar nas questões relacionadas à inclusão étnico-racial, de modo a consolidar políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social no âmbito educacional.

2.1.6 Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)

O Plano Nacional de Educação em vigor foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Ele representa o principal instrumento de planejamento e diretrizes para a educação brasileira para o decênio 2014-2024. Sua promulgação consolidou um esforço nacional para estabelecer metas e estratégias de longo prazo, visando aprimorar a qualidade, expandir o acesso e promover a equidade em todos os níveis e modalidades de ensino. Como um documento de Estado, o PNE buscando assegurar a continuidade das políticas educacionais e o cumprimento de compromissos sociais fundamentais (Brasil, 2014; Da Silva Carvalho, Oliveira, 2022).

O documento contém 20 metas e 254 estratégias para as políticas educacionais do decênio 2014-2024. Dentre as vinte metas estabelecidas pelo PNE, três delas se referem à educação superior (Metas 12, 13 e 14).

Para atingir as metas, conforme previsto na Lei nº 13.005/2014, a responsabilidade é compartilhada entre os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – em um regime de colaboração e articulação entre os sistemas de ensino (Brasil, 2014). O monitoramento contínuo e a avaliação periódica do PNE são atribuições de órgãos como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Tribunal de Contas da União (TCU), garantindo a transparência e a prestação de contas na implementação das políticas educacionais (Brasil, 2014; Gatti, Sá Barreto, De André, De Almeida, 2019).

Em 2024, o período de vigência do PNE foi prorrogado para o dia 31 de dezembro de 2025 (Lei nº 14.934/2024).

No item a seguir detalha-se para melhor compreender as políticas estabelecidas para a educação superior no último decênio. Por meio dos indicadores do INEP, pretende-se analisar a efetivação das Metas 12, 13 e 14 do PNE.

2.1.7 As metas 12, 13 e 14 do PNE

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu metas ambiciosas para a educação superior, visando não apenas a expansão do acesso, mas também a melhoria da qualidade e o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação. Elas reforçam a importância de se aprimorar o acesso e a permanência, a conclusão da graduação, melhorar a qualidade e a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, conforme prevê as metas:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (BRASIL, 2014).

Portanto, as metas 12, 13 e 14 do PNE (2014-2024) são especificamente direcionadas para a educação superior, refletindo a visão do Plano para a expansão, aprimoramento da qualidade e o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação no país. A seguir, dedica-se uma análise aprofundada de cada uma delas, discutindo suas proposições, os desafios para sua implementação em nível nacional e os indicadores que o INEP estabeleceu para alcançar as metas propostas, utilizando os dados de vigência do PNE em 2014 – 2024.

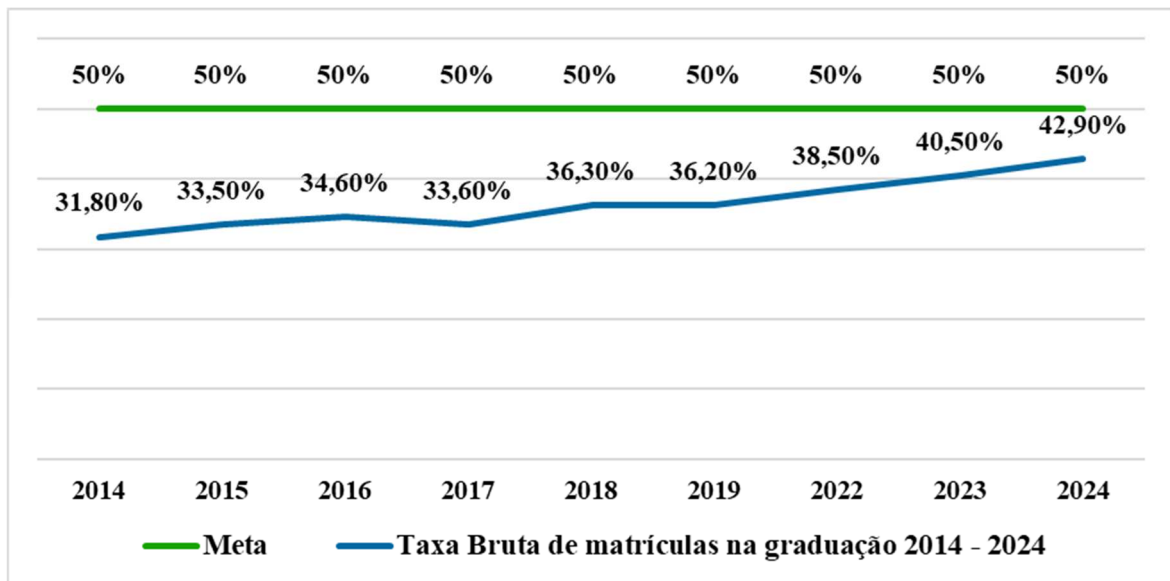
A análise de sua implementação ao longo do decênio revela as complexidades e os desafios inerentes à transformação de diretrizes em realidade, um processo que foi profundamente influenciado pelas políticas e prioridades dos diferentes governos que atuaram no período, conforme será explorado a seguir.

2.1.7.1 Meta 12 – Universalização da Educação Superior

A Meta 12 reflete a necessidade premente de ampliar o acesso à educação superior no Brasil, um país com indicadores historicamente baixos em comparação com a média global. Como apontado por estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2013, apenas 11,6% da população brasileira entre 24 e 34 anos possuía curso superior, um contraste significativo com países como o Chile, que apresentava uma taxa de 41,3% (Miotti, Bittencourt, Franca, 2024). A proposta central da Meta 12 foi, portanto, promover a universalização qualificada ao acesso à educação superior com um direcionamento explícito para o fortalecimento do segmento público.

No gráfico 5, lista-se o percentual da taxa bruta de matrículas na educação superior, no Brasil no período de vigência do PNE 2014-2024.

Gráfico 5 - Evolução taxa bruta das matrículas da educação superior entre 2014 – 2024



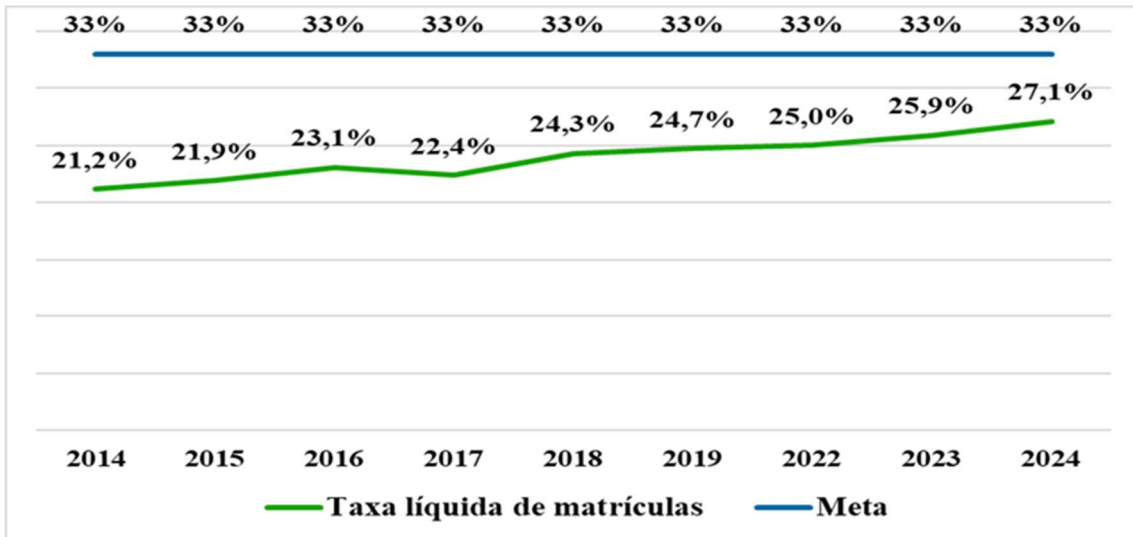
Fonte: elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2024).

* Os resultados de 2020 e 2021 foram suprimidos por recomendação do IBGE, em virtude de dificuldades na coleta de dados da Pnad-c durante a pandemia de Covid-19 (IBGE, 2022).

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 5, a taxa bruta de matrículas na educação superior atingiu o percentual de 42,9%. Em 2024, a população de jovens entre 18 e 24 anos totalizava 21.892.470 indivíduos, enquanto o número de estudantes matriculados em cursos de graduação no país era de aproximadamente 9.385.141 discentes (INEP, 2024). Para que a meta estabelecida fosse alcançada, seria necessário um acréscimo de 1.554.365 matrículas na educação superior.

O segundo indicador 12B da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como objetivo elevar a taxa líquida de matrícula no ensino superior para 33% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. No gráfico 6, apresentam-se as matrículas líquidas da educação superior do país no período de vigência do PNE.

Gráfico 6 – Evolução da taxa líquida das matrículas da educação superior entre 2014 – 2024

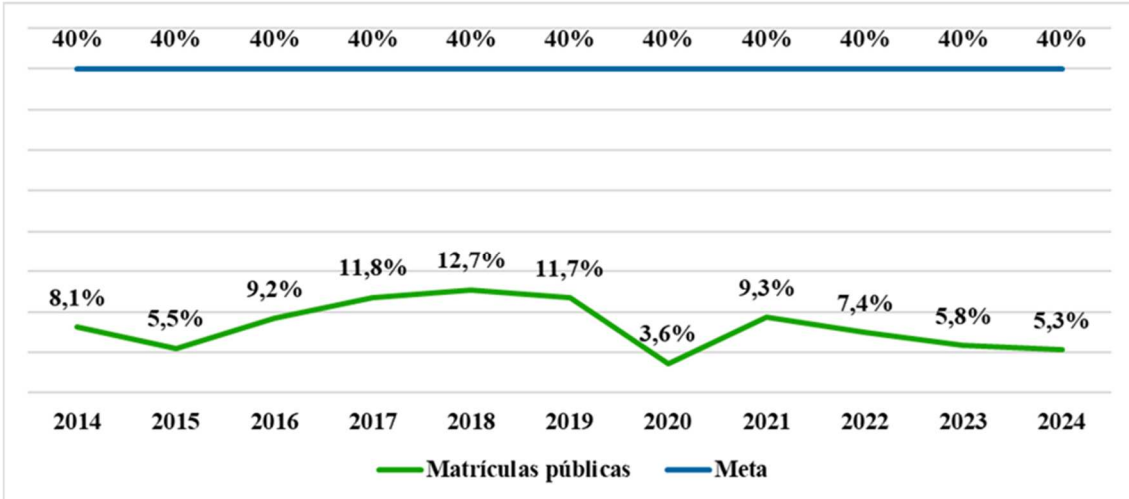


Fonte: Elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2024).

Segundo dados do INEP (2024), o número de jovens entre 18 e 24 anos que frequentavam ou haviam concluído a graduação era de 5.924.085. Considerando que a população total dessa faixa etária no país correspondia a 21.892.470 pessoas, a taxa líquida registrada em 2024 foi de 27,1%, ficando, portanto, abaixo da meta estabelecida pelo PNE.

No que se refere ao indicador 12 C – que propõe a expansão de 40% de novas matrículas no ensino superior público, apresenta-se no Gráfico 7 a evolução de novas matrículas ao longo do período de vigência do PNE (2014–2024).

Gráfico 7 – Percentual de novas matrículas em IES públicas no Brasil entre 2014 – 2024



Fonte: Elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2024).

Observa-se que, embora tenha ocorrido ampliação das matrículas nas instituições públicas, o crescimento não foi suficiente para alcançar a proporção prevista pela meta 12 indicador 12 C de 40% das novas matrículas. Segundo Da Silva Carvalho (2024), para atingir a meta seria necessário “[...] o crescimento de 79% para atingir por volta de 3.509.721 matrículas no ano de 2024, isto é, quase dobrar a quantidade de estudantes matriculados em IES públicas no país” (Da Silva Carvalho, 2024, p.11). Sendo, assim, a participação do setor público no total de novas matrículas permaneceu aquém do patamar de 40% estabelecido no PNE, reforçando a tendência de maior absorção da demanda pelo setor privado de ensino superior. Esse resultado evidencia que, apesar dos avanços observados no acesso à educação superior durante a vigência do plano, o Brasil não conseguiu universalizar o ingresso dos jovens na graduação em nível compatível com a Meta 12 do PNE (2014/2024). Enquanto as matrículas em IES públicas evoluíram timidamente, de 1.961.002 em 2014 para 2.064.834 em 2024, neste mesmo período, as matrículas nas IES privadas saltaram de 5.867.011 para 8.162.039, um crescimento de bruto de 39,11%.

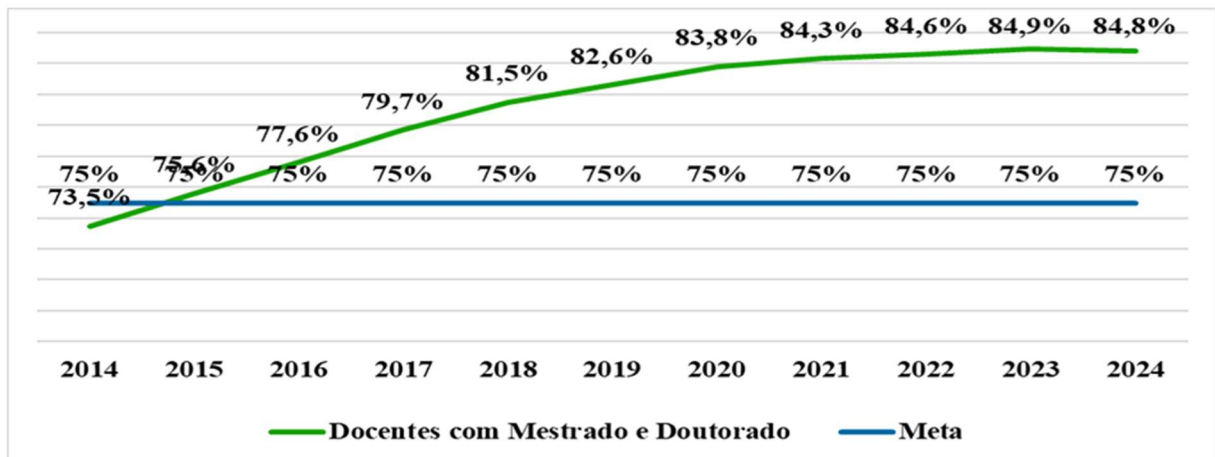
Ao analisar a Meta 12C, de novas matrículas na educação superior, ela registrou entre 2014 e 2024 o acréscimo de 2.398.860 novas matrículas, ao apurarmos o total de matrículas em 2024 no valor de 10.226.873 e subtraindo o total de matrículas em 2014, no valor de 7.828.013. Contudo, as IES públicas respondem por apenas 103.832 destas novas matrículas, computando um percentual 4,33%. Percentual este diferente do apresentado no gráfico baseado nos dados do monitoramento do PNE, mas condizente com os dados deste mesmo monitoramento quando desmembrado por número de matrículas. Por outro lado, as IES Privadas responderam por 2.295.028, computando um percentual de 95,67% das novas matrículas acrescidas no período.

2.1.7.2 Meta 13 – Ampliar a Qualidade da Educação Superior

A Meta 13 do PNE estabeleceu como objetivo ampliar a qualificação do corpo docente da educação superior. Quanto ao proposto pela Meta 13 de “elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores” (Brasil, 2014, p. 23). Esta meta sublinha a importância da qualificação docente como pilar fundamental para a elevação da qualidade do ensino superior. A presença de professores com titulação de mestrado e doutorado é um indicador fundamental para a excelência acadêmica, refletindo a capacidade das instituições de produzir conhecimento, desenvolver pesquisa e oferecer uma formação aprofundada aos estudantes.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do INEP 2024, o Brasil tinha, em 2024, um total de 319.705 docentes na educação superior, destes, 271.408 possuíam mestrado ou doutorado. O gráfico a seguir sistematiza os resultados do indicador 13A.

Gráfico 8 - Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado no Brasil entre 2014 – 2024

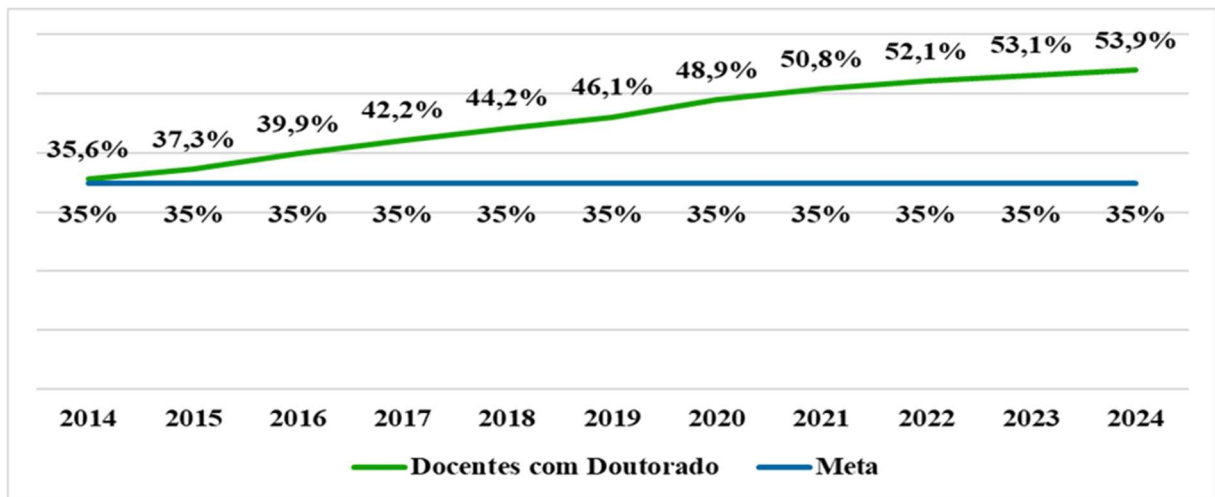


Fonte: Elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2024).

No primeiro ano de vigência do PNE, em 2014, o Censo da Educação Superior indicava que 73,5% dos docentes possuíam título de mestrado ou doutorado (INEP, 2014). Já em 2015, foi alcançado o objetivo central da Meta 13, que previa atingir 75% dos professores com essas titulações atuando na educação superior. Ao longo da execução do plano, esse índice apresentou crescimento gradual, chegando a 84,8% em 2024. Esse avanço evidencia um esforço contínuo de qualificação do corpo docente, aspecto fundamental para a elevação da qualidade da educação superior brasileira.

Dentro dessa meta o Indicador 13B especificou a necessidade de alcançar o patamar de 35% de docentes com doutorado atuando no ensino superior até 2024 (Brasil, 2014). Apresenta-se no gráfico 9, a evolução do percentual de docentes doutores em exercício no ensino superior brasileiro ao longo do período de vigência do PNE (2014-2024).

Gráfico 9 – Percentual de docentes da educação superior com doutorado no Brasil entre 2014 – 2024



Fonte: Elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2024).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP), observa-se uma trajetória de crescimento na proporção de docentes doutores ao longo da vigência do plano. O índice estabelecido no Indicador 13B, que previa alcançar 35% de docentes com doutorado na educação superior, foi atingido já no primeiro ano de vigência do PNE, chegando a 35,6%. No Gráfico 9, apresenta-se a evolução dos percentuais de docentes com doutorado atuando nas Instituições de Educação Superior (IES) do país. Em 2024, o índice alcançou 53,9%, ou seja, 18,9% pontos percentuais acima da meta estabelecida. Esse movimento segundo Chauí (2003) é o revalorizar à docência expressa não apenas o cumprimento de um requisito quantitativo, mas também uma mudança qualitativa na estrutura acadêmica nacional, uma vez que a titulação em nível de doutorado está diretamente associada ao fortalecimento da pesquisa, da produção científica e da integração entre ensino e extensão.

Nessa perspectiva, a evolução dos indicadores da Meta 13 reflete não apenas o cumprimento de uma meta numérica, mas um avanço qualitativo no projeto de desenvolvimento educacional delineado pelo PNE.

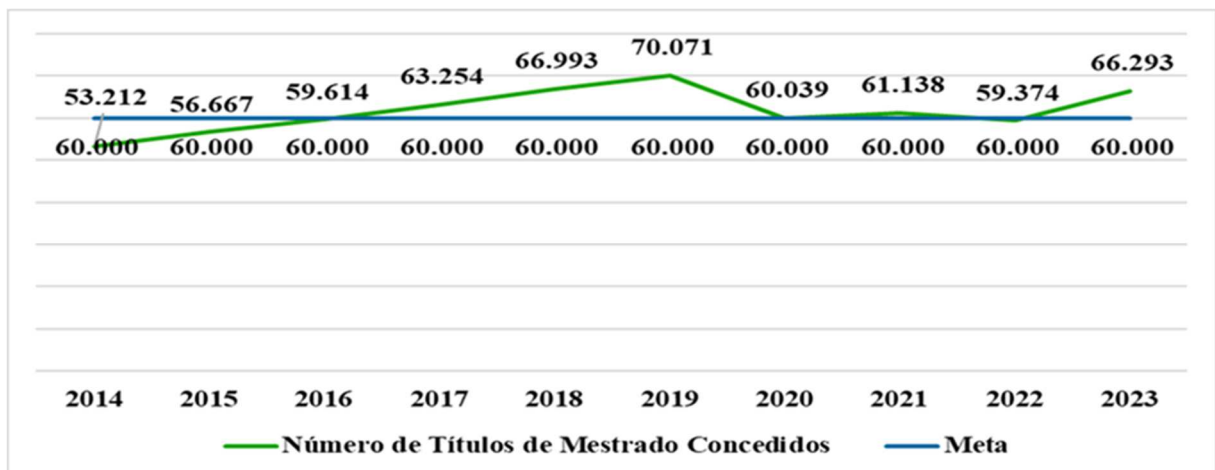
2.1.7.3 Meta 14: Ampliar a Pós-Graduação

Além de estabelecer metas para a expansão das matrículas de graduação e da melhoria da titulação dos docentes que atuam nas IES, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), estabeleceu metas para a expansão da pós-graduação *stricto sensu*. A Meta 14 estabeleceu o objetivo de elevar gradualmente o número das matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores (Brasil, 2014).

Os desafios para o cumprimento desta meta incluem a necessidade de investimentos contínuos em bolsas de estudo, infraestrutura de pesquisa e fomento a grupos de pesquisa. Além disso, a expansão deve ser acompanhada pela manutenção da qualidade dos programas, garantindo que os novos mestres e doutores formados contribuam efetivamente para o avanço do conhecimento e para as demandas da sociedade. A articulação entre as universidades, os centros de pesquisa e o setor produtivo é igualmente crucial para que a produção acadêmica se traduza em impacto real.

Para o monitoramento da meta, foram estabelecidos dois indicadores: 14A que visa acompanhar o número de título de mestrado concedido por ano no país. De acordo com o gráfico 10, onde se apresenta o total de títulos de mestrado acadêmico e profissional concedidos durante a vigência do PNE (2014-2024).

Gráfico 10 - Total de títulos de mestrado concedidos por ano no Brasil entre 2014 – 2023



Fonte: Elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2023).

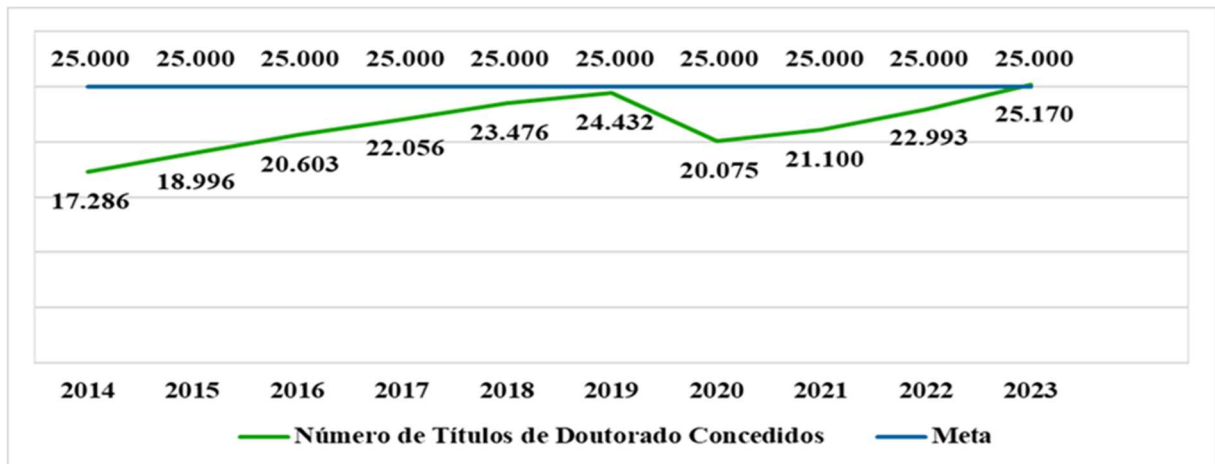
* Os dados referentes à Meta 14, indicador 14A, ainda não haviam sido publicados pela CAPES até o momento de fechamento deste estudo.

Conforme os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2024), apresentados no Gráfico 10, a titulação de mestres no Brasil apresentou um progresso significativo e contínuo entre 2014 e 2019. Em 2014, foram certificados 53.212 mestres, e, a partir desse número, os

índices aumentaram de forma constante, ultrapassando, em 2017, o patamar estabelecido pela meta, com 63.254 títulos concedidos. Os maiores números de titulação de mestrado ocorreram em 2018, com 66.993 títulos, e em 2019, com 70.071 títulos. Contudo, observou-se uma redução no número de títulos concedidos de 2019 para 2020, efeito atribuído tanto às restrições impostas pela Emenda Constitucional 95/2016, quanto aos impactos da pandemia de Covid-19. Esses dados indicam que, apesar de desafios conjunturais, houve um avanço expressivo na formação de mestres no país, contribuindo diretamente para o cumprimento das metas do PNE 2014–2024 relacionadas à qualificação do corpo docente e à expansão da pós-graduação.

A Meta 14 prevê, além da titulação de mestres, a formação de 25 mil novos doutores por ano no país. O indicador 14B acompanha a evolução do número de títulos de doutores concedidos anualmente. Conforme os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023), organizados no Gráfico 11 os números de títulos de doutorados concedidos no país durante a vigência do PNE (2014-2024).

Gráfico 11 - Total de títulos de doutorados concedidos por ano no Brasil entre 2014 – 2023



Fonte: Elaborado com base no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE, 2023).

*Os dados referentes à Meta 14, indicador 14A, ainda não haviam sido publicados pela CAPES até o momento de fechamento deste estudo.

De acordo com o Gráfico 11, observa-se um crescimento constante na titulação de doutores ao longo da vigência do PNE. O número de doutores concedidos apresentou melhora até 2019, atingindo 24.290 títulos, valor próximo da meta anual de 25.000 doutores. No entanto, nos anos de 2020, 2021 e 2022, o número de títulos de doutorado concedidos ficou abaixo do esperado, sendo 2020 o ano com o menor registro, aproximadamente 20.075 títulos, permanecendo abaixo da meta anual estabelecida. Em 2023 retornou o crescimento de títulos de doutores para 25.170.

Segundo Jardim (2020), a Meta 14 estabelece um número absoluto de titulações, o que implica a necessidade de aumentar as vagas e matrículas na pós-graduação e de garantir condições para que os estudantes concluam seus cursos, destacando a oferta de bolsas como um elemento fundamental. Até o momento de fechamento deste estudo, os dados referentes à Meta 14, indicador 14A e 14 B não haviam sido divulgados pela CAPES, o que limita uma análise mais aprofundada sobre o alcance das metas relacionadas à pós-graduação no âmbito do PNE. Essa ausência de informações dificulta uma avaliação mais precisa do cumprimento das metas relacionadas à expansão da pós-graduação, especialmente no que se refere ao aumento do número de mestres e doutores titulados, conforme previsto no PNE 2014–2024.

2.2 PRINCIPAIS DINÂMICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2014-2024)

A compreensão das transformações na educação superior brasileira no decênio do PNE (2014-2024) exige a aplicação de lentes teóricas que permitam ir além da mera descrição dos dados. Esta seção se propõe a aprofundar conceitos fundamentais que permeiam as políticas e as dinâmicas do setor em nível nacional, como a relação entre democratização e massificação, a tensão entre a expansão pública e a privatização, e o fenômeno da interiorização. Ao integrar perspectivas de autores renomados, busca-se oferecer uma análise mais crítica e contextualizada dos desafios e avanços enfrentados pelo sistema de educação superior no Brasil.

2.2.1 Democratização da educação superior no Brasil

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresenta três metas para a educação superior. A meta 12 visa a elevação da taxa bruta de matrículas (TBM)⁵ para 50% e da taxa líquida de escolarização (TLE)⁶ para 33% da população de 18 a 24 anos, e assegurar a oferta de 40% das matrículas em instituições públicas (Brasil, 2014). A meta 12 estabelece dados para expansão da educação superior, representa um marco jurídico de grande relevância para a democratização do acesso ao ensino superior, configurando-se também como um mecanismo potencial de empoderamento da classe trabalhadora (Ustárroz; De Quadros; Morosini, 2017).

⁵ A Taxa Bruta de Matrícula (TBM) corresponde à relação, em percentual, entre o número total de pessoas matriculadas no ensino superior, independentemente da idade, e o conjunto da população de 18 a 24 anos, considerada a faixa etária adequada para esse nível de ensino (Inep, 2024).

⁶ A Taxa de Matrícula Líquida (TLM) indica a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em comparação ao total da população nessa mesma faixa etária no país (Inep, 2024).

A democratização implica não apenas na ampliação do acesso, mas, fundamentalmente, a superação das desigualdades sociais, econômicas e raciais que historicamente limitam a entrada e a permanência de determinados grupos no ensino superior. Segundo Sguissardi (2015, p. 881), a expansão da educação superior para “[...] ser democrática e não se tornar mera massificação, deve apoiar-se em, pelo menos, dois componentes: igualdade de condições de acesso, de escolha de cursos e carreiras a cursar, e de permanência com sucesso até a titulação”. Isso significa que não basta apenas abrir as portas da universidade; é fundamental garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem, tenham as mesmas oportunidades para escolher seus cursos, seguir suas carreiras e, mais importante, concluir sua formação com sucesso.

Segundo Chauí (1999), a democratização do acesso vai além da gratuidade da universidade pública, da qualidade da formação e da pesquisa é uma luta pela aplicação democrática dos recursos orçamentários promovendo justiça social.

Dessa forma, a luta pela universidade democrática une os aspectos pedagógicos e sociais, a igualdade de acesso e a permanência. Ambas as perspectivas mostram que a democratização é um processo contínuo e complexo, que exige tanto políticas internas de inclusão quanto um engajamento ativo na defesa do financiamento público da educação superior.

A Lei de Cotas Lei nº 12.711/2012 e sua atualização pela Lei nº 14.723/2023 é outro exemplo paradigmático de política nacional que buscou atuar na dimensão da democratização ao estabelecer a reserva de 50% vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública (Brasil, 2023).

No que tange a democratização da educação superior, segundo Barbosa (2019), houve uma abertura acentuada permitindo a entrada de estudantes provenientes de setores anteriormente excluídos desse nível de escolarização. As políticas públicas voltadas à educação superior no Brasil têm como objetivo central garantir a equidade, ou seja, assegurar que diferentes grupos sociais tenham oportunidades semelhantes de acesso a esse nível de ensino. Tais iniciativas não apenas reforçam a democratização, mas também impulsionam o processo de universalização do acesso, buscando reduzir desigualdades históricas e sociais.

Nesse sentido, ao longo das últimas décadas, o Estado brasileiro implementou um conjunto de políticas e programas nacionais entre os quais se destaca o Programa Universidade para Todos (ProUni Lei nº 11.096/2005), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES, Lei nº 13.530/2017), a Lei de Cotas (Lei 14.723/2023) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). As

referidas legislações foram instrumentos nacionais poderosos para impulsionar a democratização do acesso à educação superior permitindo que milhões de estudantes ingressassem no ensino superior, seja em instituições privadas via bolsas e financiamentos ou públicas via expansão de vagas (Barbosa, 2019). As políticas citadas buscam garantir igualdade de direitos a todos, proporcionando as mesmas oportunidades de acesso à educação superior (Costa, 2010). Além de impulsionar tanto a universalização quanto a democratização ao acesso à educação superior no Brasil, implementou diversas políticas e programas nacionais, que serão detalhados a seguir.

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2009), o ProUni é uma iniciativa do governo federal que visa à diminuição das desigualdades sociais com a inclusão de brasileiros no ensino superior, reduzindo a defasagem de oferta nas universidades públicas (MEC, 2025). As instituições privadas e/ou filantrópicas inscritas no programa, de acordo com Catani, Hey (2007) obtiveram renúncias fiscais, tendo como contrapartida a conversão dos impostos e contribuições não pagos em bolsas de estudo: integrais, no caso de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo, ou parciais, para famílias com renda per capita entre um a três salários-mínimos, destinadas a estudantes de baixa renda.

2.2.2 A relação público e privado

A análise da evolução das matrículas na educação superior brasileira no período do PNE revela uma tendência marcante: a predominância do setor privado na expansão das matrículas. Embora o PNE estabelecesse a meta de que 40% das novas matrículas ocorressem no segmento público (Meta 12), a realidade demonstrou um crescimento muito mais acentuado do setor privado, impulsionado por programas de financiamento estudantil e pela flexibilização regulatória.

Essa dinâmica gerou tensões significativas entre o público e o privado, e a discussão sobre a mercantilização da educação superior tornou-se central. Sguissardi (2008) cunhou o termo “corrida do ouro” para descrever a expansão desenfreada do setor privado, onde a educação é tratada como uma mercadoria, priorizando o lucro em detrimento da qualidade e do compromisso social. Essa lógica de mercado, segundo ele, pode comprometer os princípios de qualidade e democratização.

Complementarmente, Laval (2004) argumenta que o neoliberalismo transforma a universidade em um "novo campo de acumulação de capital", onde a produção do saber eficaz

se sobrepõe a outros valores acadêmicos. Nesse contexto, a educação superior passa a ser vista como um produto a ser comercializado, e não como um direito social ou um bem público (Laval, 2004). Para Boaventura de Sousa Santos (2005), outra tensão entre a universidade pública e a privada é a descapitalização da universidade pública. Segundo ele, é um fenômeno mundial e, no caso do Brasil, a descapitalização das universidades públicas está relacionada com a redução dos recursos públicos, redução dos custos por estudantes e a desvalorização docente (Santos, 2005).

Para Ball (2004), a relação entre o público e o privado na educação, vem sendo fortemente marcada por uma lógica de performatividade e gerencialismo. A performatividade funciona para empurrar as instituições do setor público à maior convergência com o setor privado sob influência das políticas neoliberais, as universidades públicas passaram a adotar práticas de gestão típicas do setor privado, baseadas em resultados, metas e indicadores de produtividade. Essa racionalidade transforma a educação em um campo competitivo, em que o valor das instituições é medido por sua capacidade de demonstrar eficiência e desempenho, e não por seu compromisso social e formativo. Nessa perspectiva, a performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que se serve de críticas, comparações e exposições como meios de controle (Ball, 2005). Atuando como um mecanismo de controle e reconfiguração institucional, diluindo as fronteiras entre o público e o privado e legitimando a presença do capital e das parcerias empresariais no interior das universidades. O resultado é o enfraquecimento do caráter público da educação superior, que passa a ser orientada por lógicas de mercado, distanciando-se de seu papel emancipador e de formação cidadã (Ball, 2004, 2005).

O papel do Estado nesse cenário é complexo e ambíguo. Por um lado, o Estado atua na regulação do sistema, estabelecendo normas de credenciamento, avaliação e fiscalização para garantir um mínimo de qualidade. Por outro, fomenta programas de incentivo ao setor privado, como o FIES e o ProUni, e em políticas de avaliação e regulação, como o SINAES, que reforçam a cultura de desempenho e competição entre instituições.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos, estabeleceu um limite para o crescimento das despesas primárias do governo federal por um período de 20 anos, impactando fortemente os recursos destinados à educação. Essa medida abriu espaço para o processo de sucateamento das universidades públicas, ao restringir investimentos em infraestrutura e na produção científica nacional. De acordo com Sguissardi (2023), entre 2016 e 2020, houve uma redução significativa na concessão de bolsas de doutorado, que passaram de 2.219 para apenas 208, o que representa uma diminuição de 90,62% (Sguissardi, 2023, p. 21).

A Emenda Constitucional, com a promulgação do Decreto nº 9.057/2017, que flexibiliza as políticas de expansão da Educação a Distância (EaD), “permite que as Instituições de Ensino Superior (IES) ampliem a oferta de cursos nessa modalidade, inclusive de graduação, sem a necessidade de credenciamento prévio” (Gatti, Sá Barreto, André, Almeida, 2019, p. 55). Tal medida abre precedente para o que Laval (2004, p. 33) descreve como “um novo campo de acumulação de capital”, caracterizado pela transformação das universidades em verdadeiras indústrias de produção do saber eficaz. Nesse contexto, a educação superior passa a ser tratada como uma mercadoria, impulsionada por incentivos governamentais, enquanto as universidades públicas enfrentam contenção de gastos e escassez de investimentos.

2.2.3 A interiorização da educação superior brasileira

Apresenta-se neste texto uma breve síntese do ciclo da evolução da educação superior brasileira para se compreender o processo de interiorização que historicamente se concentrava nos grandes centros urbanos e em estados do litoral do país. De acordo com Anísio Teixeira, as IES (Teixeira, 1968, p. 19):

[...] é constante e crescente, mas a partir de 1945, acelera-se, vindo após 1960 a dar um verdadeiro salto, fundando-se, nos últimos sete anos, 13 universidades federais, 4 universidades privadas católicas, 3 universidades privadas leigas, 1 universidade estadual e 255 unidades docentes novas, compreendendo estabelecimentos isolados e novas unidades congregadas, além dos já existentes nas novas universidades.

Neste período ocorreu o primeiro ciclo da expansão da educação superior pública, marcado pela criação de 13 universidades federais. Tal processo desenvolveu-se entre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961) e a promulgação da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968). Em pleno regime militar, a expansão manteve-se concentrada nos grandes centros urbanos do país (Costa, 2017, p. 264).

As dinâmicas de expansão e interiorização da educação superior intensificaram-se nas décadas de 1990 e 2000. Nos anos 1990, a aprovação da Constituição Federal de 1988, denominada “Constituição Cidadã” por simbolizar a redemocratização nacional, acompanhada da homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), constituíram marcos fundamentais para a ampliação, interiorização e democratização da educação superior. Segundo Costa (2017, p. 264), esse processo de expansão ocorreu em:

[...] todo o país representou a criação de novas universidades, além da clássica ampliação de vagas. O predomínio privado foi ampliado vigorosamente, via incentivos governamentais; sendo usados para está finalidade, inclusive, os recursos

das novas tecnologias da comunicação que possibilitaram a oferta de Educação a Distância.

Para Cury (2010), a interiorização constitui uma política voltada à promoção da equidade territorial e social, na medida em que aproxima oportunidades educacionais de populações historicamente excluídas. Entre 1999 e 2010, o número de universidades federais no país passou de 39 para 55, evidenciando o crescimento desse processo (Cury, 2010). O autor ressalta, ainda, que é fundamental garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade do ensino superior. A criação de campi universitários em cidades do interior não apenas amplia o acesso físico, mas também estimula o desenvolvimento regional, contribui para a fixação de profissionais qualificados e favorece a produção de conhecimento voltada às demandas locais (Cury, 2010).

Em 2007, foi instituído o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O objetivo central desse programa foi “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007). Entre suas metas, destacavam-se a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial para 90% e a ampliação da relação de alunos presenciais por professor para 18 (Brasil, 2007). Para a educação superior brasileira a política de expansão do REUNI incluiu a interiorização, integração e regionalização da educação superior, com ampliação de campus, criação de novas universidades, considerada essencial para combater as desigualdades regionais para atender estudantes que não têm condições de se deslocar para outras regiões.

Nesse contexto, o REUNI configurou-se como uma das principais políticas de interiorização e democratização da educação superior pública no país. Com a criação de novos campi em regiões do interior e em cidades de porte médio, buscou reduzir as desigualdades territoriais de acesso ao ensino superior, antes concentrado nos grandes centros urbanos. De acordo com dados oficiais do Ministério da Educação, entre 2003 e o final de 2011 o número de municípios atendidos por universidades federais aumentou de 114 para 237. Nesse mesmo período, foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi, possibilitando a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. (REUNI, 2025).

A expansão da educação superior também ocorreu por meio das instituições privadas com fins lucrativos, cuja atuação foi legalmente reconhecida a partir dos Decretos nº 2.207/1997 e nº 2.306/1997. Esses dispositivos normativos regulamentaram a atividade mercantil no setor,

legitimando a presença de grupos empresariais na oferta de cursos de graduação e consolidando a lógica de mercado na educação superior brasileira (Sguissardi, 2015).

É importante notar que, embora o foco principal da interiorização seja a expansão da rede pública, iniciativas subnacionais, como o Programa Universidade Gratuita (Lei Complementar nº 866/2025) e o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDESC) Lei nº 18.672/2023 de Santa Catarina, também dialogam com esse objetivo ao buscar ampliar o acesso ao ensino superior em diferentes localidades do estado, ainda que por meio de instituições comunitárias ou privadas sem fins lucrativos e as privadas com fins lucrativos. No entanto, o detalhamento sobre o impacto e a dinâmica dessas políticas em nível local será abordado em um capítulo posterior, focado no município de Chapecó.

Compreender essas dinâmicas e os impactos das políticas nacionais é fundamental para analisar o cenário local. No próximo capítulo, aprofunda-se a investigação, detalhando como essas tendências e desafios macro se manifestaram e foram influenciados pelo contexto específico do município de Chapecó, explorando a origem e os principais ciclos de expansão da educação superior no município de Chapecó.

3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CHAPECÓ: ORIGEM E PRINCIPAIS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.

Marilena Chauí, (2003, p.5).

Este capítulo aborda os aspectos históricos e socioeconômicos do município de Chapecó, com foco entre 1971 e 2024, destacando os ciclos de desenvolvimento da educação superior desde a criação da primeira fundação de ensino superior no município. Neste contexto, é fundamental compreender a situação econômica e populacional do município de Chapecó a partir da década de 1950, a fim de evidenciar a relevância da educação superior no processo de desenvolvimento econômico, cultural e social do município e de toda a região oeste de Santa Catarina.

Primeiramente, apresenta-se o contexto histórico da criação da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste). Em seguida, descreve-se a união entre a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), a Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP) e a própria Fundeste, que juntas estabeleceram a Universidade do Oeste Catarinense (UNOESC).

Na sequência, em 2001, a Fundeste se desligou da UNOESC, dando origem à Unochapecó. O texto prossegue abordando o desenvolvimento da educação superior pública, destacando a instalação dos campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em 2010, e a expansão das instituições privadas com fins lucrativos como a instalação da Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM), mantenedora da Unidade Central de Educação FAEM Faculdade (UCEFF).

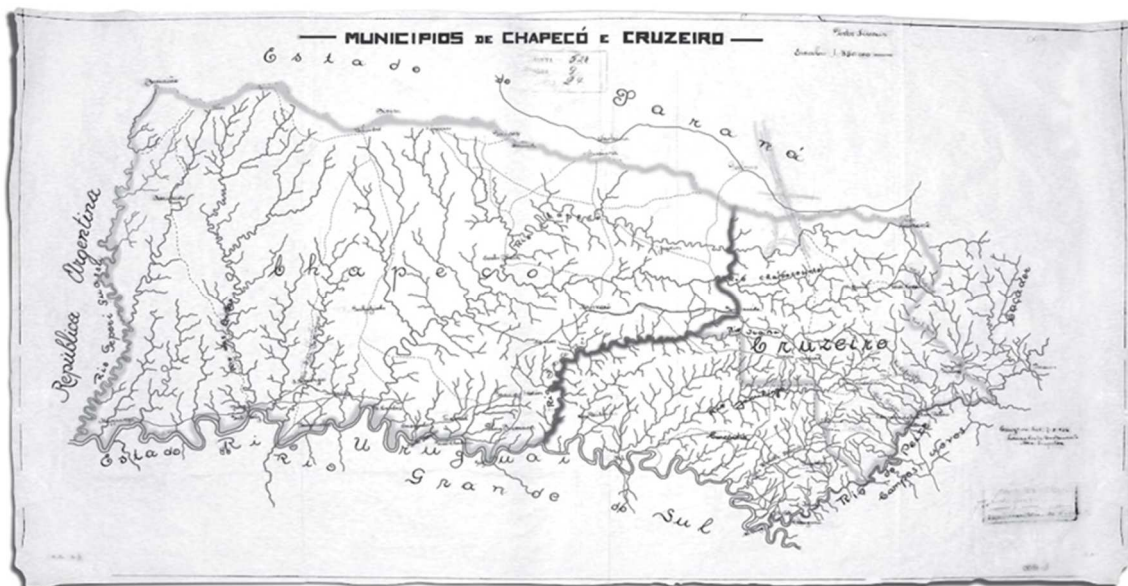
Esses ciclos de desenvolvimento da educação superior, associados aos fatores socioeconômicos e políticos, proporcionam uma compreensão mais ampla sobre a organização da educação superior no município e as dinâmicas de seu desenvolvimento ao longo deste período.

3.1 O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ: BREVE CARACTERIZAÇÃO

O município de Chapecó foi criado em 25 de agosto de 1917 pela Lei nº 147/17, assinada pelo então governador Felipe Schmidt. A criação de Chapecó e de outros municípios no decurso de algumas semanas - Cruzeiro (atualmente Joaçaba) e Chapecó no dia 25 de agosto, Porto União em 05 de setembro e Mafra em 08 de setembro (Pertille, 2008) - foi motivada pela necessidade de dotar as regiões de instâncias administrativas nas regiões lindeiras ao estado do Paraná. Como destacam Woloszyn (2008), De Bastiani (2017) e Carbonera et al. (2017), os novos municípios foram criados no contexto da ocupação e da colonização do território catarinense, definido com base no “Acordo de Limites”, assinado no Rio de Janeiro em 20 de outubro de 1916, entre os governos do Paraná e Santa Catarina. O referido acordo pôs fim à Guerra do Contestado.

Conforme a Figura 1, o mapa do município de Chapecó cobria, na época, uma área de aproximadamente de 13.915,27 km², localizada entre a divisa com o município de Cruzeiro (atualmente Joaçaba) e os limites com a Argentina. O município foi instalado, inicialmente, no povoado de Passo Bormann, atualmente denominado Distrito de Marechal Bormann (Cassol, 2007).

Figura 1 - Mapa de Chapecó no período de sua criação, em 1917



Fonte: Mapa do município disponível no acervo do Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

O governo estadual decidiu estimular a ocupação e o desenvolvimento desse vasto território por meio da concessão das terras para as empresas colonizadoras. Segundo Pertille

(2008), Alba (2003), Hass (2003) e De Bastiani (2017), as empresas Brazil Development & Colonization Company, Companhia Colonizadora Oeste Catarinense e Colonizadora Bertaso & Maia foram autorizadas a demarcar os lotes de terras. A comercialização dos referidos lotes atraiu centenas de famílias de pequenos agricultores, oriundas, na sua grande maioria, do estado do Rio Grande do Sul. Esse processo impulsionou a colonização da região e intensificou os conflitos entre indígenas, caboclos e os novos “colonizadores” (Renk, 2006).

A tabela 2 sintetiza a evolução demográfica do município de Chapecó no período entre 1950 e 2022.

Tabela 2 – População de Chapecó em 1950 e 2022

Ano	População Total	População urbana	%	População rural	%
1950	96.624	9.756	10,09%	86.868	89,91%
1960	52.089	10.939	21,01%	41.150	78,99%
1970	50.117	20.591	41,09%	29.526	58,91%
1991	123.050	96.751	78,63%	26.299	21,37%
2010	183.530	168.113	91,59%	15.387	8,41%
2022	254.785	242.335	95,12%	12.450	4,88%

Fonte: Elaborado pela autora base nos dados do IBGE disponíveis nos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1991, 2010 e 2022.

Entre as décadas de 1960 e 1970, observa-se uma significativa redução do número de habitantes. A redução deve-se a vários fatores, entre os quais o aumento dos números de distritos que se emanciparam da sede, tornando-se municípios com autonomia política e administrativa. Outro importante fator que contribuiu para esse fato foi a repercussão que o linchamento realizado na cidade no dia 18 de outubro de 1950 adquiriu em âmbito regional, estadual e nacional. Os intensos conflitos no campo e na cidade no período contribuíram para associar Chapecó à violência e ao banditismo (Hass, 2013; Santos, 2023).

De acordo com a Lei Estadual nº 133, de 30 de dezembro de 1953 (Santa Catarina, 1953) e a Lei nº 763, de 06 de outubro de 1961 (Santa Catarina, 1961), foram criados 19 municípios a partir do desmembramento de Chapecó. As emancipações ocorreram principalmente nas décadas de 1950 e 1960, como demonstrado na Tabela 3:

Tabela 3 – Distritos de Chapecó emancipados entre as décadas de 1950 e 1960

Município	Ano
Abelardo Luz	1953
Campo Erê	1953
Descanso	1953
Dionísio Cerqueira	1953

Município	Ano
Faxinal dos Guedes	1953
Itapiranga	1953
Mondaí	1953
Palmitos	1953
São Carlos	1953
São Lourenço do Oeste	1953
São Miguel do Oeste	1953
Xaxim	1953
Xanxerê	1953
Coronel Freitas	1961
Quilombo	1961
Águas de Chapecó	1962
Caxambu do Sul	1962
Cordilheira Alta	1963
Alto da Serra	1968

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Lei Estadual nº 133/1953 (Santa Catarina, 1953) e Lei Estadual nº 763/1961 (Santa Catarina, 1961).

Durante este período ocorreu a criação de outros municípios na região, estes municípios foram desmembrados de município listado na tabela 3 e não do município de Chapecó. (Santa Catarina, 1983).

O desmembramento de municípios no período reduziu significativamente a extensão territorial, passando de 13.915,27 km² para 624,1 km². Apesar da redução territorial, o município teve, sobretudo a partir dos anos 90, um significativo incremento populacional. Chapecó tornou-se um importante polo regional, que oferece para a região um conjunto importante de serviços, bens, mercadorias, etc. A “capital do Oeste”, como assim é conhecida, destaca-se, também, na área da educação básica e superior.

De acordo com o Censo da Educação Básica de 2024, a rede de ensino do município contava, em 2024, com 1 escola federal; 29 escolas estaduais (sendo 2 na zona rural e 2 em áreas de aldeias indígenas); 84 escolas municipais (14 localizadas na zona rural e 2 em áreas de aldeias indígenas); e 44 escolas pertencentes à rede privada. Ao todo, o município contabiliza 158 instituições de educação básica, o que demonstra uma estrutura ampla e diversificada de atendimento educacional em diferentes níveis e modalidades (INEP, 2024). Os 60.466 estudantes matriculados estão distribuídos da seguinte forma: 1,1% na rede federal, 33,4% na rede estadual, 27,69% na rede municipal e 11,92% na rede privada (INEP, 2024). Esses dados indicam a predominância das redes públicas, estadual e municipal no atendimento à população estudantil, reforçando a importância da atuação do poder público na garantia do direito à educação.

No que tange à educação superior, o município contava, em 2024, com 51 IES, sendo 1 universidade pública estadual, 1 universidade pública federal, 1 instituto público federal, 7 centros universitários privados sem fins lucrativos, 20 centros universitários privados com fins lucrativos, 6 faculdades privadas com fins lucrativos, 2 faculdades privadas sem fins lucrativos, 8 universidades privadas com fins lucrativos, 5 universidades privadas sem fins lucrativos (INEP, 2024). Com 26.328 discentes matriculados nos cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância; distribuídos da seguinte forma 2.549 discentes nas instituições públicas federal, 9,68%, 344 discentes na instituição pública estadual, sendo 1,31%, 11.356 discentes nas instituições privadas sem fins lucrativos, 43,12% e 12.079 discentes nas instituições privadas com fins lucrativos, 45,88%. (INEP, 2024).

Essa quantidade evidencia a relevância do município no cenário regional da educação superior, refletindo um processo contínuo de expansão e consolidação das políticas educacionais voltadas ao ensino superior.

3.2 CHAPECÓ NO CONTEXTO DA INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior em Santa Catarina é composta por uma diversidade de instituições de ensino superior (IES), incluindo instituições públicas e privadas sem fins lucrativos (comunitárias) e privadas com fins lucrativos, distribuídas por todas as regiões do estado. Essa diversidade de instituições contribuiu para a interiorização da educação superior, tanto da graduação, quanto da pós-graduação.

Os primeiros cursos de graduação oferecidos em Santa Catarina são datados de 1917, ano de criação do Instituto Politécnico idealizado por profissionais liberais, advogados, dentistas, médicos, farmacêuticos, engenheiros, além de um oficial da Marinha e de um guarda-livros. No Instituto eram ofertados, na cidade de Florianópolis, os cursos de graduação em Odontologia, Farmácia, Engenharia e Comércio (De Bastiani, Trevisol, 2018; Pegoraro, 2006).

Em 1960 foi criada, através da Lei nº 3.849/1960, de 18 de dezembro de 1960, a IES pública e gratuita no estado, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A UFSC iniciou suas atividades a partir da unificação de faculdades existentes em Florianópolis, como as Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Medicina, Filosofia e Serviço Social oriunda do Instituto Politécnico, que contava com 847 estudantes e 49 docentes (Pegoraro, 2006; Bortolini, Otoni, De Mello, 2018).

Durante o governo de Celso Ramos (1961–1966), foi criada, por meio do Decreto nº 2.802, de 20 de maio de 1965, a primeira universidade pública estadual de Santa Catarina: a Fundação Educacional de Santa Catarina, mantenedora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tanto a criação da UDESC quanto a instituição de fundações educacionais sem fins lucrativos ocorreram em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Metas do Governo Celso Ramos (PLAMEG I) para a educação superior.

Durante o período de 1964 a 1986, foram criadas em Santa Catarina 21 fundações educacionais de ensino superior, com o objetivo de suprir às demandas de formação profissional e acadêmica no estado. No Quadro 5, apresentam-se as fundações instituídas nesse período, acompanhadas do respectivo ano de criação.

Quadro 5 - Fundações Educacionais de educação superior de Santa Catarina (1964 - 1986)

Fundação	Sigla	Ano de criação
Fundação Educacional da Região de Blumenau	FURB	1964
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina	FESSC	1964
Fundação Joinvilense de Ensino	FURJ	1965
Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1965
Fundação do Estado de Santa Catarina	FESC	1965
Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí	FEDAVI	1966
Fundação Educacional de Criciúma	FUCRI	1968
Fundação Universitária do Oeste Catarinense	FUOC	1968
Fundação Educacional do Planalto Norte Catarinense	FUNPLOC	1970
Fundação de Ensino do Polo Geoe educacional do Vale do Itajaí	FEPEVI	1970
Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste	FUNDESTE	1971
Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe	FEMARP	1971
Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe	FEARPE	1971
Fundação Educacional do Norte Catarinense	FUNORTE	1971
Fundação Educacional de Brusque	FEBE	1973
Fundação Educacional Barriga Verde	FEBAVE	1974
Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense	FEAUC	1976
Fundação Educacional do Planalto Catarinense	FEPLAC	1976
Fundação Educacional Regional Jaguaruaense	FERJ	1976
Fundação Educacional do Extremo Oeste de Santa Catarina	FENESC	1978
Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani	FEMAI	1986

Fonte: elaboração pela autora (2025), a partir de Pegoraro (2006, p. 207-208) e Trevisol (2015, p. 515).

Essas iniciativas marcaram uma etapa significativa no processo de interiorização e democratização do ensino superior catarinense, possibilitando a criação de universidades comunitárias que hoje têm papel central no desenvolvimento regional. (De Bastiani, 2017; Pegoraro, 2006; Trevisol, 2015).

A agenda desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek também influenciou a dinâmica política e econômica catarinense. Em 1959, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) sob a presidência de Celso Ramos promoveu uma série de seminários em diversas cidades de SC, denominados de Seminários Socioeconômicos com o propósito de diagnosticar as necessidades de cada região. Na região Oeste, o seminário foi realizado nas dependências do Clube Recreativo Chapecoense de Chapecó, em dezembro de 1959. O evento contou com a presença de diversas lideranças representando a Federação da Indústria e do Comércio de Santa Catarina, o SESI, o SENAC e o SENAI. Além disso, participaram lideranças políticas locais, sindicalistas, funcionários públicos, agricultores, comerciantes e profissionais liberais, que contribuíram respondendo a um questionário sobre as necessidades da região. Diversos debates foram promovidos para definir as prioridades para o desenvolvimento do oeste catarinense (Cassol, 2013).

As propostas provenientes dos seminários foram sistematizadas por meio de duas comissões de trabalho: (i) comissão para o desenvolvimento econômico, abordando temas como educação, energia elétrica, saúde pública, agricultura, transporte, crédito e mão de obra; (ii) comissão para a integração do Oeste, focada em planejamento regional, turismo, mate, carvão, madeira e pesca (Cassol, 2013, p. 48). Os problemas diagnosticados nos seminários regionais de 1959 foram incorporados por Celso Ramos durante a campanha eleitoral de 1960 para o cargo de governador do Estado. Uma das primeiras ações de seu governo, iniciado em 1961, foi elaborar o I Plano de Metas do Governo (PLAMEG I) para o período 1961-1965, instituído por meio da Lei n.º 2.722, de 21 de junho de 1961. Inspirado no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o PLAMEG I estruturou as bases para o desenvolvimento do Estado, criando linhas de crédito, construindo redes de energia elétrica, rodovias para o escoamento da produção, escolas e oferecendo assistência técnica.

Como destacam Waschinewski, Rabelo (2019, p. 145), o PLAMEG foi a primeira experiência efetiva de planejamento no estado de Santa Catarina, tendo se tornado referência para os governos posteriores. De acordo com o Art. 1º da Lei nº 2.722/61, o PLAMEG destinou-se “[...] à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento econômico e social do Estado”. O PLAMEG I previu investimentos públicos

de até dezessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 17.500.000.000,00) (Santa Catarina, 1961, s/p) para os setores de transporte, energia, educação, saúde, segurança pública, assistência social, sistema de água e esgoto, etc. O Plano foi estruturado em três eixos: (i) Homem, (ii) Meio e (iii) Expansão econômica.

O PLAMEG I refletiu, em Santa Catarina, o conjunto das transformações que vinham ocorrendo em âmbito nacional, sobretudo no plano da economia. As políticas de modernização adotadas por vários governos ao longo dos anos 50, sobretudo por Juscelino Kubitschek, ampliaram fortemente o processo de industrialização, tornando o país cada vez mais urbano. Como destaca Fernandes (1987) e Ianni (1968), a nascente burguesia industrial passou a demandar mão de obra urbana escolarizada para atuar em novos setores da economia, como o setor metalmeccânico, automobilístico, elétrico, transportes, etc. Em Santa Catarina, a diversificação da economia vinha sendo impulsionada pelos setores carboníferos, de celulose, cerâmico, metalmeccânico, plástico, materiais elétricos e transportes (Goularti Filho, 2002).

A aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 (Lei 4.024/61) intensificou as análises sobre os déficits educacionais do país e os debates sobre a necessidade de reduzir o analfabetismo, contratar docentes, ampliar as unidades escolares e investir na formação de professores. Tendo em vista esse contexto, o PLAMEG I alocou 11,6% do total dos recursos, correspondente a cerca de 2.040 milhões de cruzeiros da época, distribuídos ao longo dos anos de 1961 a 1965 (Waschinewski; Rabelo, 2019). Foram estabelecidas as seguintes metas para a área de educação:

Ampliação da rede escolar: construção de 2.500 salas de aulas para grupos escolares e rurais, com o intuito de oferecer 200.000 novas oportunidades de escolarização; para o ensino médio foram construídos vários ginásios e colégios, entre eles o Instituto Estadual de Educação/Florianópolis, o Colégio Celso Ramos/Joinville, Colégio Vidal Ramos/Lages, Ginásio Industrial Aderbal Ramos da Silva/ Florianópolis, Colégio Pedro II/Blumenau, Colégio Industrial/Tubarão; A disseminação do Curso Normal Ginasial: foi instituído um programa de transformação dos antigos Cursos Normais Regionais em ginásios e a preparação de seu corpo docente, possibilitando que 26.000 matrículas em estabelecimentos de nível médio existentes no estado, em 1960, se passasse para 46.000 em março de 1964; Ao aperfeiçoamento dos professores da zona rural: com a realização de “muitos cursos intensivos de treinamento/aperfeiçoamento” através de convênios entre PLAMEG, Secretaria de Estado de Educação e Faculdade de Educação (Aguilar, 2008, p. 54, *apud* Waschinewski; Rabelo, 2019, p 146-147).

Com base nas metas estabelecidas para a área de educação para o período 1961-1966, foram criados o Fundo Estadual de Educação (Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961), o Conselho Estadual de Educação (Lei nº 3.030, de 15 de maio de 1962), a Fundação Educacional de Santa Catarina (Decreto nº 2.802, de 20 de maio de 1965) e as primeiras fundações educacionais de direito privado pelo interior do Estado (Vedana, 1997; De Bastiani, Trevisol, 2018).

Em 1963 foi criada a Secretária dos Negócios do Oeste. A SNO, com sede em Chapecó, contribuiu para fortalecer o município de Chapecó como polo da região do grande Oeste. O engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso foi designado como secretário da nova entidade, cargo que ocupou até 1969, sendo substituído pelo empresário e político Plínio Arlindo de Nês. Por meio da SNO, a região Oeste passou a receber investimentos, sobretudo nas áreas de infraestrutura, educação, saúde, difusão cultural, etc. (Carbonera, Onghero, 2020).

O II Plano de Metas (PLAMEG II 1966-1970), implementado pelo governo Ivo Silveira, deu continuidade e ampliou as diretrizes do plano anterior. O PLAMEG II propôs, entre outras metas, a elaboração do Plano Estadual de Educação. Com base na Lei Federal nº 5.540/68, conhecida como Reforma Universitária de 1968, o governo de SC promulgou o Decreto nº SE 31.12.69/8828 instituindo o 1º Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE) para o período 1969-1980. O Plano foi estruturado em três partes: Metas de Curto Prazo 1969/1971, Metas de Médio Prazo 1969/1974 e Metas de Longo Prazo 1969/1980 (Santa Catarina, 1969). O PEE catarinense refletiu as prioridades do projeto desenvolvimentista que o país e o Estado vinham implementando. Nesse contexto, a educação deveria, segundo o PEE, promover uma formação técnica, prioritariamente voltada para a formação de mão de obra que a economia catarinense estava demandando.

3.3 A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA IES: A FUNDESTE

A demanda por profissionais com formação de nível superior também era latente nas principais cidades de Santa Catarina nas décadas de 60 e 70, sobretudo nas áreas de educação, administração, ciências contábeis e direito. O Oeste catarinense, assim como as demais regiões do Estado, ansiava pela criação dos primeiros cursos superiores em alguma cidade da região. A pressão pela interiorização foi respondida por meio das fundações educacionais de direito privado. Como destaca Siewerdt (2010), “[...] sob o pano de fundo das políticas privatizantes das oligarquias catarinenses consoantes às recomendações do capital na esfera global, seria pela utilização do Sistema Fundacional” (Siewerdt, 2010, p. 110).

Naquele contexto, o então Secretário dos Negócios do Oeste, Plínio Arlindo De Nês, assumiu o compromisso de criar uma fundação educacional para atender o conjunto dos municípios que integravam a então SNO. As lideranças regionais tinham presente que a mobilização da comunidade regional era imprescindível. Tendo em vista a inexistência de políticas de expansão das IES públicas e gratuitas (estaduais ou federais), a alternativa mais

plausível era a criação de uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, financiada por meio das doações da comunidade e cobrança de mensalidade dos estudantes.

O movimento Pró-Universidade do Oeste catarinense ganhou força logo no início da gestão de Plínio Arlindo de Nês. Como descreve Paim (2005, p. 210), o projeto da criação de uma universidade na região oeste passou a mobilizar prefeitos, vereadores e “vários setores da comunidade, como profissionais liberais, comerciantes, industriais, que encamparam as campanhas chamadas por Plínio, divulgando e contribuindo financeiramente”.

A Assembleia de criação da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste) foi realizada nas dependências do Clube Recreativo Chapecoense em 04 de julho de 1970. A nova entidade foi instituída, nos seus aspectos jurídicos, como entidade sem fins lucrativos, filantrópica, de direito privado e de assistência social e comunitária. O coordenador do movimento Pró-Universidade Fundação da Universidade do Oeste, Plínio Arlindo de Nês, presidiu a Assembleia Geral dos municípios que integravam a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC) e da Associação dos Municípios do Extremo oeste de Santa Catarina (AMEOSC) (Carbonera; Onghero, 2020).

Participaram da Assembleia deputados federais e estaduais, prefeitos⁷, vereadores, empresários, líderes religiosos, representantes das 11ª e 17ª Coordenadorias Regionais de Educação, presidentes de Clubes de Serviços, empresários e a imprensa escrita (Bellani, 1997). Entre as autoridades presente, cabe destacar a presença de Jaldyr Bhering Faustino da Silva (Secretário de Educação de Santa Catarina), Celestino Sachet (Reitor da UDESC), Dom José Gomes (Bispo Diocesano de Chapecó) Padre Antônio Lúcio Massulini (Diocese de Chapecó), Rubens Odilon Antunes Córdova (Juiz de Direito), Jade Saturnino Vieira Magalhães (Presidente da Junta de Controle do Tribunal de Contas de SC) (Fundeste, 1970).

Figura 2 - Registro fotográfico da assembleia de criação da Fundeste em 1970

⁷ Os municípios representados foram: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, Saudades, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xaxim, Seara e Itá. Ata de Criação da Fundeste, 1970.



Fonte: Registro feito em 4 de julho de 1970 nas dependências do Clube Recreativo Chapecoense. Acervo do CEOM/Unochapecó

Após a leitura do anteprojeto da carta estatutária⁸, foi aprovado o primeiro Estatuto da entidade e, na sequência, foi realizada a eleição da primeira diretoria organizacional da Fundeste. A tarefa primordial da primeira diretoria, como destacam Carbonera e Onghero (2020), foi organizar a entidade nos seus aspectos legais. A diretoria ficou composta pelos seguintes membros:

Presidente: Plínio Arlindo de Nês (secretário do Oeste), Vice-Presidente: Dom José Gomes (bispo da Diocese de Chapecó), Secretário: Vinício Tortato (assessor da Secretaria dos Negócios do Oeste), Conselho Fiscal: Hélio Vassum (prefeito de São Miguel do Oeste), Paulo Reschke (prefeito de Águas de Chapecó), Antonio Pompermayer (prefeito de Xanxerê), João Destri (prefeito de Chapecó), Gilberto J. Goerck (prefeito de Itapiranga), Carlos S. de Souza (prefeito de São Lourenço do Oeste), Suplentes Conselho Fiscal: Carlos Spelding de Souza (prefeito de São Carlos), Jaime Júlio Will (prefeito de São José do Cedro), Darci Teston (prefeito de Xaxim) (Carbonera, Onghero, 2020, p. 41).

As atividades letivas e administrativas da entidade foram iniciadas em 13 de março de 1972. Entre a data da criação da entidade (04 de julho de 1970) e a solenidade de implantação do primeiro curso de graduação (13 de março de 1972), a equipe gestora da nova entidade trabalhou para criar as condições para o funcionamento. Entre as ações realizadas no período, cabe destacar a criação da Faculdade de Ciências da Educação (FACIE), a escolha do primeiro dirigente (o professor Altamiro de Moraes Matos), a aprovação do projeto de autorização de

⁸ A Carta Estatutária, denominada como ato de fundação da FUNDESTE aprovada em 30 de novembro de 1970, foi registrada no Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos do 1º. Distrito da Comarca de Chapecó, no livro competente de Registro de Sociedades Cíveis e Pessoas Jurídicas, n. 3, fls. 63 a 65 v., sob número de ordem 255, em 17 de junho de 1971 (FUNDESTE, 2004).

funcionamento do primeiro curso de graduação (Pedagogia) junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e a realização do primeiro vestibular.

Como entidade privada sem fins lucrativos, a Fundeste e a FACIE lidaram, desde o início, com o desafio da sustentabilidade financeira. De acordo com a pesquisa realizada, as primeiras iniciativas nessa direção foram coordenadas pela Sociedade Amigos de Chapecó (SAC). A primeira reunião, presidida por Valmor Ernesto Lunardi, então presidente da SAC, foi realizada em 16 de junho de 1971. De acordo com Bellani, (1997), participaram da reunião os representantes de diversos segmentos da comunidade, como empresários, clubes de serviço, juízes de direito, professores, estudantes, etc. A urgência do assunto motivou a segunda reunião, realizada três dias após a primeira. Em 19 de junho de 1971, nas dependências do Clube Recreativo Chapecoense, as lideranças presentes aprovaram uma Campanha Pró-Fundos para a Fundeste, cujo propósito era arrecadar doações e fundos para a implantação da entidade. Segundo Bellani (1997), entre as sugestões apresentadas para arrecadar os fundos, seria a realização de uma rifa com 2.000 números no valor unitário de R\$100,00 cruzeiros tendo como prêmios dois automóveis novos: um Corcel e um Volkswagen (Bellani, 1997, p. 36).

No bojo dessas tratativas, no dia 06 de dezembro de 1971, o então prefeito de Chapecó, João Destri, assinou a Lei Municipal nº 141/71 instituindo a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. Como é possível observar abaixo, o Art. 5º estende os efeitos da Lei, com vigor a partir da data da Assembleia de criação da Fundeste (04 de julho de 1970).

Art. 1º- É instituída a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE –, com sede e foro nesta cidade de Chapecó, conforme ata de constituição lavrada em 4 de julho de 1970 e registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Chapecó, em 17 de junho de 1971.

Art. 2º- Fica ratificado o Estatuto da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – aprovado na Assembleia dos Municípios que integram a FUNDESTE, realizada em 04 de julho de 1970.

Art. 3º – A Prefeitura Municipal de Chapecó, como entidade institutiva e sua comantenedora, declara a FUNDESTE, na qualidade de Fundação Educacional, isenta de qualquer tributo e taxas municipais.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do que é previsto pela Lei nº 49/70 de 18 de junho de 1970.

Art. 5º – Esta Lei produz efeitos a partir de 04 de julho de 1970.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário (CHAPECÓ, 1971) Lei Municipal nº 141, de 06 de dezembro de 1971).⁹

Além de Chapecó, outros municípios da região Oeste sancionaram, ao longo do ano de 1971, leis municipais declarando a Fundeste como entidade de utilidade pública (Caxambu do Sul, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Itá, Itapiranga, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Palma Sola, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São Miguel do Oeste e Xanxerê). Em 30 de agosto de 1971, o governo do Estado de Santa Catarina também reconheceu por meio da Lei Estadual nº 4.614, a utilidade pública da Fundeste. O reconhecimento, em âmbito federal ocorreu com a publicação do Decreto Presidencial nº 87.122 de 26 de abril de 1982, o qual decretou a Fundeste como entidade de utilidade pública federal (Fundeste, 2004; Bellani, 1997).

Até 1976, a Fundeste funcionou no Seminário Diocesano de Chapecó. A mudança para a sede “própria” se deu em virtude do recebimento de uma doação de terreno e infraestrutura física feita pela Secretaria Estadual de Saúde. O governo do Estado de Santa Catarina doou para a Fundeste o prédio onde funcionava o antigo Hospital Psiquiátrico de Chapecó. Na referida área, localizada na região da EFAPI, foi edificada a estrutura física da Fundeste, onde funciona, atualmente, a Unochapecó.

Em julho de 2025, a Fundeste completou 55 anos de existência. Como é possível observar no quadro abaixo, ao longo desse período a fundação foi presidida por membros da sociedade civil, representando diversos setores e contribuindo para o desenvolvimento educacional, científico e cultural da região. Essa trajetória reflete o compromisso da Fundeste com a inovação e a excelência, consolidando seu papel como uma instituição mantenedora da universidade comunitária de Chapecó. No quadro 5, apresenta-se a relação dos presidentes e vice-presidente da Fundeste no período entre 1970 e de 2023.

Quadro 6 - Relação dos presidentes e vice-presidente da Fundeste no período entre 1970 e 2023.

Presidente	Vice- presidente	Ano
Plínio Arlindo de Nês	Dom José Gomes	1970
Plínio Arlindo de Nês	Arduíno Gallina	1971
Ivan Bertaso	Arduíno Gallina	1982
Arduíno Gallina	Joaquim Azevedo Neto	1982
Umberto De Toni	Leodônio Migliorini	1983

⁹ A íntegra da Lei Municipal nº 141, de 06 de dezembro de 1971, encontra-se disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/1971/15/141/lei-ordinaria-n-141-1971-institui-a-fundacao-universitaria-do-desenvolvimento-do-oeste-fundeste-e-da-outras-providencias>.

Presidente	Vice- presidente	Ano
Ernidio Migliorini	Celso Vedana	1986
Celso Vedana	.*	1988
Oracílio Costella	Plínio Seidler	1989
Oracílio Costella	José Carlos Panegalli	1990
Clênio José Razera	Mário Sérgio Assayag	1990
Dilso Cecchin	Armelindo Carraro	1994
Armelindo Carraro	.*	1995
Armelindo Carraro	Sérgio Natal Furlan	1995
Marcelo Zolet	Cláudio Alberto Campos	1997
Cláudio Alberto Campos	Euclides Badin	1999
Euclides Badin	.*	2001
Euclides Badin	Altamir Trevisan Dutra	2001
Euclides Badin	Leonel Piovezana	2002
Leonel Piovezana (Interino)	.*	2003
Hermes Ignácio Palaoro	Deborah Cristina Amorim	2003
Hermes Ignácio Palaoro	Arlene Anélia Renk	2005
Hermes Ignácio Palaoro	Arlene Anélia Renk	2008
Arlene Anélia Renk	.*	2009
Vincenzo Francesco Mastrogiacom	Celso Galante	2011
Vincenzo Francesco Mastrogiacom	Plínio Seidler	2014
Vincenzo Francesco Mastrogiacom	Plínio Seidler	2017
Vincenzo Francesco Mastrogiacom	Ivonei Barbiero	2020
Vincenzo Francesco Mastrogiacom	Ivonei Barbiero	2023

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos disponíveis da Fundeste (2024).

*- O asterisco indica a ausência de informações sobre o nome da pessoa que exerceu a vice-presidência da entidade no período.

Conforme relatam Carbonera e Onghero (2020, p. 43), o primeiro processo seletivo (vestibular) da Fundeste foi realizado nas dependências do Seminário Diocesano de Chapecó no dia 18 de fevereiro de 1972, tendo 95 inscritos. O exame vestibular selecionou os ingressantes do primeiro curso de graduação implantado em Chapecó, cujo início das atividades letivas se deu no mês seguinte, em 13 de março de 1972. De acordo com os dados apresentados por (Bellani, 1997, Carbonera, Onghero, 2020), a primeira turma do curso contou com 92 acadêmicos matriculados, entre os quais Plínio Arlindo De Nês (primeira pessoa da esquerda para a direita na Figura 3).

A implantação da Pedagogia demandou a criação de uma unidade acadêmica para vincular o referido curso, assim como os demais que viessem a serem criados. Nesse contexto foi criada a Faculdade de Ciências da Educação (FACIE), cujo primeiro diretor foi o professor Altamiro de Moraes Matos (Bellani, 1997). Em 1974, foram implantados os cursos de graduação em Administração de Empresas e de Ciências Contábeis, cujo propósito era atender as demandas da agroindústria e do comércio regional.

Figura 3 - Registro fotográfico da primeira turma do curso de graduação da Fundeste em 1972



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó, 2024.

A tabela 4 sintetiza o quantitativo de concluintes dos cursos de graduação implantados a partir de 1972 com o curso de pedagogia até 1979.

Tabela 4 - Total de concluintes nos cursos de graduação da Fundeste até 1979

Graduação	Modalidade	Implantação	Titulados
Pedagogia	Licenciatura	1972	153
Língua Nacional, Estudos Sociais e Matemática	Licenciatura	1973	94
Estudos Sociais	Licenciatura	1974	59
Ciências Contábeis	Bacharelado	1974	64
Administração	Bacharelado	1974	84
Total	-	-	454

Fonte: Dados organizados pela autora a partir de Fundeste (2022).

Conforme os dados apresentados na tabela acima, a Fundeste formou, até 1979, um total de 454 acadêmicos, a maioria dos quais na área de formação de professores. Os cursos de Pedagogia, Língua Nacional, Estudos Sociais e Matemática totalizaram 306 docentes habilitados. Em seguida, destaca-se o curso de Administração, que no mesmo período formou 84 administradores.

Ainda em 1979, a Fundeste passou a oferecer o curso de nível médio com Habilitação Básica em Agropecuária, com o objetivo de atender às demandas das atividades agroindustriais do município. Na primeira metade da década de 1980, a Fundeste iniciou um movimento de regionalização da oferta de cursos superiores. O primeiro curso implantado fora da sede, em Chapecó, foi o de Administração, estabelecido em 1986 na cidade de São Miguel do Oeste,

com a finalidade de atender à demanda dos municípios vinculados à Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). No ano seguinte, em 1987, a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) também foi contemplada com a criação do curso de Ciências Contábeis, implantado na cidade de Xanxerê. Nos primeiros anos de funcionamento, ambos os cursos foram ministrados nas dependências dos Colégios La Salle (Carbonera; Onghero, 2020, p. 49).

A criação dos referidos cursos se deu no bojo do processo de criação de novas fundações educacionais no Oeste Catarinense. A experiência da Fundeste e de outras fundações serviram de referência para a criação da Fundação do Extremo Oeste de Santa Catarina (FUNESC), instituída em 1985 na cidade de São Miguel do Oeste, e da Fundação Educacional do Alto Irani (FEMAI), criada em 1987 na cidade de Xanxerê. Os cursos ofertados em São Miguel do Oeste e Xanxerê foram criados por suas respectivas fundações, mas as vagas permanecem vinculadas à Fundeste, que atuava como entidade mantenedora.

Na década de 80, a Fundeste criou o Setor de Educação Permanente (SEP), no âmbito do qual a área de formação de professores recebeu impulso com a criação dos cursos de História, Letras, Matemática, Direito e Serviço Social (Poli, 2020). Em 1986, foi instituído o Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM). O CEOM foi instituído com o propósito de: (i) preservar a história e o patrimônio cultural da região Oeste; (ii) promover a pesquisa; (iii) organizar os bens culturais e (iv) difundir a história e o patrimônio cultural (Carbonera, Onghero, 2020).

3.4 A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE: A UNOESC

Em 1974, as fundações educacionais de Santa Catarina constituíram a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), com o propósito de organizar, fortalecer e integrar as instituições de educação superiores comunitárias do estado. A ACAPE passou a exercer um papel fundamental na interiorização e na democratização do acesso ao ensino superior em Santa Catarina. Atualmente, três instituições comunitárias integram o sistema ACAPE a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e a Universidade do Contestado (UNC) estão presentes no município de Chapecó (ACAFE, 2025).

3.4.1 A criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

O projeto de criação de uma universidade no oeste catarinense vinha sendo debatido desde a década de 80 (Pegoraro, 2006). De acordo com a pesquisa realizada, no início dos anos 90 a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), a Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP) e a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), iniciaram as tratativas para a criação da primeira universidade comunitária na região. A cooperação entre as três fundações era, naquele contexto, uma saída para a reduzida infraestrutura física e, principalmente, para o baixo número de docentes mestres e doutores disponíveis em cada fundação. Nenhuma das fundações, isoladamente, atendia as exigências estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Ministério da Educação para a criação de uma universidade.

Após diversas reuniões, decidiu-se pela constituição de uma comissão composta por representantes das três fundações. Como descrevem Renk, Winckler (2020, p.72), a Fundeste foi representada pelas professoras Lourdes Alves, Reni Iop e pelo professor Ireneo Berticelli, a quem coube a organização da Carta Consulta ao MEC e formatação do projeto da futura universidade.

Para viabilizar a criação da universidade, foi necessária a unificação das fundações de Joaçaba, Chapecó e Videira, além da alteração da Lei nº 545/68, na Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba. Essa lei, que originalmente estabelecia a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), foi modificada pela Lei nº 1.637/90, passando a denominar-se Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina (Unoeste). A nova fundação foi concebida para abranger toda a região do oeste de Santa Catarina, estruturando-se administrativamente como IES multicampi.

Em 1991, devido à existência de outra instituição registrada com a mesma sigla (Unoeste), a denominação foi ajustada para Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina), por meio da Lei nº 1.673/1991. Após a mudança, o próximo passo foi a unificação dos bens e o patrimônio das três fundações e o reordenamento das vagas dos cursos. Esse processo exigiu aprovação dos conselhos da Fundeste, FEMARP e FUOC, mantenedoras dos cursos em questão. Neste mesmo ano o Conselho Estadual de Educação aprovou o projeto da criação da Universidade através do parecer nº 539 de 06 de novembro de 1991.

Em 11 de maio de 1992, foi emitido o Parecer nº 587/91, do Conselho Federal de Educação, favorável à implantação do projeto da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). O reconhecimento da primeira universidade do Oeste catarinense ocorreu alguns

anos depois, em 20 de dezembro de 1995 (Parecer nº 263/CEE/95). O Decreto de credenciamento da Unoesc foi expedido pelo Ministério da Educação em 14 de agosto de 1996.

Em 2002 a Fundeste é reativada e a Unoesc é transformada na Unochapecó. Com isto, houve a necessidade de transferir a sede da Reitoria da Unoesc para a cidade de Joaçaba, fato que implicou a descontinuidade da oferta de cursos de graduação da Unoesc na cidade de Chapecó. A oferta foi retomada em 2009, a partir da finalização do processo de aquisição da Faculdade Exponencial (FIE). Criando condições para a oferta de cursos em áreas que exigem maiores investimentos, como Medicina, Enfermagem, Biomedicina, Veterinária e Engenharia (Florestal, Sanitária e Ambiental, Bioenergética, Computação, Alimentos, Produção, Química). Em 2002, a instituição ingressou na pós-graduação *stricto sensu* por meio da criação do primeiro curso de Mestrado (em Educação) da região Oeste. Posteriormente, expandiu sua oferta de cursos nessa modalidade, incluindo os mestrados de Administração, Biociências, Direito, Saúde, Ciência e Biotecnologia e Sanidade e Produção Animal Aplicadas a Pequenas Propriedades. Além disso, passou a oferecer dois programas de doutorado, em Administração e Educação (Unoesc, 2024).

Atualmente, a Unoesc – Campus Chapecó oferece cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância, além de cursos de *lato sensu* e *stricto sensu*. No Quadro 7, estão listados os cursos de graduação e pós-graduação ofertados na Unoesc – Campus Chapecó.

Quadro 7 - Cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela Unoesc – Campus Chapecó

Município	Presencial	EaD	Curso de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> Mestrado e Doutorado
Chapecó	Administração Arquitetura e Urbanismo Biomedicina Ciências Contábeis Direito Educação Especial Educação Física Educação Física Bacharelado Enfermagem Engenharia Civil Engenharia de Computação Farmácia Fisioterapia Matemática Pedagogia Psicologia Sistemas de Informação	Administração Análise e desenvolvimento de Sistemas Ciência de Dados e Inteligência Artificial Ciências Contábeis Gestão Comercial Gestão Financeira Gestão de Recursos Humanos História Letras – Inglês Letras – Língua Portuguesa Logística Pedagogia Processos Gerenciais	Mestrado e doutorado em Administração Mestrado e doutorado em Direito

Fonte: Elaborado pela autora com base no site institucional da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC, 2025).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2024), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) contava com 600 docentes atuando em toda a instituição. No campus de Chapecó, são ofertados 18 cursos de graduação presencial, que registraram um total de 1.902 discentes matriculados. Já em relação à modalidade de Educação a Distância (EaD), são oferecidos 15 cursos, com 93 discentes, e um total de 1.995 discentes matriculados (INEP, 2024).

No que se refere à pós-graduação *stricto sensu* a instituição oferta os Programas de Pós-Graduação em Administração e em Direito. Em 2024 o Programa de Administração possui 30 discentes matriculados no mestrado e 26 no doutorado, enquanto o Programa de Direito apresenta 69 discentes no mestrado e 50 no doutorado, totalizando aproximadamente 175 matrículas (GEO CAPES, 2024).

3.4.2 A criação da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó

O processo de criação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) teve início em 2000, com a reativação da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste). No ano subsequente, em março de 2001, a referida fundação instituiu por meio das Portarias nº 009/FUNDESTE/2001 e nº 02/UNOESC/2001, uma comissão com a finalidade de realizar um estudo de viabilidade técnica, acadêmica e administrativa para a constituição da nova universidade (Renk, Winckler, 2020). A comissão também ficou responsável pela condução das negociações necessárias para o desligamento do então Campus Chapecó e a reintegração do mesmo à Fundeste.

Em 18 de julho de 2001, a comissão apresentou à Assembleia Geral os resultados do estudo de viabilidade para a constituição da nova universidade. Após intensas negociações, a Assembleia Geral da Fundação Unoesc, realizada em 30 de outubro de 2001, aprovou o desligamento da Fundeste. Na referida ocasião, foram elaborados os termos que regulamentaram as relações entre as fundações, estabelecendo as diretrizes para o futuro institucional tanto da Unoesc quanto da Fundeste. Esses termos foram, posteriormente, submetidos à apreciação e deliberação do Conselho Universitário (CONSUN) da Unoesc e do Conselho Curador da instituição, a fim de garantir sua validação formal.

Na Assembleia Geral da Fundação Unoesc, realizada no dia 19 de dezembro de 2001, foram assinados cinco termos entre as Fundações, que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2002. Entre os termos estavam a cedência dos direitos entre as duas fundações

firmados em 1995. Outro termo visava a transferência parcial do patrimônio da Fundação Unoesc correspondente às atividades exercidas no Campus Chapecó e suas extensões. O terceiro termo celebrou um acordo de cooperação acadêmica, objetivando garantir a continuidade de todas as atividades acadêmicas no campus durante o processo de credenciamento da nova universidade. O quarto termo da cisão estabeleceu que, a partir de janeiro de 2002, a Fundeste passaria a ser o empregador de todos os funcionários. O quinto termo tratava do patrimônio da Reitoria e sua transferência para a cidade de Joaçaba. A partir do dia 1º de janeiro de 2002 a Fundeste reassumiu todas as atividades acadêmicas, administrativas e de movimentação financeira do Campus Chapecó (Renk, Winckler, 2020).

A desvinculação da Fundeste da Unoesc constituiu um marco fundamental, criando as condições necessárias para a submissão de um novo projeto de universidade ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Após alguns meses de trabalho, a comissão designada para esse fim, composta pelos professores Odilon Poli, Ireno Berticelli e Maria Luíza Lajús, concluiu a elaboração do referido projeto. Assim, em 12 de março de 2002, a Fundeste protocolou o pedido de credenciamento da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), o qual foi aprovado em 13 de agosto de 2002, conforme Parecer nº 347/CEE/02. Posteriormente, em 27 de agosto de 2002, a Fundeste assumiu, de forma integral, a gestão das atividades acadêmicas e administrativas do então campus de Chapecó, incluindo as unidades fora de sede, localizadas nos municípios de Xaxim e São Lourenço do Oeste (Unochapecó, 2025)¹⁰.

Atualmente, a Unochapecó oferece em sua sede, Chapecó, cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância, além de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu*. No Quadro 8, estão listados os cursos de graduação e pós-graduação ofertados, com ênfase especial nos programas *stricto sensu* da instituição.

Quadro 8 - Cursos de graduação presenciais e EaD e de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela Unochapecó – Campus Chapecó

¹⁰ Maiores informações sobre o processo de criação da Unochapecó podem ser obtidas em: <https://www.unochapeco.edu.br/noticias/ensino-superior-no-oeste-completa-50-anos-com-a-criacao-da-fundeste-unochapeco>.

Município	Presencial	EaD	Curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> Mestrado e Doutorado
Chapecó	Administração Agronomia Arquitetura e Urbanismo Artes Biomedicina Cinema e Mídias Digitais Ciências Biológicas Ciências Contábeis Ciência Econômicas Design Direito Educação Especial Educação Física Licenciatura e Bacharelado Enfermagem Engenharia Civil Engenharia de Alimentos Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia Química Farmácia Fisioterapia Fonoaudiologia Gastronomia Gestão de Eventos Gestão de Turismo Inteligência Artificial Aplicada Jornalismo Letras – Inglês Letras – Libras Medicina Medicina Veterinária Moda Nutrição Odontologia Pedagogia Psicologia Publicidade e propaganda Relações Internacionais Sistemas de Informação Terapia Ocupacional	Administração Administração 2.0 Análise e desenvolvimento de Sistemas Ciências Contábeis Ciências Contábeis 2.0	Mestrado e doutorado em Ciências Ambientais Mestrado e doutorado em Ciências Contábeis e Administração Mestrado e doutorado em Ciências da Saúde Mestrado em Direito Mestrado e doutorado em Educação Mestrado e doutorado em Tecnologia e Gestão da Inovação

Fonte: Elaborado pela autora com base no site institucional da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ, 2025).

Com a criação da Unochapecó, observaram-se avanços significativos no campo da pesquisa, especialmente a partir da implementação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no município. A instituição oferta o Mestrado em Ciências Ambientais, com 26 discentes matriculados, e o Doutorado em Ciências Ambientais, com 31 matrículas. No programa de Ciências da Saúde, há 28 estudantes no mestrado e 34 no doutorado; em Ciências Contábeis e Administração, 24 discentes no mestrado; no programa de Direito, 40 matriculados; em

Educação, 42 discentes no mestrado e 9 no doutorado; e, por fim, em Tecnologia e Gestão da Inovação, 23 matriculados no mestrado e 31 no doutorado. Totalizando em 2024, 288 discentes matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* (GEO CAPES, 2024).

De acordo com o Censo da Educação Superior do INEP (2024), a Unochapecó contava com 317 docentes atuando em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A instituição ofertava 43 cursos presenciais, que reuniam 5.203 discentes matriculados, além de cinco cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), com 521 discentes matriculados com um total de 5.724 discentes (INEP, 2024). Cabe destacar que a oferta de cursos EaD ocorre de forma institucionalizada, visto que a universidade mantém campi também nos municípios de Xaxim e São Lourenço do Oeste.

3.5 A EXPANSÃO DAS IES PÚBLICAS EM CHAPECÓ

O município de Chapecó consolidou-se como um relevante polo de educação superior pública na região oeste de Santa Catarina. Atualmente, a cidade conta com três Instituições de Ensino Superior (IES) públicas: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Essas instituições desempenham um papel estratégico na democratização do acesso ao ensino superior, na formação de profissionais qualificados e na promoção da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento regional.

As três IES públicas ofertam cerca de 20 cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, atendendo estudantes de Chapecó e de vários municípios da região e do país. A presença dessas instituições públicas é resultado de políticas educacionais voltadas à interiorização do ensino superior e à ampliação das oportunidades de acesso à educação de qualidade em regiões historicamente afastadas dos grandes centros urbanos.

3.5.1 A UDESC – Campus de Chapecó

A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi criada pelo então governador Celso Ramos em 20 de maio de 1965 (Decreto Estadual nº 2.802/65). Após 20 anos, em 11 de novembro de 1985, o Conselho Federal de Educação reconheceu a UDESC como universidade (Portaria Ministerial nº 893/85) e aprovou o seu Estatuto através do Parecer nº 632/85. Em 1990 foi transformada em fundação por meio da Lei nº 8.092/90, que estabeleceu que a UDESC seria

um ente jurídico próprio, com patrimônio e receitas próprias, além de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar, com uma estrutura multicampi (Bortolini; Otoni; De Mello, 2018). Na ocasião, a UDESC passou a atuar em cinco grandes campi distribuídos nas regiões do Estado de Santa Catarina. De acordo com os dados disponíveis na página institucional, a UDESC é formada, hoje, por 12 campi.

A UDESC passou a atuar na região Oeste em 2000 após a publicação da portaria (Portaria nº 769/MEC/2000) do Ministério da Educação que autorizou a oferta do curso de Pedagogia em Chapecó, na modalidade à distância. Em 2002, o então governador Esperidião Amin Helou Filho criou por meio do Decreto nº 6.032, de 12 de dezembro de 2002, o Centro de Educação a Distância (Cead) e o Centro de Educação Superior do Oeste (CEO). O CEO oferta cursos de graduação e de pós-graduação nas cidades de Chapecó e de Pinhalzinho (UDESC, 2025).

De acordo com a Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) obteve autorização para a implantação de novos cursos de graduação na região Oeste, ampliando sua presença para além da oferta de Pedagogia na modalidade à distância. Nesse contexto, foram instituídos os cursos de Enfermagem (Resolução nº 054/2003 – CONSUNI) e de Zootecnia, este último com ênfase em Produção Animal Sustentável, posteriormente reconhecido pelo Decreto Estadual nº 1.550, de 23 de julho de 2008. A criação desses cursos representou um movimento estratégico de interiorização do ensino superior público no estado, contribuindo para a diversificação da formação acadêmica e atendendo demandas regionais vinculadas tanto à área da saúde quanto ao setor agropecuário.

No quadro 9, listam-se os cursos de graduação presenciais e EaD e de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UDESC – Campus Chapecó.

Quadro 9 - Cursos de graduação presenciais e EaD e de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UDESC – Campus Chapecó

Município	Presencial	EaD	Curso de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> Mestrado e Doutorado
Chapecó	Enfermagem Zootecnia	Pedagogia Biblioteconomia	Mestrado Acadêmico em Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade do Estado de Santa Catarina Mestrado e doutorado em Zootecnia; Mestrado Profissional em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde.

Fonte: elaborado pela autora com base site institucional da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2024).

O campus da UDESC em Chapecó conta com os cursos de graduação em Enfermagem com 195 discentes matriculados, Zootecnia com 117 discentes matriculados e os cursos EaD de Pedagogia com 22 discentes matriculados e Biblioteconomia com 10 discentes matriculados,

totalizando 344 discentes matriculados conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024). A implantação desses cursos tem como objetivo formar e fixar na região oeste, profissionais para atuarem nas áreas da saúde, educação, alimentos e zootecnia, atendendo às demandas socioeconômicas e à vocação produtiva do Oeste catarinense. Em especial, o curso de Enfermagem visa contribuir para a melhoria das condições de saúde da população local, diante da carência de profissionais e da fragilidade nos serviços de atendimento à saúde (UDESC)¹¹.

De acordo com os dados da GEO CAPES (2024), observa-se que a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), campus de Chapecó, tem ampliado sua atuação no campo da pós-graduação *stricto sensu*. A instituição oferta o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Zootecnia, com 37 discentes matriculados no curso de mestrado e 17 no doutorado, evidenciando a consolidação da área no contexto regional. Além disso, o Mestrado Profissional em Enfermagem conta com 20 discentes matriculados, totalizando 74 discentes em 2024 (GEO CAPES, 2024).

3.5.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC – Campus Chapecó

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi criado pela Lei Federal nº 11.892/2008. Antes da sanção dessa lei, os Institutos Federais eram denominados Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Em março de 2008, a comunidade acadêmica do CEFET foi consultada sobre a proposta de transformar o CEFET em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Mediante a aprovação da comunidade, o projeto de lei foi submetido à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, tendo sido sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008 (IFSC, 2013). Com essa mudança, os centros já existentes no Estado, localizados nas cidades de Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Joinville, Chapecó, Araranguá e Florianópolis. Continente passaram a ser campi, administrados por um diretor-geral (Bortolini; Otoni; De Mello, 2018). Dessa forma, a estrutura do IFSC tornou-se multicampi, com a criação da Reitoria como órgão máximo da gestão executiva. Na sequência, o IFSC buscou expandir sua presença em todas as regiões do Estado, por meio da criação de novos campi.

¹¹ Informações adicionais sobre os cursos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) campus de Chapecó disponível em: <https://www.udesc.br/gradua%C3%A7%C3%A3o/cursospresenciais>. Acesso em fev. 2025.

Em 2006, a Portaria nº 1.492, de 24 de agosto de 2006, assinada pelo então ministro da Educação Fernando Haddad, autorizou o funcionamento de uma unidade do CEFET no município de Chapecó, como parte do Plano de Expansão I do CEFET. Atualmente, o IFSC – Campus Chapecó oferece cursos técnicos integrados ao Ensino Médio nas áreas de Desenvolvimento de Sistemas, Informática e Sistemas de Energia Renovável. Também oferece cursos técnicos subsequentes, destinados a quem já concluiu o Ensino Médio, nas áreas de Mecânica, Eletroeletrônica e Segurança do Trabalho¹².

Os cursos de graduação que o Instituto Federal de Santa Catarina campus Chapecó ofertam sistematizamos no quadro 10.

Quadro 10 - Cursos de graduação ofertados no IFSC – Campus - Chapecó

Município	Presencial	EaD	Curso de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> Mestrado e Doutorado
Chapecó	Engenharia de controle e Automação de fabricação mecânica	Não oferta	Não oferta

Fonte: elaborado pela autora com base no site institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC, 2025).

Na graduação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) oferece os cursos de graduação em Engenharia de Controle e Automação e de Fabricação Mecânica. De acordo com o censo da educação superior os cursos contavam com 192 matrículas (INEP, 2024).

3.5.3 A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- Campus Chapecó

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada oficialmente em 15 de setembro de 2009, por meio da Lei nº 12.029. Com sede no município de Chapecó, a UFFS é formada por seis campi, sendo três no Rio Grande do Sul (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo), um em Santa Catarina (Chapecó) e dois no Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza). A UFFS foi criada no bojo das políticas de expansão e de interiorização das universidades públicas federais implementadas a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010). O referido PNE estabeleceu metas alvissareiras quanto à expansão das matrículas de graduação: ampliação de 12% para 30% do percentual de matrículas de educação superior para

¹² O IFSC ofertas cursos técnicos em nível médio e técnico pós Ensino Médio, mas estes cursos não fazem parte deste estudo.

jovens entre 18 a 24 anos e oferta de, no mínimo, 40% das matrículas pelo setor público (Brasil, 2001).

A criação de universidades públicas nas regiões Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná vinham sendo propostas e defendidas desde os anos 80 do século passado. A interiorização foi historicamente defendida sob o argumento de que a presença de instituições públicas era fundamental para reduzir o êxodo dos jovens dos pequenos e médios municípios em direção às capitais e aos centros urbanos do país. A UFFS foi criada, portanto, com o propósito de democratizar o acesso ao ensino superior, promover o desenvolvimento regional sustentável e contribuir para a formação de profissionais capacitados nas áreas de maior demanda da região. Ela foi criada com o propósito de combater as desigualdades sociais e regionais e incluir especialmente os jovens oriundos do ensino médio público e das famílias mais pobres (Trevisol, 2016; Zarth, 2016).

As atividades letivas da UFFS iniciaram em 29 de março de 2010. A comunidade acadêmica tem crescido exponencialmente ao longo dos anos. Após quinze anos de existência, completados em 15 de setembro de 2024, a UFFS oferta atualmente 54 cursos de graduação, 19 mestrados, cinco doutorados, 36 programas de residências médicas e dezenas de cursos de especialização e de aperfeiçoamento. São aproximadamente 8.765 estudantes (7.261 de graduação e 1.504 de pós-graduação), 769 professores (703 efetivos e 66 substitutos) e 689 servidores técnico-administrativos (UFFS, 2024).

No campus de Chapecó, a Universidade Federal da Fronteira Sul oferta atualmente dezesseis cursos de graduação e dez PPG, sendo dez mestrados e dois doutorados. Conforme listados no quadro 11.

Quadro 11 - Curso de graduação e pós-graduação *stricto sensu* da Universidade

Município	Curso de graduação	Curso de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> Mestrado e Doutorado
Chapecó	Administração Agronomia Ciência da Computação Ciências Econômicas Ciências sociais Educação especial, Inclusiva – Segunda Licenciatura Enfermagem Engenharia Ambiental e Sanitária Filosofia Geografia História Letras (Português e Espanhol) Matemática Medicina	Mestrado em Educação Mestrado em Filosofia Mestrado em Geografia Mestrado em Ciências Biomédicas Mestrado em Enfermagem Mestrado em Profissional em Administração Pública (Profiap) Mestrado Profissional em Matemática (Profmat) Mestrado e doutorado em História Mestrado e doutorado em Estudos Linguísticos Mestrado em Computação Aplicada

	Pedagogia	
--	-----------	--

Fonte: elaborado pela autora com base no site institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, 2025).

De acordo com os dados disponíveis no site institucional, em 2025 o Campus Chapecó ofertava 15 cursos de graduação com 2.357 discentes matriculados (INEP, 2024). A pós-graduação *stricto sensu* da instituição conta com 10 mestrados, 2 doutorados, 8 programas de residências médicas e diversos cursos de especialização e de aperfeiçoamento (UFFS, 2025). Com um total de 320 discentes matriculados em 2024 nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Desses, 54 estão vinculados ao Mestrado em Educação, 26 ao Mestrado em Filosofia, 32 ao Mestrado em Geografia, 30 ao Mestrado em Ciências Biomédicas, 20 ao Mestrado em Enfermagem, 11 ao Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), 27 ao Mestrado Profissional em Matemática (Profmat), e 36 ao Mestrado em História, além de 10 discentes matriculados no Doutorado em História. No programa de Estudos Linguísticos, há 34 discentes no Mestrado e 40 no Doutorado (GEOCAPES, 2024). Ressalta-se que, no caso do Mestrado em Computação, os dados não estavam disponíveis no momento de conclusão deste estudo.

3.6 A EXPANSÃO DAS IES COM FINS LUCRATIVOS

A primeira IES com fins lucrativos implantada em Chapecó foi o Centro Educacional Exponencial S.A., conhecido como Faculdade Exponencial (FIE), seguida pela Celler Faculdade e Unidade Central de Educação FAEM Faculdade Ltda (UCEFF).

3.6.1 A Faculdade Exponencial (FIE)

A Faculdade Exponencial (FIE) foi credenciada junto ao MEC em 2000, por meio da Portaria nº 870, de 23 de junho de 2000. Atuou como IES privada com fins lucrativos até a sua aquisição pela UNOESC em 2009. Durante seu funcionamento ofertou os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Gestão Comercial, Logística, Matemática, Psicologia e Sistemas de Informação (MEC, 2025). Após a sua aquisição, a FIE solicitou o seu descredenciamento junto ao MEC, tendo sido oficializado por meio da Portaria nº 1.770, publicada no Diário Oficial da União em 21 de outubro de 2019.

A Faculdade Exponencial manteve-se em atividade até 2009, quando foi adquirida pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Durante seu funcionamento, ofertou os cursos de graduação conforme o quadro 12.

Quadro 12 – Cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FIE

Município	Presencial
Chapecó	Administração Ciências Contábeis Direito Educação Física Gestão Comercial Logística Matemática Psicologia Sistema de Informação

Fonte: Elaborado pela autora com dados do site institucional do Ministério da Educação (MEC, 2025).

Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Gestão Comercial, Logística, Matemática, Psicologia e Sistemas de Informação¹³ (MEC, 2025).

3.6.2 A Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM)

A Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM) conhecida como (UCEFF) foi constituída a partir da fusão entre o Centro Universitário FAI, localizado em Itapiranga, e a Faculdade Empresarial de Chapecó (FAEM), esta última criada por meio da Portaria nº 3.376, de 17 de novembro de 2003 (MEC, 2025). Trata-se de uma instituição de ensino superior privada, com fins lucrativos, que atua em quatro municípios do estado de Santa Catarina: Chapecó, Concórdia, Itapiranga e São Miguel do Oeste.

Com formato multicampi, a UCEFF oferece cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* nas modalidades presencial, semipresencial e à distância (EaD). O quadro a seguir apresenta a relação dos cursos de graduação ofertados pela instituição no município de Chapecó em 2025 (UCEFF, 2025).

Quadro 13 - Cursos de graduação da FAEM (UCEFF) no município de Chapecó.

Município	Presencial	EaD
-----------	------------	-----

¹³ Maiores informações no site do Ministério da Educação MEC disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTUzNw==>. Acesso em fev. 2025.

Chapecó	Agronomia Administração Arquitetura e Urbanismo Biomedicina Ciências Contábeis Direito Enfermagem Engenharia Civil Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Fisioterapia Medicina Veterinária Nutrição Odontologia Psicologia	Administração Análise e Desenvolvimento de Sistemas Ciências Contábeis Educação Física – Licenciatura Gestão Agronegócio Gestão Comercial Gestão Financeira Gestão RH Logística Marketing Pedagogia Processos Gerenciais
---------	--	---

Fonte: elaborado pela autora com base no site institucional do Ministério da Educação. (MEC, 2025).

De acordo com o Censo da Educação Superior do INEP (2024), a FAEM/UCEFF, campus de Chapecó, ofertava 17 cursos de graduação na modalidade presencial, totalizando 1.646 discentes matriculados. Na modalidade à distância (EaD), a instituição ofertava 12 cursos, com 69 matrículas registradas no mesmo período totalizando 1715 discentes matriculados (INEP, 2024).

3.7 A EXPANSÃO DAS EAD NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

A Educação a Distância (EaD) no Brasil teve suas origens na década de 1990, a partir de duas principais iniciativas. A primeira delas foi de base legal, fundamentada na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), no Decreto nº 2.494/1998, no Decreto nº 2.561/1998, e na Medida Provisória nº 1.477-39/1997, posteriormente convertida na Lei nº 9.879/1999. A segunda iniciativa teve caráter institucional, com a criação da Subsecretaria de Programas de Educação à Distância, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em 1995 (Brasil, MP nº 962/1995), e da Secretaria de Educação à Distância (SEED) no âmbito do Ministério da Educação, em 1996 (Brasil, Decreto nº 1.917/1996) (Giolo, 2018; Trevisol, Toledo, 2021; Toledo, 2020).

Essas ações e programas foram implementados com o objetivo de apoiar a educação presencial e ampliar o acesso à educação superior em regiões remotas. Inicialmente, não se pretendia instituir uma nova modalidade de ensino, mas sim oferecer formação complementar a professores da educação básica, especialmente aqueles atuando em áreas com dificuldade de acesso à formação continuada. Conforme afirma Giolo (2018, p.76):

[...] a modalidade a distância era usada, principalmente, pelas instituições públicas que, em parceria com Estados e Municípios, cuidavam de dar formação superior aos milhares de professores que não tinham graduação e, segundo a LDB, deveriam obtê-la até 2006 (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, art. 87, § 4º).

A EaD, nesse contexto inicial, era concebida como uma estratégia de apoio à qualificação docente, e não como uma alternativa autônoma ao ensino presencial. Os primeiros dados sobre a educação à distância registrados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foram levantados no Censo da Educação Superior no ano de 2000, com as informações das Universidades públicas credenciadas. Entre elas, destacam-se a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Estadual do Ceará, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade do Estado de Mato Grosso e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (INEP, 2000; Giolo, 2018).

A experiência das instituições públicas na formação de professores a distância despertou o interesse das instituições privadas. Em 2002, havia nove IES privadas que ofertavam cursos superiores à distância no país.

A partir do ano 2000 inúmeros atos normativos foram publicados para regulamentar a oferta de EaD, cabendo destaque para a Lei nº 10.172/2001 (PNE 2001-2010), a Lei nº 10.861/2004 (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES); o Decreto nº 5.622/2005 (definiu regras para avaliação da Educação a Distância (EaD)); o Decreto nº 5.800/2006 (criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB)); a Lei nº 13.005/2014, (PNE 2014-2024); a Resolução nº 1 /2016 (fixou diretrizes e normas nacionais para a oferta de Educação à Distância); a Resolução nº 7 /CNE/2017 (autorizou a oferta de cursos dos PPG à distância); o Decreto nº 9.057/2017 (revogou o Decreto nº 5.622/2005 e o art. 1º do decreto nº. 6.303/2007, definindo e regulamentando a abertura de polos e cursos de graduação e pós-graduação à distância), a Portaria nº 275/CAPES/2018 (normatizou a oferta de PPG na modalidade à distância) (Trevisol, Toledo, 2021).

A seguir, o Quadro 14 apresenta as Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos de graduação à distância no município de Chapecó, durante o período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), entre 2014 e 2024.

Quadro 14 - IES que ofertam curso de graduação EaD em Chapecó em 2024

Nome de IES	Sigla	Início	Último Ano	Status	Matrículas
Centro Universitário Adventista de São Paulo	UNASP	2023	2024	Ativa	6

Nome de IES	Sigla	Início	Último Ano	Status	Matrículas
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli	*-	2020	2024	Inativa	0
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	UNIAN-RJ	2021	2024	Ativa	585
Centro Universitário Cidade Verde	UniCV	2021	2024	Ativa	229
Centro Universitário da Grande Dourados	UNIGRAN	2017	2024	Ativa	16
Centro Universitário das Américas	CAM	2019	2024	Ativa	12
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	2017	2022	Inativa	0
Centro Universitário de Araras	UNAR	2019	2024	Ativa	1
Centro Universitário do Sul de Minas	UNIS-MG	2022	2024	Ativa	3
Centro Universitário Estácio de Brasília – Estácio Brasília	ESTÁCIO BRASÍLIA	2022	2024	Ativa	154
Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	2018	2024	Ativa	94
Centro Universitário Fael	UNIFAEL	2014	2024	Ativa	115
Centro Universitário Fai	*-	2020	2024	Ativa	833
Centro Universitário Faveni	UNIFAVENI	2023	2024	Ativa	1
Centro Universitário FAVIP WYDEN	UniFavip Wyden	2019	2024	Ativa	0
Centro Universitário Guairacá	UNIGUAIACÁ	2021	2024	Ativa	1
Centro Universitário Internacional	UNINTER	2014	2024	Ativa	882
Centro Universitário Joaquim Nabuco de Recife	UNINABUCO RECIFE	2023	2024	Inativa	0
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	2017	2024	Ativa	2.588
Centro Universitário Maurício de Nassau	UNINASSAU	2018	2024	Ativa	15
Centro Universitário Maurício de Nassau Derby	UNINASSAU		2024	Ativa	2
Centro Universitário SENAC	SENACSP	2018	2024	Ativa	18
Centro Universitário SENAI Santa Catarina	UNISENAI	2023	2024	Ativa	1
Centro Universitário Sociesc	*-	2014	2024	Ativa	0
Centro Universitário UFBRA	*-		2024	Ativa	15
Centro Universitário Unibta	*-	2023	2023	Ativa	27
Centro Universitário Unidom – Bosco	UNIDOM - BOSCO	2023	2023	Ativa	16
Centro Universitário Unifatecie	UNIFATECIE	2021	2023	Ativa	198
Centro Universitário Unifecaf	*-	2023	2023	Ativa	0
Claretiano - Centro Universitário	CLARETIANO BT	2017	2023	Ativa	23
Escola Superior Aberta do Brasil	ESAB	2018	2022	Inativa	0
Faculdade Censupeg	*-	2023	2024	Ativa	1
Faculdade de Tecnologia Senai Chapecó	*-	2014	2022	Inativa	0
Faculdade de Educação Superior de Chapecó	FACESC	2017	2024	Ativa	40
Faculdade Empresarial de Chapecó	FAEM	2014	2023	Ativa	69
Faculdade Prepara	*-	2023	2023	Ativa	0
Faculdade Unina	*-	2020	2023	Ativa	10
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	2014	2023	Ativa	32

Nome de IES	Sigla	Início	Último Ano	Status	Matrículas
Universidade Anhanguera	UNIDERP	2016	2023	Ativa	0
Universidade Anhembí Morumbi	UAM	2019	2022	Inativa	0
Universidade Brasil	UB	2018	2019	Inativa	0
Universidade Cesumar	UNICESUMAR	2016	2023	Ativa	1.725
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	2018	2023	Ativa	98
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	2024	EaD	Ativa	48
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECÓ	2014	2023	Ativa	521
Universidade de Marília	UNIMAR	2022	2022	Inativa	0
Universidade do Contestado	UNC	2014	2021	Inativa	0
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	2014	2023	Ativa	93
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	2014	2023	Ativa	0
Universidade Estácio de Sá	UNESA	2018	2023	Ativa	147
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	2014	2019	Inativa	0
Universidade La Salle	UNILASALLE	2023	2023	Ativa	0
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	2014	2015	Inativa	0
Universidade Paranaense	UNIPAR	2017	2023	Ativa	1
Universidade Paulista	UNIP	2014	2023	Ativa	2
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	UNOPAR	2014	2023	Ativa	2.364
Universidade Positivo	UP	2018	2024	Ativa	21
Universidade Potiguar	UNP	2016	2020	Inativa	0
Universidade Universus Veritas Guarulhos	Univeritas UNG	2017	2019	Inativa	0
Total de matrículas					10.967

Fonte: Elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior do INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

*- O asterisco indica a ausência da sigla das instituições de ensino superior.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2024), o município de Chapecó no período de 2014 a 2024 vivenciou uma expressiva expansão da Educação a Distância (EaD). O total de Instituições de Educação Superior (IES) ativas que ofertavam cursos de graduação na modalidade à distância em 2024 são 45. Dentre as instituições, cinco atuavam simultaneamente nas modalidades presencial e a distância; juntas contabilizam 10.967 matrículas. Esse processo está em consonância com a tendência observada em âmbito nacional e reflete a intensificação da mercantilização do ensino superior, resultante das políticas educacionais de orientação neoliberais implementadas no período.

4 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CHAPECÓ: PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PNE (2014-2024)

[...] com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical.

Boaventura de Sousa Santos (2005, p.146).

Este capítulo se dedica a sistematizar e analisar os indicadores quantitativos da educação superior no município de Chapecó, com foco no período de vigência do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O objetivo é fornecer um panorama detalhado da evolução do setor na última década.

Toda a análise empírica apresentada é fundamentada nos microdados do Censo da Educação Superior, coletados e disponibilizados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa base de dados oficial garante a robustez e a confiabilidade das informações aqui consolidadas.

Para atingir tal objetivo, o capítulo está estruturado em quatro seções principais. A primeira traça o perfil das Instituições de Educação Superior (IES) em operação no município. A segunda analisa as características do corpo docente. A terceira se debruça sobre a oferta de cursos de graduação. Por fim, a quarta e mais densa seção detalha o perfil do corpo discente, investigando as dinâmicas de acesso e permanência. O capítulo se encerra com uma síntese analítica que dialoga diretamente com as metas do PNE.

Dessa forma, os dados aqui apresentados fornecerão a base empírica para responder às questões centrais desta dissertação, investigando as dinâmicas de expansão da educação superior em Chapecó e seu alinhamento (ou desalinhamento) com as políticas nacionais.

4.1 PERFIL DAS IES

Tendo em vista os objetivos propostos neste estudo, inicia-se a análise dos dados com uma caracterização geral das Instituições de Educação Superior (IES) em funcionamento no município de Chapecó, durante o período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Nessa perspectiva, são apresentadas informações referentes à categoria administrativa, à organização acadêmica e à modalidade de ensino dessas instituições, de modo a oferecer um panorama inicial que contribua para a compreensão do contexto local da educação superior.

4.1.1 Natureza administrativa

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2014 e 2024), o município de Chapecó contava em 2014, com 15 (IES), sendo 3 federais, 1 estadual, 3 especiais, 1 privada sem fins lucrativos e 7 privadas com fins lucrativos. No Quadro 15, são apresentadas as IES que ofertam cursos de graduação no município de Chapecó, bem como aquelas que, ao longo do decênio, deixaram de operar e de ofertar cursos de graduação no município.

Quadro 15 - Relação das IES que ofertam cursos e matrículas na educação superior no município de Chapecó em 2024

Nome da IES	Sigla	Categoria Administrativa	Modalidade
IES PÚBLICAS			
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	Pública Estadual	EaD Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	Pública Federal	Presencial
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Pública Federal	Presencial
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Pública Federal	EaD (Inativa)
IES SEM FINS LUCRATIVOS			
Centro Universitário Adventista de São Paulo	UNASP	Privada sem fins lucrativos	EaD
Centro Universitário da Grande Dourados	UNIGRAN	Privada sem fins lucrativos	EaD
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	Privada sem fins lucrativos	EaD
Centro Universitário de Araras	UNAR	Privada sem fins lucrativos	EaD
Centro Universitário do Sul de Minas	UNIS-MG	Privada sem fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Senac	SENAC SP	Privada sem fins lucrativos	EaD
Centro Universitário SENAI Santa Catarina	UNISENAI	Privada sem fins lucrativos	Presencial EaD
Claretiano - Centro Universitário	CLARETIANO BT	Privada sem fins lucrativos	EaD
Faculdade de Tecnologia Senai Chapecó	SENAI	Privada sem fins lucrativos	Presencial
Faculdade Santa Rita de Chapecó	*-	Privada sem fins lucrativos	Presencial
Faculdade Senac Chapecó	SENAC	Privada sem fins lucrativos	Presencial
Universidade Brasil	UB	Privada sem fins lucrativos	EaD (Inativa)
Universidade Comunitária da Região	UNOCHAPECÓ	Privada sem fins	EaD

Nome da IES	Sigla	Categoria Administrativa	Modalidade
de Chapecó		lucrativos	Presencial
Universidade do Contestado	UNC	Privada sem fins lucrativos	EaD (Inativa)
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	Privada sem fins lucrativos	EaD Presencial
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Privada sem fins lucrativos	EaD
Universidade La Salle	UNILASALLE	Privada sem fins lucrativos	EaD
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	Privada sem fins lucrativos	EaD (Inativa)
Universidade Universus Veritas Guarulhos	Univeritas UNG	Privada sem fins lucrativos	EaD (Inativa)
IES COM FINS LUCRATIVOS			
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli	*-	Privada com fins lucrativos	EaD (Inativa)
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	UNIAN-RJ	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Cidade Verde	UniCV	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário das Américas	CAM	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Estádio de Brasília – Estácio Brasília	ESTÁCIO BRASÍLIA	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Fael	UNIFAEAL	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Fai	*-	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Faveni	UNIFAVENI	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Favip Wyden	UniFavip Wyden	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Guairacá	UNIGUAIACÁ	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Internacional	UNINTER	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro universitário Joaquim Nabuco de Recife	UNINABUCO RECIFE	Privada com fins lucrativos	EaD (Inativa)
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Maurício de Nassau	UNINASSAU	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Maurício de Nassau Derby	UNINASSAU	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Sociesc	*_	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário UFBRA	UFBRA	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Unibta	*_	Privada com fins lucrativos	EaD

Nome da IES	Sigla	Categoria Administrativa	Modalidade
		lucrativos	
Centro Universitário Unidom – Bosco	UNIDOM-BOSCO	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Unifatecie	UNIFATECIE	Privada com fins lucrativos	EaD
Centro Universitário Unifecaf	*-	Privada com fins lucrativos	EaD
Escola Superior Aberta do Brasil	ESAB	Privada com fins lucrativos	EaD
Faculdade Censupeg	*-	Privada com fins lucrativos	EaD
Faculdade de Educação Superior de Chapecó	FACESC	Privada com fins lucrativos	Presencial
Faculdade Empresarial de Chapecó	FAEM	Privada com fins lucrativos	EaD Presencial
Faculdade Pitágoras Unopar Chapecó	*-	Privada com fins lucrativos	Presencial
Faculdade Prepara	*-	Privada com fins lucrativos	EaD
Faculdade Unina	*-	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Anhanguera	UNIDERP	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Anhambi Morumbi	UAM	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Cesumar	UNICESUMAR	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade de Marília	UNIMAR	Privada com fins lucrativos	EaD (Inativa)
Universidade Estácio de Sá	UNESA	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Paulista	UNIP	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Paranaense	UNIPAR	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	UNOPAR	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Positivo	UP	Privada com fins lucrativos	EaD
Universidade Potiguar	UNP	Privada com fins lucrativos	EaD (Inativa)

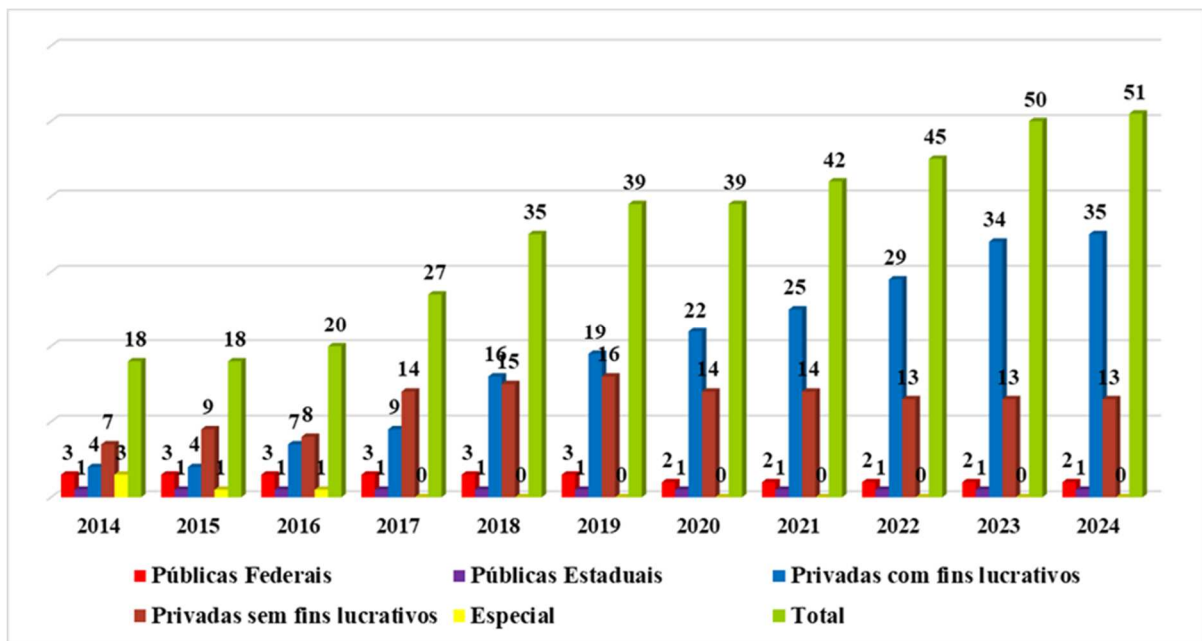
Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

*- O asterisco indica a ausência da sigla das instituições de ensino superior.

A análise desses dados permite observar a dinâmica do sistema de ensino superior local, marcada por processos de expansão do número de cursos de graduação e reestruturação da IES. O número de IES presentes no município de Chapecó apresentou oscilações ao longo do decênio. Nesse período, deixaram de ofertar cursos de graduação no município, 4 instituições privadas com fins lucrativos, 4 instituições privadas sem fins lucrativos e 1 universidade federal.

Por outro lado, novas instituições privadas com fins lucrativos iniciaram suas atividades durante o período, ampliando novamente a presença desse segmento no município. Assim, em 2024, Chapecó contava com 51 IES em funcionamento, sendo duas públicas federais, uma pública estadual, 13 privadas sem fins lucrativos e 35 privadas com fins lucrativos. Conforme se apresenta no gráfico 12.

Gráfico 12 - Evolução das Instituições por categorias administrativas entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Os dados evidenciam um expressivo crescimento no número de IES no município de Chapecó, correspondente a um aumento de aproximadamente 240% no período compreendido entre 2014 e 2024. Assim, o município passou a contar com 51 instituições, sendo 2 federais, 1 estadual, 13 privadas sem fins lucrativos e 35 privadas com fins lucrativos. Esse crescimento acompanha as diretrizes da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que propõe a ampliação da taxa bruta e líquida de matrícula na educação superior, reafirmando o compromisso nacional com a expansão do acesso e a democratização desse nível de ensino.

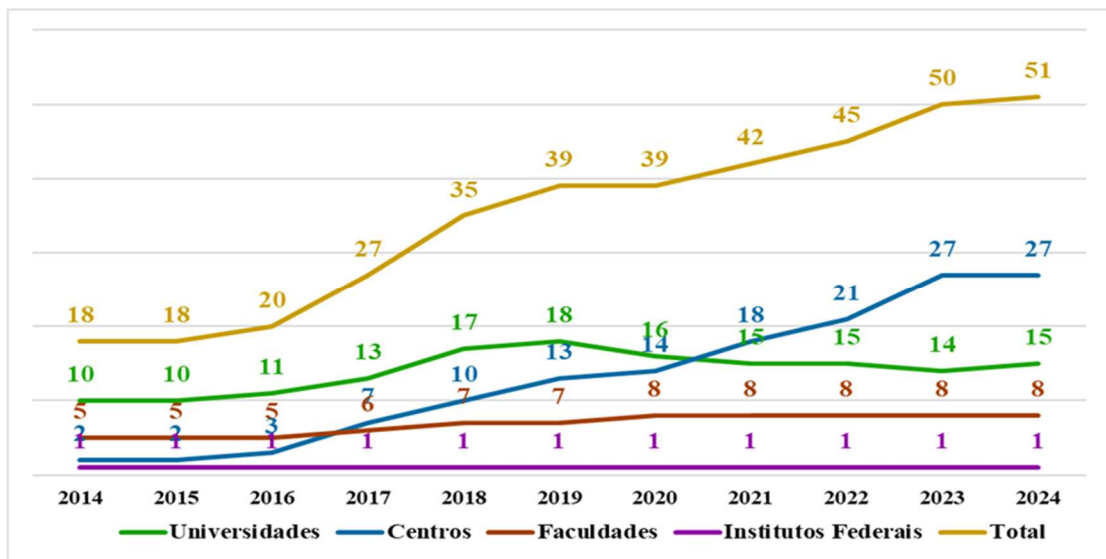
4.1.2 Organização Acadêmica

A análise da evolução das IES por tipo de organização acadêmica no município de Chapecó revela tendências significativas na configuração do ensino superior local. Observa-se uma predominância crescente de faculdades, especialmente a partir de 2017, em detrimento de formas organizacionais mais complexas, como universidades e centros universitários. Esse fenômeno está diretamente relacionado à expansão do setor privado com fins lucrativos, que tende a adotar o formato de faculdades por demandar menores exigências regulatórias e investimentos financeiros mais reduzidos.

As universidades, que devem assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de manter pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral, apresentaram estabilidade ou leve declínio em seu número ao longo do período. Tal cenário reflete tanto a estagnação do setor público, quanto à preferência do setor privado por modelos institucionais menos onerosos e de menor complexidade administrativa.

O Gráfico 13 apresenta a evolução das IES no município de Chapecó segundo a organização acadêmica, durante o período de vigência do PNE 2014–2024, evidenciando essas transformações no panorama local do ensino superior.

Gráfico 13 - Evolução das IES por organização acadêmica entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

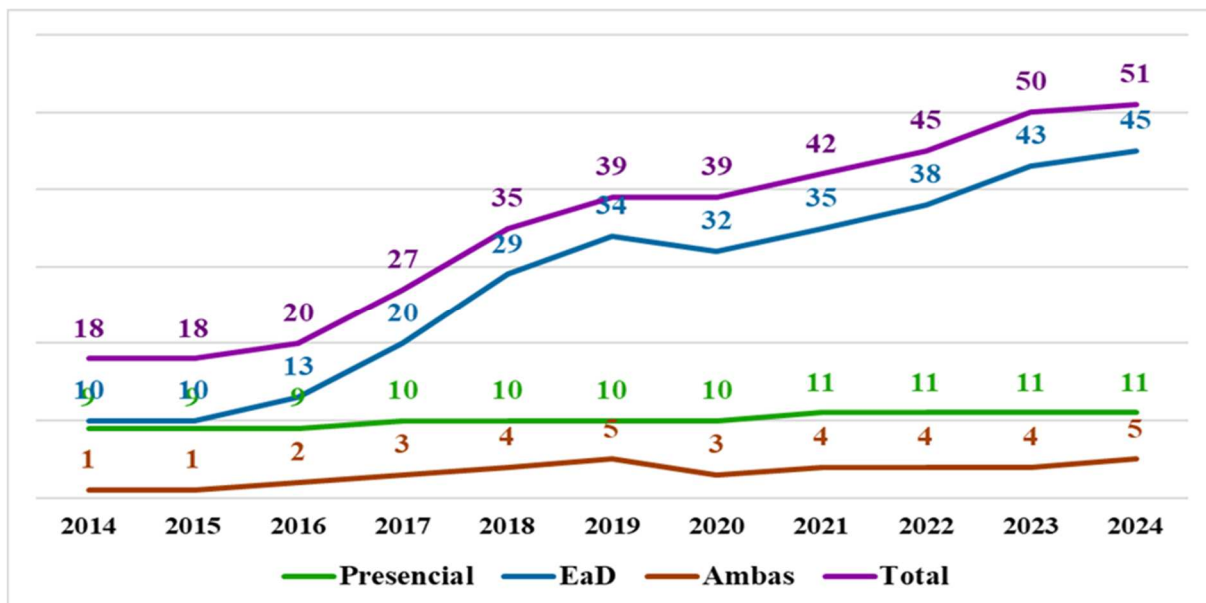
De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2014–2024), apresentados no Gráfico 13, durante o período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), o município de Chapecó registrou crescimento significativo no número de Instituições de Educação Superior (IES). As universidades foram as que mais evoluíram, passando de 10 para 15, o que representa um aumento de 50%. Destacam-se, contudo, os centros universitários, que ampliaram sua presença de 2 para 27 instituições, correspondendo a um expressivo crescimento de 740%. Já os institutos federais mantiveram-se estáveis ao longo do período, com apenas uma unidade em funcionamento. As faculdades, por sua vez, passaram de 5 para 8 instituições, apresentando um aumento menos significativo, de aproximadamente 6,2%.

Essa configuração tem implicações diretas para a qualidade e o perfil da formação oferecida, uma vez que as faculdades, em sua maioria, concentram-se predominantemente na atividade de ensino, com menor ênfase em pesquisa e extensão. O cenário evidencia, portanto, uma expansão quantitativa das Instituições de Educação Superior no município, que nem sempre se traduz em diversificação qualitativa da oferta educacional ou em avanços efetivos na produção de conhecimento e na consolidação de uma cultura acadêmica mais ampla.

4.1.3 Modalidades de oferta

Esta seção apresenta uma análise da evolução das instituições de educação superior por modalidade de ensino presencial e EaD, no município de Chapecó. No Gráfico 14 demonstra-se a evolução do número de instituições em cada modalidade de ensino.

Gráfico 14 - Evolução do número de IES por modalidade de ensino entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Conforme apresentado no Gráfico 14, observa-se que o número de Instituições de Educação Superior (IES) no município de Chapecó é majoritariamente vinculado à modalidade de Educação a Distância (EaD). Durante o período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, o número de instituições que ofertam cursos na modalidade EaD passou de 10 para 45, representando um aumento de aproximadamente 350%. No mesmo intervalo, o número de instituições que oferecem cursos presenciais cresceu de 9, em 2014, para 11 em 2024, correspondendo a um acréscimo de 18%.

O gráfico apresenta três linhas: a primeira representa o número de IES que ofertam cursos na modalidade EaD (2024 = 45); a segunda, o número de instituições que oferecem cursos presenciais (2024 = 11); e a terceira, o total de IES presentes no município (2024 = 51). A diferença entre o total e a soma das duas modalidades deve-se ao fato de que algumas instituições atuam simultaneamente nas modalidades presencial e a distância. Em 2024, por exemplo, cinco instituições ofertavam cursos em ambas às modalidades, sendo contabilizadas apenas uma vez no total de IES existentes no município.

4.2 CURSOS

A análise dos cursos de graduação no município de Chapecó, abrangendo o período de 2014 a 2024, revela um panorama complexo e dinâmico, marcado por tendências de consolidação, crescimento exponencial e desalinhamentos estratégicos entre a oferta de cursos

e a demanda discente. A evolução das matrículas e da oferta de vagas por área de conhecimento reflete não apenas as aspirações profissionais da população, mas também as transformações do mercado de trabalho e a forte influência da matriz econômica regional, ancorada na agroindústria. Uma leitura crítica dos números permite identificar movimentos setoriais distintos que delineiam os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento do capital humano na região.

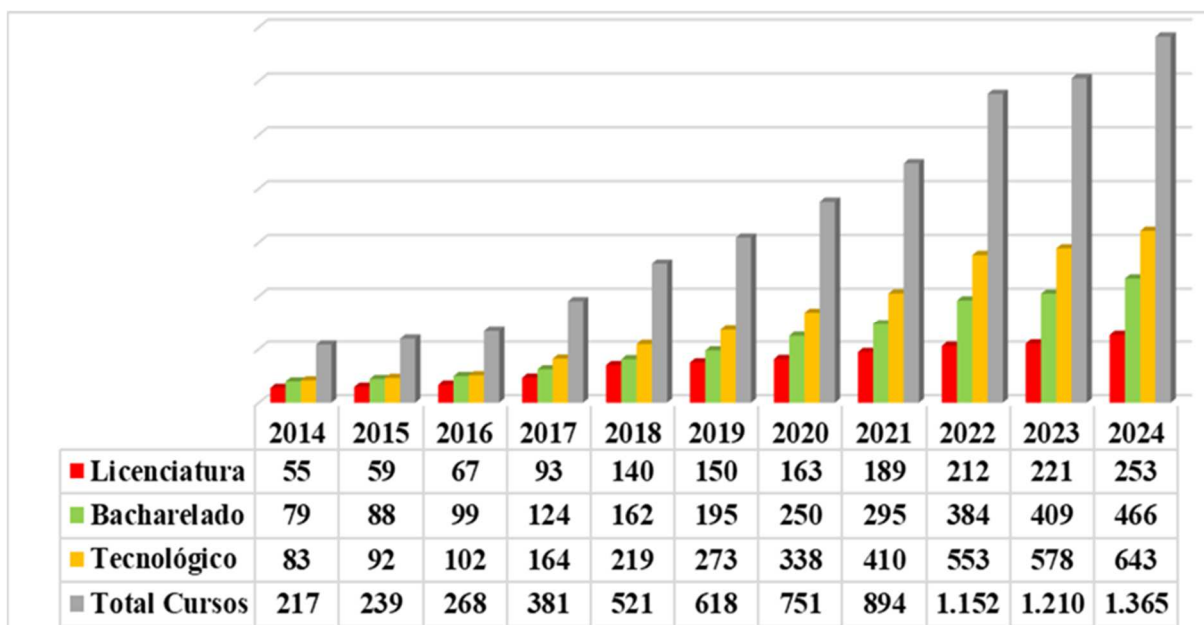
4.2.1 Grau acadêmico

Quanto ao grau acadêmico dos cursos de graduação do município de Chapecó no período de 2014-2024, de acordo com os dados do INEP (2024), observa-se um crescimento significativo no número de cursos de graduação em todos os graus acadêmicos. No entanto, esse crescimento ocorreu de forma desigual entre as categorias de bacharelado, licenciatura e tecnológico.

O número de cursos de bacharelado passou de 79 em 2014 para 466 em 2024, representando um aumento de aproximadamente 489,9% no decênio. O crescimento foi constante, com destaque para o período entre 2018 e 2022, quando o total de cursos praticamente dobrou (de 195 para 384). Esse comportamento indica uma ampliação expressiva das formações voltadas às áreas profissionais e de mercado, como Administração, Direito e Engenharias, tradicionalmente ofertadas por instituições privadas.

Os cursos tecnológicos foram os que apresentaram o crescimento mais acentuado. O número passou de 83 em 2014 para 643 em 2024, um aumento de 674,7%. Esse resultado reflete a ampliação dos cursos de curta duração, de perfil mais prático e voltado às demandas imediatas do mercado de trabalho. A expansão dessa categoria está diretamente relacionada à difusão da modalidade de Educação a Distância (EaD) e às políticas de flexibilização regulatória, que favoreceram a abertura de novos cursos tecnológicos por instituições privadas. Conforme são listados os dados no gráfico 15.

Gráfico 15 - Evolução do número de cursos de graduação por grau acadêmico entre 2014 –
2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

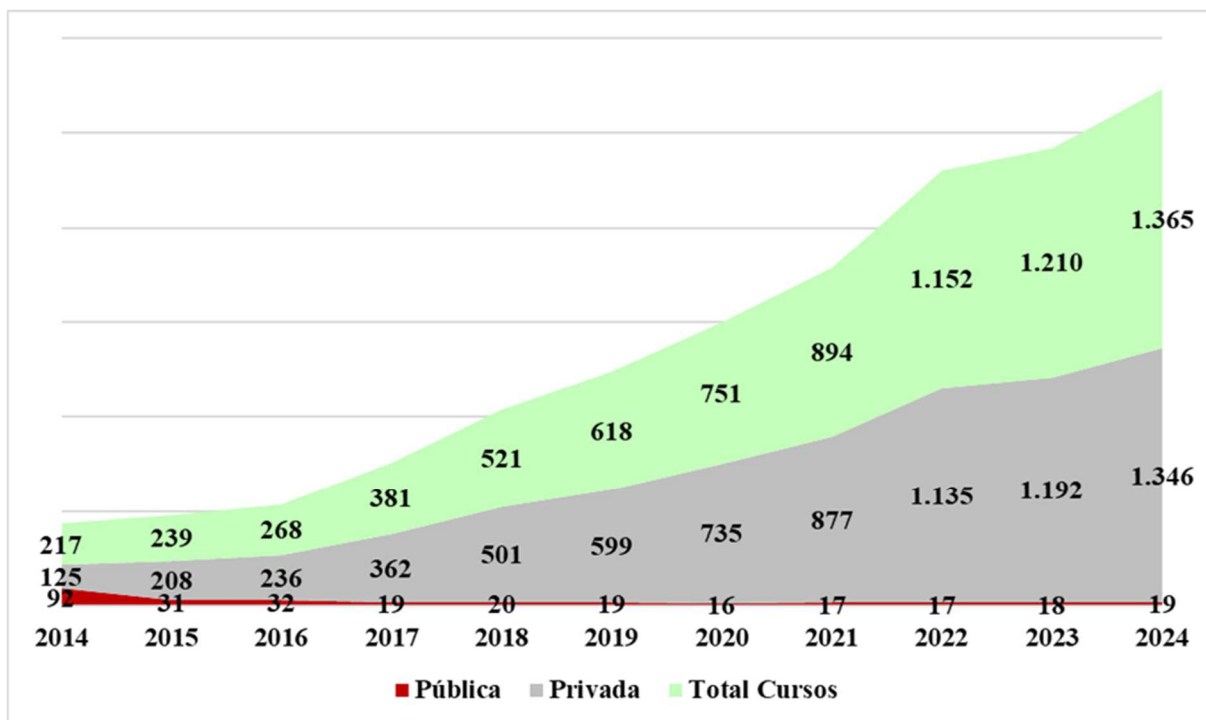
Em 2014, o município ofertava apenas 55 cursos de licenciatura. Em 2024, esse número cresceu, alcançando 253 cursos, o que evidencia uma expressiva expansão da formação de professores no período analisado. De modo geral, o cenário evidencia uma diversificação e ampliação significativa da oferta de cursos de graduação em Chapecó. Os cursos de licenciatura apresentaram um aumento de aproximadamente 360%, enquanto o crescimento mais expressivo ocorreu nas formações de bacharelado, com 489,9%, e nos cursos tecnológicos, que registraram um acréscimo de 674,7% no período de 2014 a 2024. Essa tendência está alinhada ao processo de mercantilização da educação superior, impulsionado pela expansão da modalidade de educação à distância (EaD) e pelo protagonismo das instituições privadas na oferta de cursos, especialmente aqueles voltados às demandas imediatas do mercado de trabalho.

4.2.2 Cursos por rede

De acordo com os dados do INEP (2024), os cursos de graduação ofertados pela rede pública no município de Chapecó somavam 92 em 2014 e reduziram para 19 em 2024, o que representa uma diminuição aproximada de 79,35%. Observam-se estas oscilações ao longo do decênio, e é devido às 3 IES que eram classificadas como especiais e os cursos classificados como públicos passaram a pertencer a natureza administrativa privada sem fins lucrativos o que justifica a queda mais acentuada entre 2015 e 2017, seguida de um período de relativa estabilidade nos anos posteriores.

A rede privada, por sua vez, ofertava 125 cursos em 2014 e encerrou o período com 1.346 cursos de graduação em 2024, registrando um crescimento de 978% ao longo do decênio. Esse aumento ocorreu de forma contínua, com destaque para expansão verificada a partir de 2018, quando o número de cursos praticamente dobrou, em 2018 com 501 cursos e 2022 com 1.135 cursos. Esse movimento é evidenciado no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Evolução dos números de cursos de graduação por rede entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

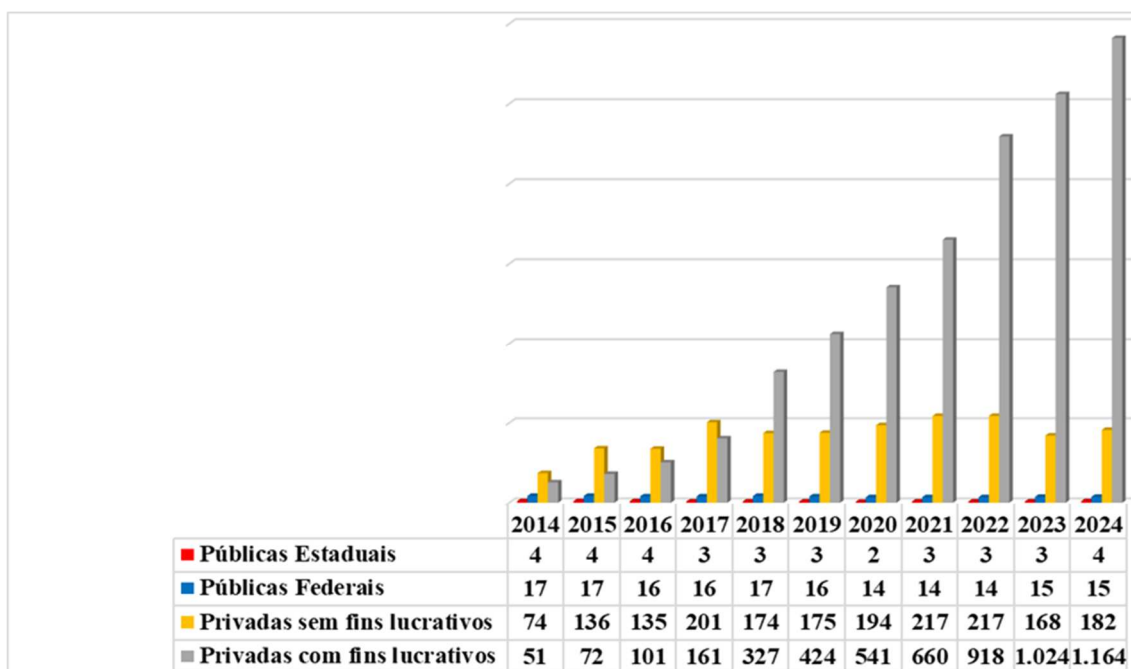
De acordo com os dados do Censo da Educação Superior INEP (2024), observa-se que, do total de 1.365 cursos ofertados no município, apenas uma parcela reduzida está vinculada à rede pública, 1,39%. Em contraste, verifica-se a predominância do setor privado com 98,61% na oferta de cursos no município (INEP, 2024). A evolução do número de cursos de graduação no município de Chapecó reflete o movimento de expansão da modalidade à distância (EaD) e o expressivo avanço das instituições privadas, que acompanharam a ampliação do mercado educacional e as políticas de incentivo ao ensino superior privado. Essa tendência evidencia a consolidação do setor privado como principal responsável pela expansão da oferta de cursos no município, em contraste com a estagnação observada na rede pública ao longo do decênio.

4.2.3 Cursos por categorias administrativas

Os cursos de graduação ofertados no município de Chapecó ao longo do decênio de 2014 a 2024, organizados pelas categorias administrativas conforme os dados do gráfico 17, no qual, observa-se que instituições públicas estaduais, obtiveram uma oscilação discreta no número de cursos e que se manteve entre 2 e 4 ao longo do período. Em 2014, havia 4 cursos ofertados, número que se manteve até 2016, decresceu para 3 entre 2017 e 2019, e chegou a 2 cursos em 2020. A partir de 2021 houve uma recuperação parcial, retornando a 4 cursos em 2024. Já nas instituições públicas federais, o número de cursos apresentou uma leve redução: de 17 cursos em 2014 para 15 em 2024.

Em contraste, o setor privado sem fins lucrativos apresentou crescimento substancial, passando de 74 cursos em 2014 para 182 em 2024, um aumento de aproximadamente 146%. O crescimento mais acentuado ocorreu nas instituições privadas com fins lucrativos, cujo número de cursos saltou de 51 em 2014 para 1.164 em 2024, representando um aumento superior a 2.182%.

Gráfico 17 - Evolução do número de cursos por categoria administrativa entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 17, as instituições privadas com fins lucrativos são responsáveis pela oferta de 85,24% dos cursos de graduação no município. As instituições privadas sem fins lucrativos ofertam 13,33% dos cursos, enquanto a rede pública

federal responde por 1,10% e a rede pública estadual por 0,29% (INEP, 2024). Esses dados evidenciam a forte presença do setor privado na estrutura de oferta de cursos de graduação, reforçando a tendência de mercantilização da educação superior no município ao longo do período analisado.

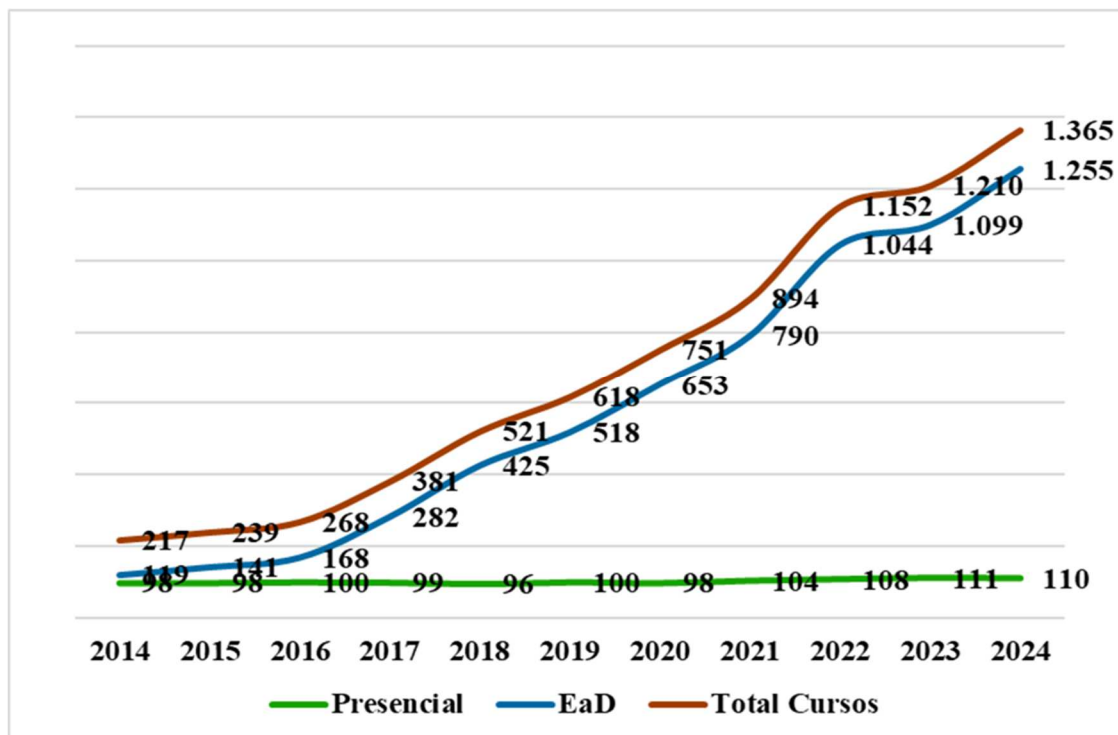
4.2.4 Cursos por modalidades de ensino

As modalidades de ensino presencial e a distância (EaD) revelam uma ampliação significativa da oferta de cursos de graduação no município. Em 2014 eram ofertados 217 cursos, em 2024 o número de cursos aumentou para 1.365 cursos de graduação, um aumento de aproximadamente 528,9% ao longo do decênio.

Em 2014, na modalidade EaD eram ofertados 119 cursos, em 2024 esse número alcançou 1.255 cursos, representando um crescimento expressivo de 954,6% no período (INEP, 2024). Entretanto, esse aumento não ocorreu de forma homogênea entre as modalidades presencial e a distância, evidenciando uma mudança estrutural na dinâmica da oferta.

A modalidade presencial apresentou relativa estabilidade ao longo dos anos, variando entre 96 e 111 cursos. Em 2014, havia 98 cursos presenciais, número que se manteve praticamente constante durante o decênio, alcançando 110 cursos em 2024, um aumento de 12,24%. Essa estabilidade indica que a expansão da oferta educacional no município não foi impulsionada pelo ensino presencial. Conforme se apresenta no gráfico 18.

Gráfico 18 - Evolução dos números de curso de graduação entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Conforme os dados do Censo do INEP (2024), observa-se que a modalidade EaD passou de 54,84% dos cursos ofertados em 2014 para 91,6% em 2024, transformando de maneira significativa o cenário da educação superior no município. Em contrapartida, a modalidade presencial, que representava 45,16% da oferta total em 2014, reduziu sua participação para apenas 8,05% em 2024. Esse movimento evidencia uma mudança estrutural na distribuição dos cursos, marcada pela forte expansão do Ensino a Distância (EaD) ao longo do período analisado.

4.2.5 As áreas dos cursos de graduação

Os cursos de graduação presenciais por área de conhecimento com maior número de matrículas no período de vigência do PNE (2014-2024) demonstrou ao longo das décadas transformações distintas, algumas áreas apresentando crescimento, outra estagnação e várias com forte queda, especialmente a partir de 2018, quando a expansão do EaD ganhou intensidade no Brasil. O comportamento das matrículas também é sensível ao ciclo econômico, às mudanças na política de financiamento estudantil (FIES) e à abertura/fechamento de cursos nas IES locais. Na tabela 5, apresenta-se os 10 cursos de graduação presencial com maior número de matrículas em 2024.

Tabela 5 - Os dez cursos de graduação presenciais com maior número de matrículas entre 2014 – 2024

Matrículas											
Cursos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Direito	1.894	1.829	1.814	1.839	1.705	1.696	1.524	1.466	1.472	1.569	1.953
Administração	1.190	1.118	986	950	1.035	1.070	1.007	999	836	1.140	1.244
Pedagogia	519	577	645	733	712	626	655	690	467	1.300	1.063
Engenharia Civil	1.068	1.163	1.106	1.052	953	807	621	540	441	456	610
Enfermagem	505	505	510	524	535	683	630	649	666	659	679
Arquitetura e Urbanismo	720	798	803	789	734	628	539	434	368	358	333
Ciências Contábeis	676	667	569	502	593	652	609	585	547	495	409
Ciência da Computação	404	429	438	449	488	533	586	637	632	721	813
Agronomia	489	536	569	576	563	557	540	513	422	392	412
Educação Física	506	549	589	587	597	633	531	412	340	314	263

Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

O Direito tem sido o curso com a maior demanda no período. As matrículas permaneceram relativamente estáveis entre 2014 e 2020, variando entre 1.700 e 1.900 discentes matriculados. Houve uma queda moderada no período de 2020–2021, marcado pela pandemia, seguida de uma forte recuperação em 2023 e 2024, quando o curso alcançou 1.953 matrículas, representando um aumento de aproximadamente 3,1%.

A Administração foi o curso que apresentou forte queda no número de matrículas entre 2014, quando registrava 1.190 estudantes, e 2021, com 999 matriculados. Entretanto, verificou-se uma recuperação significativa em 2023 e 2024, atingindo 1.244 matrículas, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 4,5%.

O curso de Pedagogia demonstrou crescimento moderado até 2021, alcançando 690 matrículas. Em 2023, apresentou um salto expressivo, totalizando 1.300 estudantes, seguido de uma retração em 2024, quando registrou 1.063 matrículas. Ainda assim, o aumento no período corresponde a aproximadamente 104,8%.

O curso de Engenharia Civil apresentou uma queda acentuada nas matrículas ao longo do período analisado. Em 2014 e 2015, registrou 1.068 e 1.163 matrículas, respectivamente. A partir de 2017 observa-se uma forte retração, alcançando apenas 540 matrículas em 2021. Em 2024, porém, verifica-se uma retomada no número de estudantes, chegando a 610 matrículas, embora ainda represente uma redução de aproximadamente 42,9% em relação a 2014.

O curso de Enfermagem, por sua vez, manteve um padrão de estabilidade e crescimento contínuo. As matrículas passaram de 505 discentes em 2014 para 679 em 2024. Trata-se de um curso com alta empregabilidade e valorização no campo da saúde, especialmente após a pandemia, fatores que contribuíram para sustentar a demanda. No período, o curso apresentou um aumento de aproximadamente 34,5%, configurando-se como um dos mais estáveis do decênio.

O curso de Arquitetura e Urbanismo foi o que apresentou um aumento inicial no número de matrículas, passando de 720 discentes em 2014 para 803 em 2016. Na sequência, observa-se uma redução contínua, alcançando 333 matrículas em 2024, o que representa uma queda de aproximadamente 53,8% no período.

Ciências Contábeis foi o curso que registrou redução no número de matrículas ao longo da década. Em 2014, registrava 676 discentes, enquanto em 2024 contabilizou 409 estudantes, resultando em uma queda de aproximadamente 39,5%.

O Curso de Ciência da Computação apresentou crescimento constante ao longo do período analisado. Em 2014, registrava 404 discentes matriculados e, em 2024, alcançou 813 matrículas, configurando um aumento de aproximadamente 101,2%.

O de Agronomia demonstrou relativa estabilidade entre 2014, com 489 matrículas, e 2021, com 513 estudantes. Nos anos seguintes, observa-se uma queda mais acentuada, com 422 matrículas em 2022 e 392 em 2023. Em 2024, ocorreu uma leve recuperação, totalizando 412 discentes, o que representa um aumento de cerca de 2% em relação ao ano anterior.

A Educação Física registrou queda contínua e significativa no número de matrículas no período. Em 2014, contava com 506 discentes matriculados, enquanto em 2024 registrou 263 estudantes, o que representa uma redução de aproximadamente 48%.

A expansão da Educação a Distância (EaD) em Chapecó entre 2014 e 2024 revela um movimento consistente de ampliação da demanda e diversificação da oferta de cursos, acompanhando uma tendência nacional acelerada pela consolidação de plataformas digitais, mudanças regulatórias e maior aceitação social da modalidade. A seguir na tabela 6, apresentam-se os dez cursos com maior volume de matrículas no período de vigência do Plano Nacional de Educação PNE (2014- 2024).

Tabela 6 - Os dez cursos graduação EaD com maior número de matrículas entre 2014 – 2024

Matrículas											
Cursos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pedagogia	723	895	959	989	981	996	1.069	1.032	1.180	1.049	1.104
Administração	469	467	484	484	660	753	874	979	1095	1.126	1.031

Educação Física	96	185	252	400	471	579	705	772	798	860	850
Processos Gerenciais	319	274	336	410	473	630	687	675	659	724	712
Ciências Contábeis	287	312	349	348	429	480	524	594	704	707	670
Gestão de Recursos Humanos	225	190	195	178	278	269	335	328	379	336	280
Biomedicina	0	0	0	0	0	147	272	420	583	546	541
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	39	38	40	48	42	80	123	187	315	356	368
Logística	72	72	82	84	143	166	201	215	226	236	222
Gestão Comercial	14	11	19	57	118	165	205	219	201	222	193

Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

O curso de Pedagogia apresentou crescimento significativo ao longo do decênio. Em 2014 registrava 723 matrículas e atingiu 1.104 em 2024, representando um aumento aproximado de 52,7%. Apresentou pequenas oscilações entre 2020 e 2023, sendo que este período coincide com a pandemia do Covid 19.

O curso de Administração apresentou um ritmo de crescimento contínuo e acompanha o padrão nacional, saindo de 469 matrículas em 2014 para 1.031 em 2024, o que representa um aumento aproximado de 119,8%.

A Educação Física foi o curso marcado por uma trajetória de expansão acelerada em 2014 com 96 matrículas em 2014 para 850 em 2024, configurando um crescimento de 785,4%.

Os Processos Gerenciais foi o curso marcado por variações moderadas ao longo do período. Parte de 319 matrículas em 2014 e atinge picos em 2019 com 630 e, 2020 com 687 matrículas, e encerra 2024 com 712 matrículas. O crescimento no período é de 123,2%.

Ciências Contábeis foi o curso registrou um crescimento contínuo até 2023. Saiu de 287 matrículas em 2014 para 670 matrículas em 2024, o que representa um aumento de 133,1%.

O Curso de Gestão de Recursos Humanos apresentou crescimento até 2022, seguido de redução nos dois últimos anos. Em 2014 havia 225 matrículas e em 2024 foram registradas 280, um aumento total de 24,4%.

A Biomedicina inicia sua oferta de curso apenas em 2019 e experimenta crescimento rápido de 147 matrículas em 2019 para 541 matrículas em 2024. Entre 2019 e 2024, o aumento acumulado é de 268%, refletindo maior interesse pelas áreas da saúde após a pandemia e a ampliação da oferta privada.

A Análise e Desenvolvimento de Sistemas demonstra crescimento expressivo e contínuo, passando de 39 matrículas em 2014 para 368 em 2024, o que representa aumento de 843,5%.

A Logística foi o curso que apresentou uma evolução moderada no número de matrículas. Em 2014 registrava 72 matrículas e em 2024 contabiliza 222, um aumento de 208,3%.

A Gestão Comercial apresentou uma trajetória irregular, mas com crescimento no período. Em 2014 havia 14 matrículas e, em 2024, 193, totalizando um aumento de 1.278%.

4.3 MATRÍCULAS, INGRESSANTES E CONCLUINTES

4.3.1 Grau acadêmico

A evolução da educação superior em Chapecó no período de 2014 a 2024 apresenta diferenças importantes entre os três graus acadêmicos ofertados: bacharelado, licenciatura e cursos superiores de tecnologia. A análise a seguir considera três indicadores fundamentais: matrículas, ingressos e concluintes.

Conforme os dados do Censo da educação superior INEP (2024) os cursos de bacharel mantiveram-se ao longo do decênio, um padrão de estabilidade nas matrículas, oscilando entre 12.656 em 2014 e 16.429 em 2023. No ano de 2024, observa-se uma leve queda para 15.696 matrículas, mas, ainda assim, acima dos níveis iniciais.

Os ingressos cresceram progressivamente, passando de 4.511 em 2014 para 7.457 em 2024, representando um aumento significativo na demanda. No que se refere aos concluintes, também há crescimento: de 1.380 em 2014 para 2.040 em 2024, indicando ampliação da capacidade formativa nas instituições do município.

As licenciaturas apresentam um movimento distinto dos bacharelados. Apesar de um crescimento inicial nas matrículas de 3.159 em 2014 para um pico de 4.462 em 2023 e uma queda em 2024, com 4.049 matrículas. O número de ingressos oscilou ao longo dos anos, com picos em 2017 de 1.829 e em 2023 um aumento de 2.651 ingressantes e apresentou uma redução de 1.706 em 2024. Os concluintes apresentaram variações no decorrer do decênio, inicialmente em 2014 com 289 concluintes, um aumento significativo com 692 em 2018 e uma redução para 379 concluintes em 2024.

Já os cursos tecnológicos apresentaram o crescimento mais expressivo. As matrículas mais que dobraram no período, passando de 1.795 em 2014 para 5.078 em 2024. O crescimento é ainda mais evidente nos ingressos, que saltaram de 836 em 2014 para 3.395 em 2024, apesar

de uma leve redução em relação ao pico de 3.667 em 2023. Embora os concluintes variem anualmente, observa-se um movimento de expansão, de 552 concluintes em 2014 para 649 concluintes em 2024. Esses dados analisados estão elencados na tabela 7:

Tabela 7: Evolução do número de matrículas, ingresso e concluintes por grau acadêmico entre 2014 – 2024

Ano	Bacharelado			Licenciatura			Tecnólogo		
	Matrículas	Ingressos	Concluintes	Matrículas	Ingressos	Concluintes	Matrículas	Ingressos	Concluintes
2014	12.656	4.511	1.380	3.159	1.436	289	1.795	836	552
2015	12.975	4.381	1.620	3.562	1.522	377	1.695	832	403
2016	12.935	4.477	1.603	3.838	1.696	424	1.732	938	469
2017	13.048	4.378	1.778	4.039	1.829	640	1.922	1.341	423
2018	13.424	4.797	1.853	4.072	1.812	692	2.575	1.792	575
2019	14.540	5.429	1.978	3.977	1.599	652	3.031	1.805	716
2020	14.461	5.243	1.773	4.108	1.687	533	3.412	2.204	670
2021	15.064	5.920	1.742	4.275	1.683	668	4.061	2.904	559
2022	15.696	6.730	1.693	3.691	2.008	484	4.526	3.345	469
2023	16.429	7.099	2.002	4.462	2.651	574	5.089	3.667	712
2024	15.696	7.457	2.040	4.049	1.706	379	5.078	3.395	649

Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2024) revelam que os cursos de bacharelado apresentaram um aumento de 24,02% no número de matrículas, 65,3% no ingresso de novos estudantes e 47,85% no total de concluintes ao longo do decênio. No caso dos cursos de licenciatura, o crescimento foi mais moderado, as matrículas aumentaram 28,2%, os ingressantes 18,8% e o número de concluintes 31,14%.

Por sua vez, os cursos tecnológicos foram aqueles que registraram as variações mais expressivas no período analisado. As matrículas nessa modalidade cresceram 182,24%, os ingressantes 306,09%, e o número de concluintes apresentou elevação de 17,57%. Esses dados evidenciam uma expansão significativa no interesse e na oferta dos cursos tecnológicos, especialmente no que se refere à entrada de novos estudantes.

4.3.2 Modalidade de Ensino

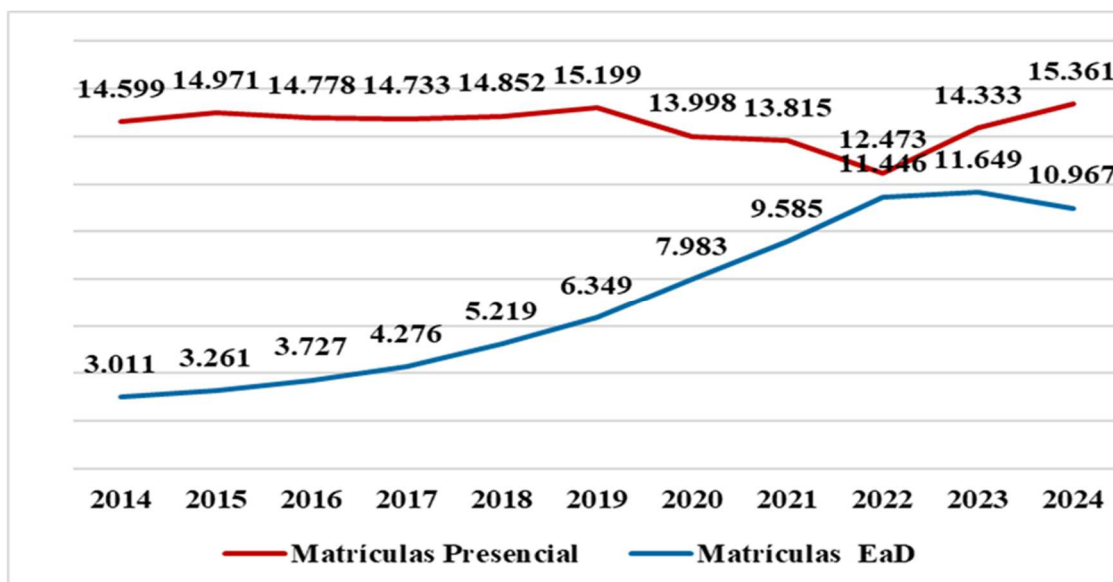
As modalidades de ensino presencial, caracterizada pelo formato tradicional em que os estudantes compartilham o mesmo espaço físico, e a distância (EaD), que rompe barreiras

geográficas ao deslocar o processo educativo para ambientes virtuais, estão presentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) do município, com a oferta de um número significativo de cursos de graduação. Nesta seção, apresenta-se a evolução do número de matrículas, ingressos e concluintes de acordo com as modalidades de ensino.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior INEP 2014 as matrículas no período de 2014-2024 da educação superior do município do Chapecó revelam dinâmicas distintas. Na modalidade presencial entre 2014 a 2019, as matrículas variam entre 14,599 mil e 15,199 mil, indicando estabilidade com leve crescimento até 2019. Porém, entre 2020 a 2022 ocorreu a redução das matrículas associadas principalmente aos impactos da pandemia da Covid-19. Onde o menor número de matrículas foi registrado no ano de 2022 com 12.473 matrículas, se comparado ao maior número em 2019 a redução foi de aproximadamente de 17,9%. Após o período pandêmico o número de matrículas demonstra recuperação, em 2024 o número de matrículas alcançou 15.361 superando o patamar de 2019.

Na Modalidade EaD o crescimento contínuo e expressivo ocorreu entre 2014 a 2021, que passou de 3.011 para 9.585, respectivamente. Nos anos seguintes, de 2022 a 2024 se manteve, e em 2024 decaiu e chega a 10.967 matrículas. Conforme apresentado no gráfico 19.

Gráfico 19 - Evolução do número de matrículas por modalidade de ensino entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

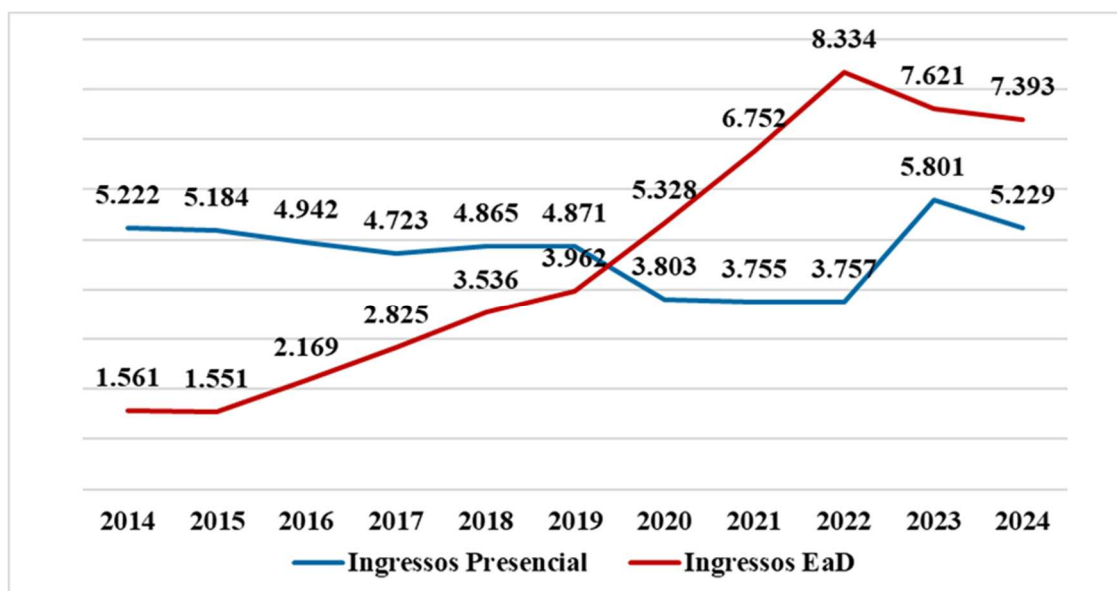
De acordo com os dados do Censo da Educação Superior INEP (2024), entre 2014 a 2024 as matrículas na modalidade EaD apresentaram um aumento de 264,1% e as matrículas na modalidade presencial se manteve estável com um aumento de 5,22%. Em relação ao número

global das matrículas do município de Chapecó a modalidade presencial representa 58,34% e a modalidade EaD 41,66% dos discentes matriculados.

Conforme apresentado no Gráfico 18, o número de ingressantes presenciais em 2014 era de 5.222. Até 2019, observa-se uma redução gradual, chegando a 4.871 ingressantes. Essa queda se intensifica a partir de 2020, influenciada pelos efeitos da pandemia da Covid-19, que levou o número de ingressantes ao menor índice da série em 2021, com 3.755 estudantes. Entre 2022 e 2024, verifica-se uma retomada do crescimento, alcançando 5.801 ingressantes em 2023, número superior aos demais anos do período analisado. Em 2024, ocorre uma pequena retração, com 5.229 ingressantes, embora o volume permaneça acima dos patamares pré-pandemia.

No que se refere à modalidade a distância (EaD), os dados evidenciam uma expansão contínua e consolidada. Entre 2014 e 2016, registrou um crescimento moderado, passando de 1.561 para 2.169 ingressantes. A partir de 2017 e ao longo de todo o período até 2024, o número de ingressantes alcança patamares elevados, atingindo o pico de 8.334 ingressantes em 2022. Nos anos seguintes ocorreu uma leve redução, chegando a 7.393 ingressantes em 2024, mas ainda assim permanecendo muito acima dos valores observados no início da série.

Gráfico 20 - Evolução do número de ingressantes por modalidade de ensino 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

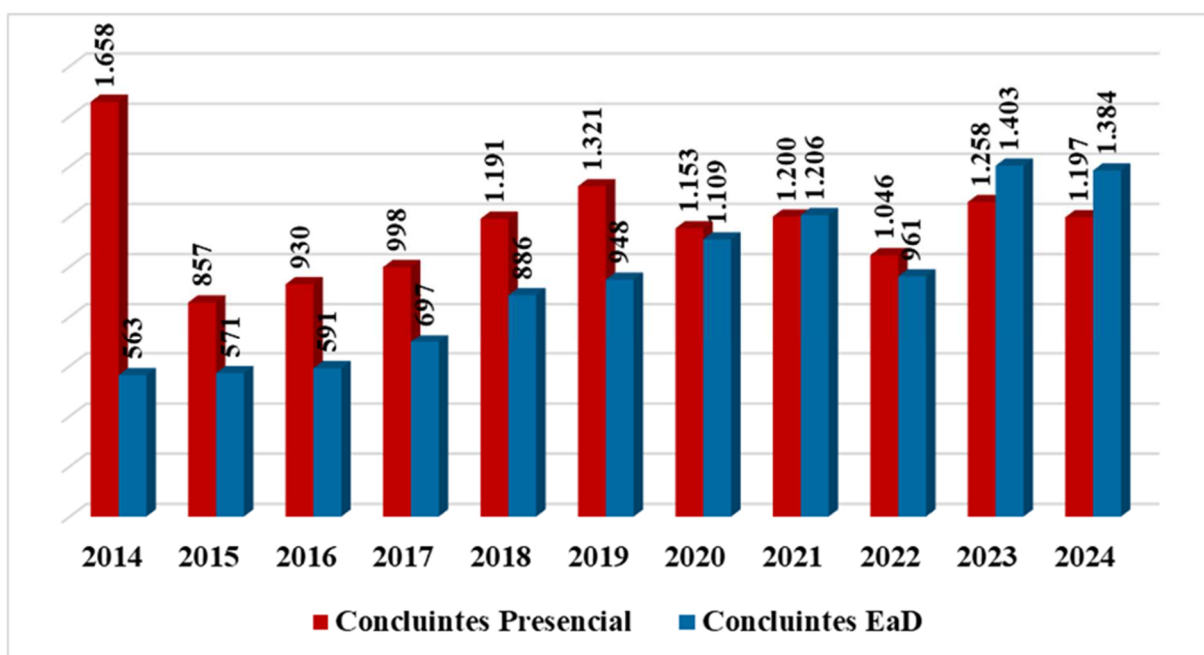
Conforme os dados do gráfico 20, em 2014 os ingressantes da modalidade presencial representavam 76,98%, enquanto os da modalidade à distância (EaD) correspondiam a 23,02% do total. Em 2024, os dados revelam um deslocamento significativo da demanda para os cursos

à distância. Neste ano, os ingressantes na modalidade presencial passaram a representar 41,43%, enquanto os ingressantes em cursos EaD alcançaram 58,57%.

Conforme os dados do INEP (2024), os concluintes presenciais apresentam um movimento irregular, com queda acentuada entre 2014 e 2015 de 1.658 para 857 concluintes e oscilações nos anos seguintes. A retomada do crescimento ocorreu entre 2016 e 2019, alcançando um pico relativo de 1.321 concluintes em 2019. A partir de 2020, observa-se uma nova oscilação, influenciada pelo contexto pandêmico, seguida de leve recuperação entre 2021 e 2023, quando o número chega a 1.258. Em 2024, há uma pequena redução (1.197), mantendo, porém, um patamar superior ao observado entre 2015 e 2017.

Os concluintes em EaD apresentam tendência de crescimento contínuo ao longo do decênio. Em 2014 eram 563 concluintes e, com exceção de pequenas oscilações em 2022, com 961 concluintes, o movimento é ascendente, atingindo o pico de 1.403 em 2023. Em 2024 ocorre leve redução para 1.384, porém o patamar permanece significativamente superior ao início do período. Conforme se apresenta no gráfico 21.

Gráfico 21 - Evolução do número de concluintes por modalidade de ensino entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do INEP (2024), em 2014 o percentual de concluintes dos cursos de graduação na modalidade presencial correspondia a 74,66%, enquanto na modalidade EaD esse percentual era de 25,34%. No decorrer do decênio, observa-se um movimento de oscilações no número de concluintes, acompanhado de um

crescimento contínuo da modalidade à distância. Esse processo resulta, em 2024, em uma inversão das proporções. A modalidade EaD passa a representar 53,62% do total de concluintes, ao passo que a modalidade presencial apresenta redução, alcançando 46,38%.

4.3.3 Tipos de rede

Os dados evidenciam as transformações profundas na composição da educação superior no município, com trajetórias bastante distintas entre as instituições públicas e privadas ao longo do decênio analisado. Observam-se mudanças estruturais na oferta, na procura e na permanência dos estudantes, com padrão de crescimento expressivo das instituições privadas e retração das instituições públicas.

Em 2014, as instituições públicas registravam 13.113 matrículas. Esse quantitativo está relacionado ao fato de que as instituições Unochapecó, UNC e Unoesc eram, na época, classificadas pelo Censo da Educação Superior do INEP (2014) na categoria administrativa “especial”, o que implicava a contabilização de suas matrículas na rede pública. Em 2015, observa-se uma redução significativa, com o número de matrículas passando para 3.671, diferença explicada principalmente pela reclassificação das instituições Unoesc e Unochapecó, que deixaram de integrar a categoria especial e passaram a ser consideradas instituições privadas com fins lucrativos. A partir de 2015, o número de matrículas nas instituições públicas manteve-se relativamente estável, em torno de 3.600, embora se registre nova queda em 2024, quando totalizou 2.893 matrículas. Em contrapartida, as instituições privadas apresentaram uma expansão expressiva e contínua, encerrando o período com 23.435 matrículas. As matrículas das instituições públicas registraram uma queda acentuada já no início da série histórica.

Os dados do número de ingressantes nas IES públicas acompanha a retração das matrículas em 2014, inicia com 4.612 e em 2024 apresenta o menor valor, 928 ingressantes. Nas privadas os ingressos crescem fortemente em 2014 com 2.171 e conclui a série com 11.694 ingressantes.

No que tange aos concluintes, as IES públicas mostram estabilidade com patamares que variam após 2014 com 318 a 395 e encerra em 2024 com 335 concluintes. As privadas apresentam uma trajetória de aumento, com picos em anos específicos, inicia a série com 667 concluintes e registra o maior valor em 2023 com 2.903, encerrando o período em 2024 com 2.733 concluintes. Conforme os registros na tabela 8.

Tabela 8 - Evolução do número de matrículas, ingresso e concluintes por tipo de rede entre 2014 – 2024

Ano	Matrículas		Ingressos		Concluintes	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2014	13.113	4.497	4.612	2.171	1.554	667
2015	3.671	14.561	1.234	5.501	337	2.063
2016	3.704	14.801	1.230	5.881	334	2.162
2017	3.602	15.407	1.065	6.483	351	2.490
2018	3.628	16.443	1.069	7.332	356	2.764
2019	3.646	17.902	1.045	7.788	395	2.951
2020	3.706	18.275	1.057	8.074	318	2.658
2021	3.980	19.420	1.038	9.469	346	2.623
2022	3.065	20.854	1.066	11.025	366	2.280
2023	3.039	22.943	1.029	12.393	385	2.903
2024	2.893	23.435	928	11.694	335	2.733

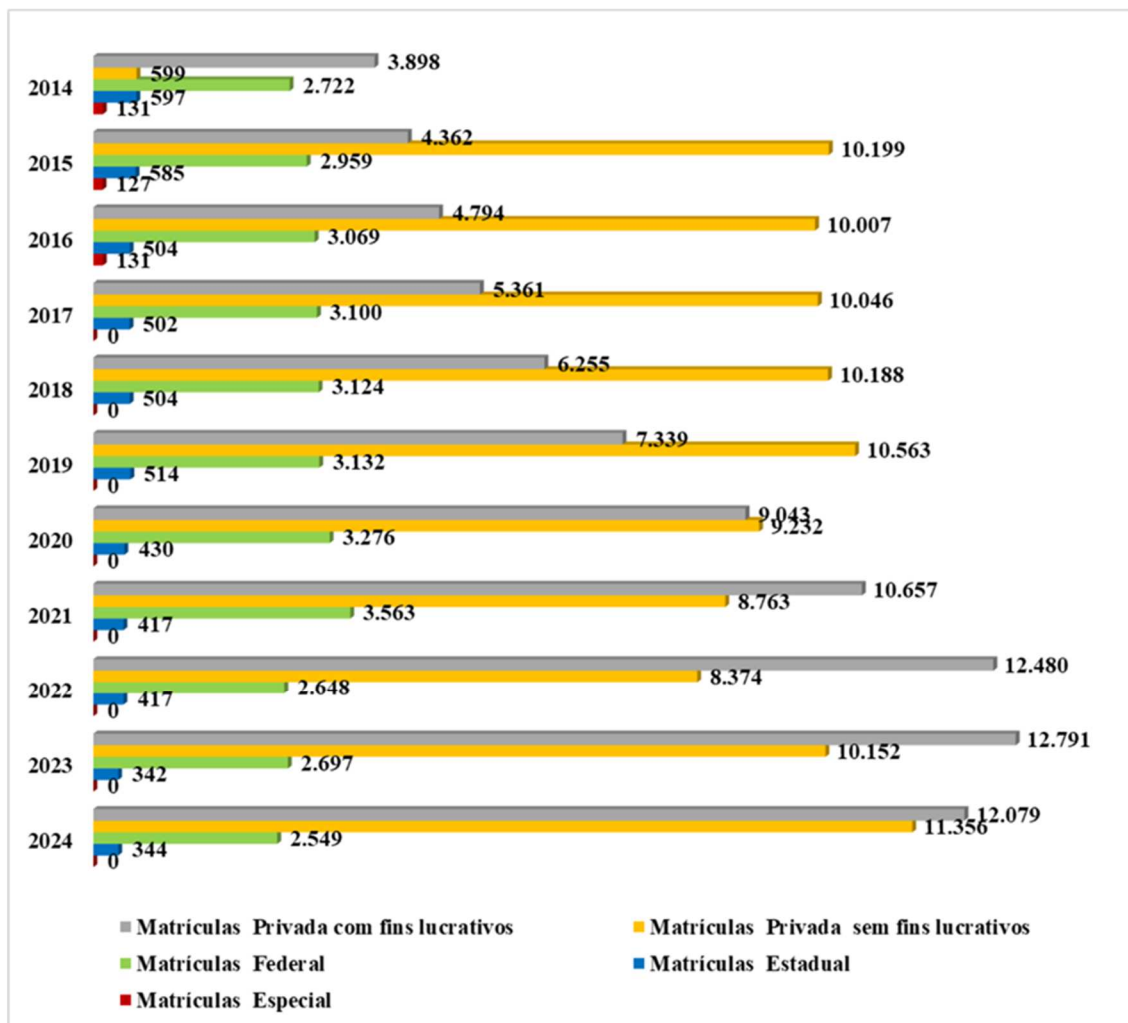
Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Os dados da tabela 8 demonstram que 89,01% das matrículas estão na rede privada, 10,98% estão na rede pública. A expansão das matrículas das IES privadas teve um aumento de 420%. Enquanto isso, a trajetória das públicas apresentou uma redução superior a 77% no mesmo período. Os ingressantes, 7,35% pertencem às instituições públicas e 92,29% às privadas e quanto aos concluintes, 10,91% estão nas públicas e 89,08% se encontram nas instituições privadas.

4.3.4 Categoria administrativa

Nesta seção, apresentam-se os dados de matrículas, ingressos e concluintes por categoria administrativa. A análise mostra tendências claras e contrastantes entre os diferentes tipos de instituições de educação superior presentes no município. Há estabilidade e ou declínio nas redes públicas e forte crescimento das privadas, especialmente com fins lucrativos. De acordo com os dados do Censo do INEP (2024), a evolução das matrículas é apresentada no gráfico 22.

Gráfico 22 - Evolução do número de matrículas por categoria administrativa entre 2014 – 2024

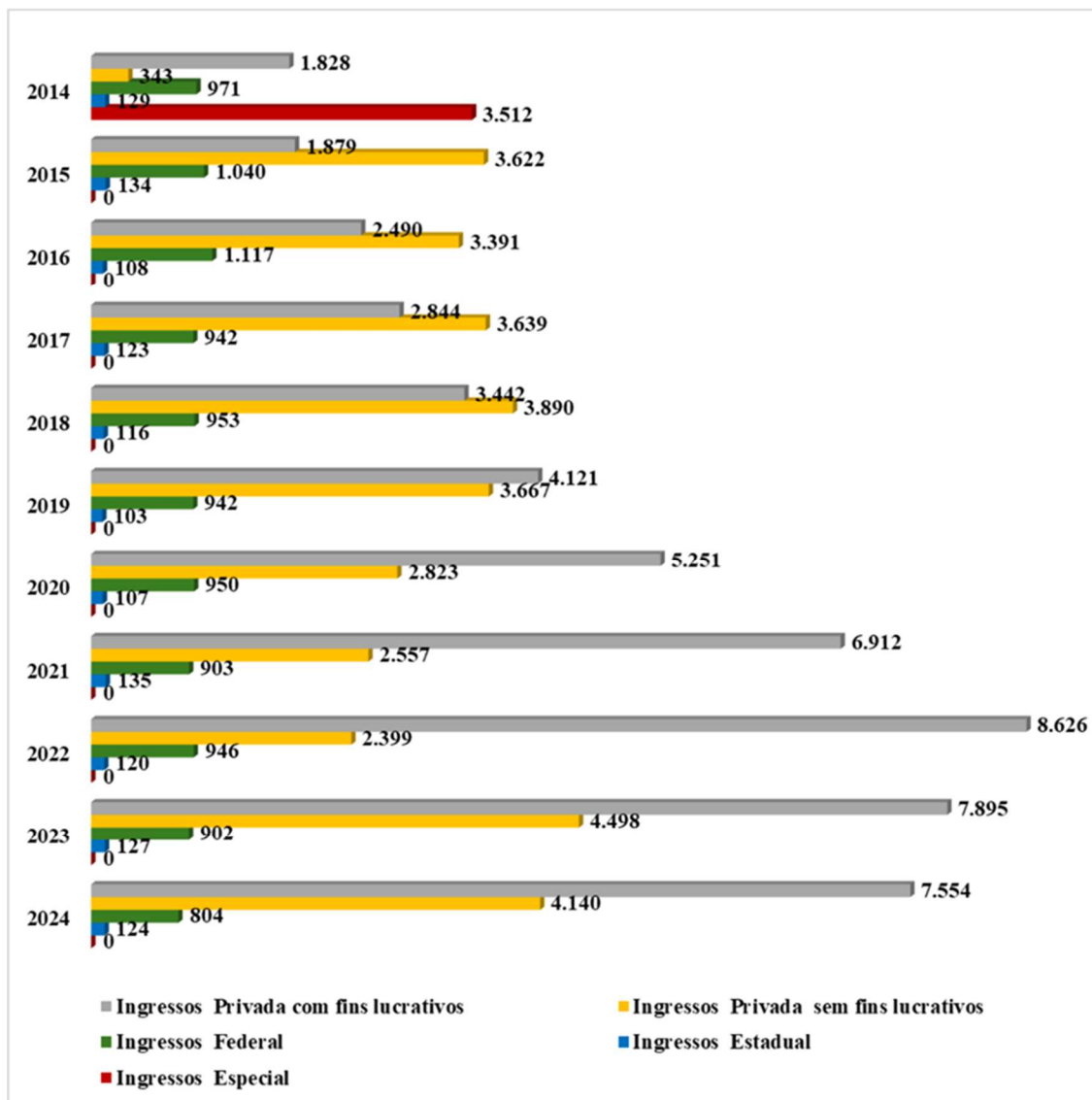


Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

As instituições federais iniciam o período com 2.722 discentes em 2014. Atingem seu maior número em 2017 com 3.276; crescimento que ocorreu de forma moderada entre 2014 e 2017. Entretanto, a partir de 2018, observa-se um processo de oscilação e posterior queda, chegando a 2.549 matrículas em 2024. As instituições estaduais apresentam uma trajetória de queda contínua. Saem de 597 matrículas em 2014 para 344 em 2024, representando uma redução de aproximadamente 42,37% no período.

As instituições privadas com fins lucrativos apresentam crescimento mais expressivo. Em 2014, contabilizavam 3.898 matrículas e, ao final de 2024, chegou a 12.079 discentes matriculados, um aumento de 209,93%. A categoria especial aparece apenas entre 2014 e 2016, com valores entre 127 e 131 matrículas, desaparecendo a partir de 2017. Isso ocorre porque, conforme informado pelo INEP, as IES como Unochapecó, UNC e Unoesc foram reclassificadas posteriormente, deixando de constar como especiais. No que se refere ao número de ingressantes por categoria administrativa, apresenta-se o gráfico 23.

Gráfico 23 - Evolução de número de ingressantes por categoria administrativa entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Os dados do gráfico 23 demonstram que as instituições federais apresentam relativa estabilidade no número de ingressantes. Ao longo da série inicial em 2014 com 971 ingressantes com o pico mais elevado em 2016 com 1.117 e um declínio a partir de 2021, chegando com o menor número de ingressantes 804 em 2024, houve uma redução de aproximadamente 17,20% dos discentes. As instituições estaduais ao longo do período apresentam números muito modestos com leves oscilações que vão de 129 ingressantes em 2014 e 124 em 2024.

As instituições privadas com fins lucrativos apresentam um maior crescimento, iniciam o período com 1.828 ingressantes em 2014 e apresentam o maior pico em 2022 com 8.626 ingressos e conclui a série com uma pequena retração de ingressantes 7.554 em 2024 um aumento de aproximadamente 515,29%.

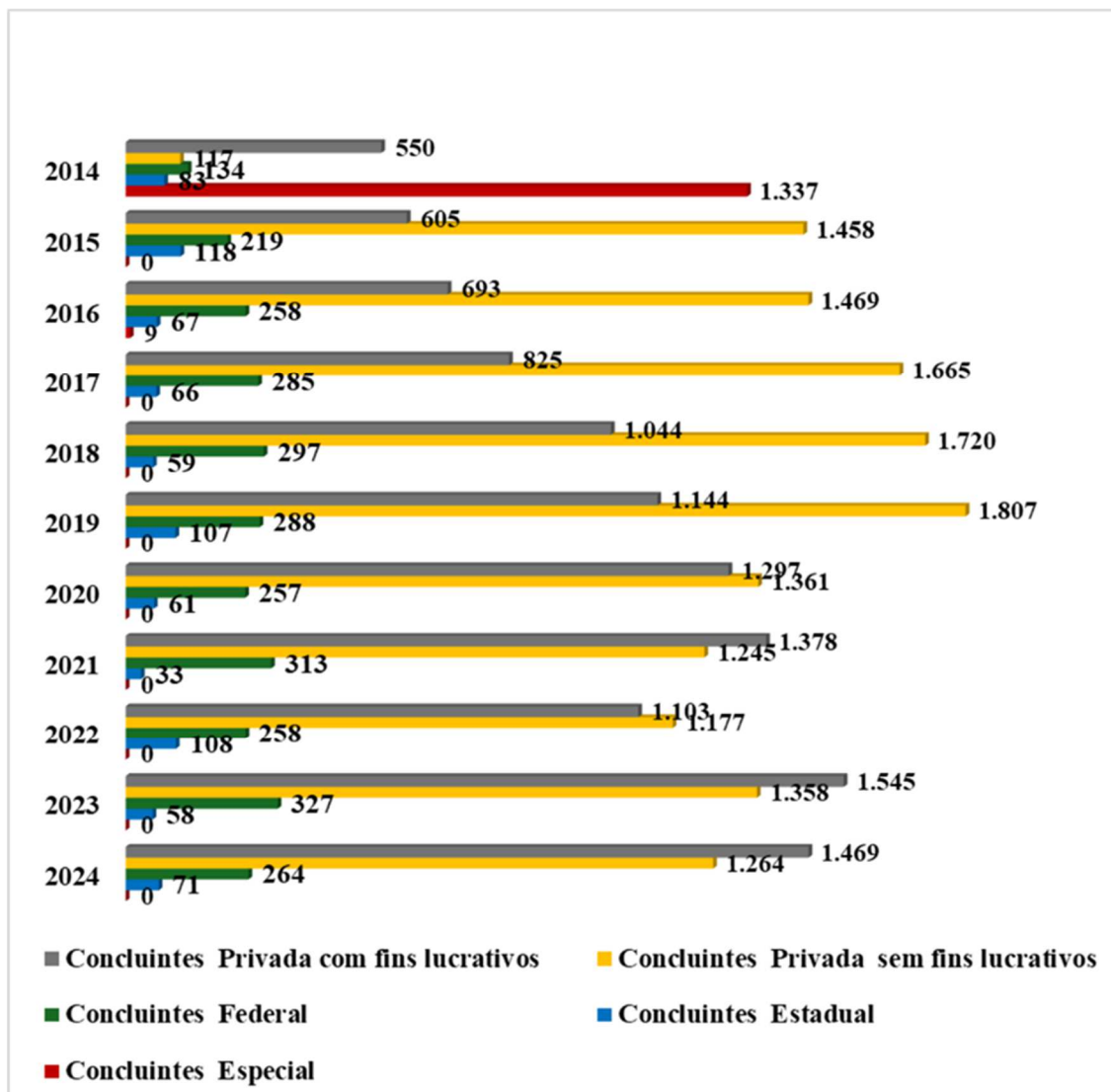
As instituições privadas sem fins lucrativos apresentam um comportamento irregular ao longo do período com oscilações significativas entre crescimento e retração. Em 2014 com 343 ingressantes. No ano seguinte, observa-se um salto expressivo, atingindo 3.622 ingressantes em 2015¹⁴. Posteriormente, verifica-se uma queda nos anos de 2020 e 2021, com 2.823 e 2.557 ingressantes, respectivamente. A partir de 2023, ocorreu uma retomada do crescimento, alcançando o maior número do período, com 4.498 ingressantes. Em 2024, contudo, registra-se uma leve redução, totalizando 4.140 ingressantes. Contudo, o percentual dos ingressantes no período teve um aumento de aproximadamente 1.107,87%. Para concluir, têm-se as instituições especiais que aparecem até 2014 com 3.512 ingressantes.

Conforme os dados do gráfico 23 o número dos ingressantes dos cursos de graduação no município de Chapecó estão distribuídas da seguinte forma: 59,84% nas instituições privados com fins lucrativo, 32,27% nas privadas sem fins lucrativos, 6,37% na pública federal e 0,98% na pública estadual.

Referente ao número de concluintes dos cursos de graduação os dados do gráfico 24, mostram comportamentos bastante distintos entre as categorias administrativas, revelando transformações no sistema de oferta e no perfil das instituições presentes no município ao longo da década.

Gráfico 24 - Evolução do número de concluintes por categoria administrativa entre 2014 – 2024

¹⁴ De acordo com os dados do Censo da educação superior INEP (2014- 2024), este salto ocorre em virtude da Unochapecó, Unoesc e UNC foram reclassificadas posteriormente, deixando de constar como “especiais” passando para privadas sem fins lucrativos.



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

As instituições federais iniciam o período com 134 concluintes em 2014, atingindo seu pico em 2023 com 327 concluintes. Apesar de oscilações anuais, observa-se um crescimento moderado ao longo da série, com leve retração em 2024 com 264 concluintes, onde houve um aumento de 50,75% no número de discentes que concluíram os cursos de graduação no período.

A instituição estadual apresenta grande instabilidade e valores relativamente baixos. Os concluintes variam entre 33 em 2014 e 118 em 2024, sem apresentar tendência clara de expansão, apresentou um aumento acumulado de 257,58% no período.

Os concluintes das instituições privadas com fins lucrativos apresentaram forte crescimento ao longo do decênio. Em 2014, havia 550 concluintes, e o número aumentou de forma expressiva, atingindo seu pico em 2023 com 1.545 concluintes. Chega ao final do período com 1.469 concluintes, um aumento de aproximadamente 167,09% de concluintes.

As Instituições Privadas sem fins lucrativos demonstram um crescimento expressivo e ao mesmo tempo irregular. Em 2014 inicia com 117 concluintes e saltam para 1.458 em 2015 e se mantêm com números elevados ao longo de toda a série, variando entre 1.177 e 1.807 concluintes, encerrando a série com 1.264 discentes em 2024, um aumento de 980,34% de discentes que concluíram os cursos de graduação.

A categoria especial surge apenas nos primeiros anos, com 1.337 concluintes em 2014, um valor bastante elevado. Após 2015, praticamente desaparece dos registros, devido à reclassificação das IES que antes pertenciam a essa categoria, como já discutido nas análises anteriores.

A análise dos dados do gráfico 24 referente ao número de discentes que concluíram os cursos de graduação no município de Chapecó estão distribuídas da seguinte forma 59,84% nas instituições privadas com fins lucrativo, 32,27% nas privadas sem fins lucrativos, 6,37% na pública federal e 0,98% na pública estadual.

4.4 DISCENTES

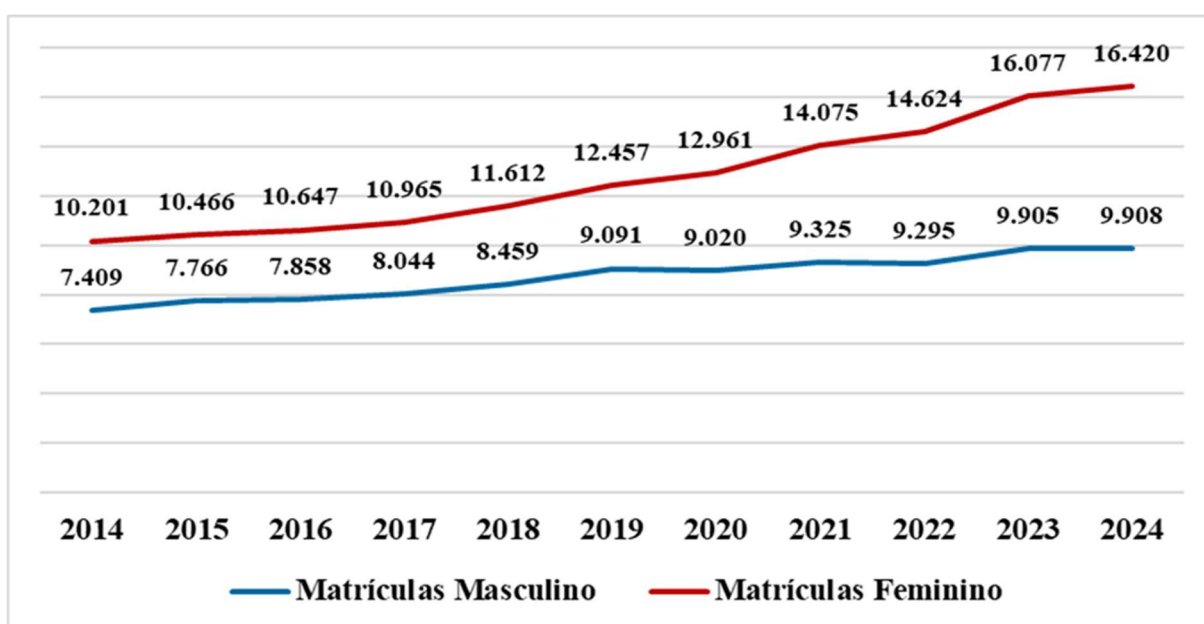
A consolidação de Chapecó como um polo educacional para a macrorregião Oeste de Santa Catarina impõe às suas Instituições de Ensino Superior (IES) uma responsabilidade que transcende a mera oferta de cursos. Para que a educação superior cumpra seu papel de motor do desenvolvimento social, cultural e econômico regional é imprescindível que as instituições conheçam em profundidade o seu principal ator: os discentes. Nesse contexto, a avaliação sistemática do perfil discente deixa de ser um procedimento administrativo para se tornar uma ferramenta estratégica, fundamental para a qualidade do ensino ofertado.

A análise realizada neste estudo do perfil discente é um instrumento diagnóstico indispensável para o planejamento acadêmico e pedagógico. Compreender a origem socioeconômica dos estudantes, seu percurso na educação básica (pública ou privada), seu grupo étnico, seu gênero, a forma de ingresso e uso de financiamento permite que as IES ajustem seus projetos pedagógicos à realidade de seu público. A crescente heterogeneidade dos discentes é fruto da democratização do acesso, que desafia os modelos de ensino tradicionais. Apenas conhecendo quem são esses alunos é possível desenhar estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficazes, como programas de nivelamento, tutoriais e metodologias ativas que dialoguem com suas vivências e necessidades.

4.4.1 Matrículas por gênero

De acordo com os dados de matrículas por sexo no período de 2014 a 2024, observa-se que tanto homens quanto mulheres ampliaram sua participação na educação superior em Chapecó. No entanto, o crescimento foi mais acentuado entre as mulheres. As matrículas femininas passaram de 10.201 em 2014 para 16.420 em 2024, um aumento de 61%, enquanto as matrículas masculinas cresceram 33,7% no mesmo período, variando de 7.409 para 9.908 discentes. O gráfico 25 demonstra a evolução.

Gráfico 25 - Evolução do número de matrículas por gênero entre 2014 – 2024

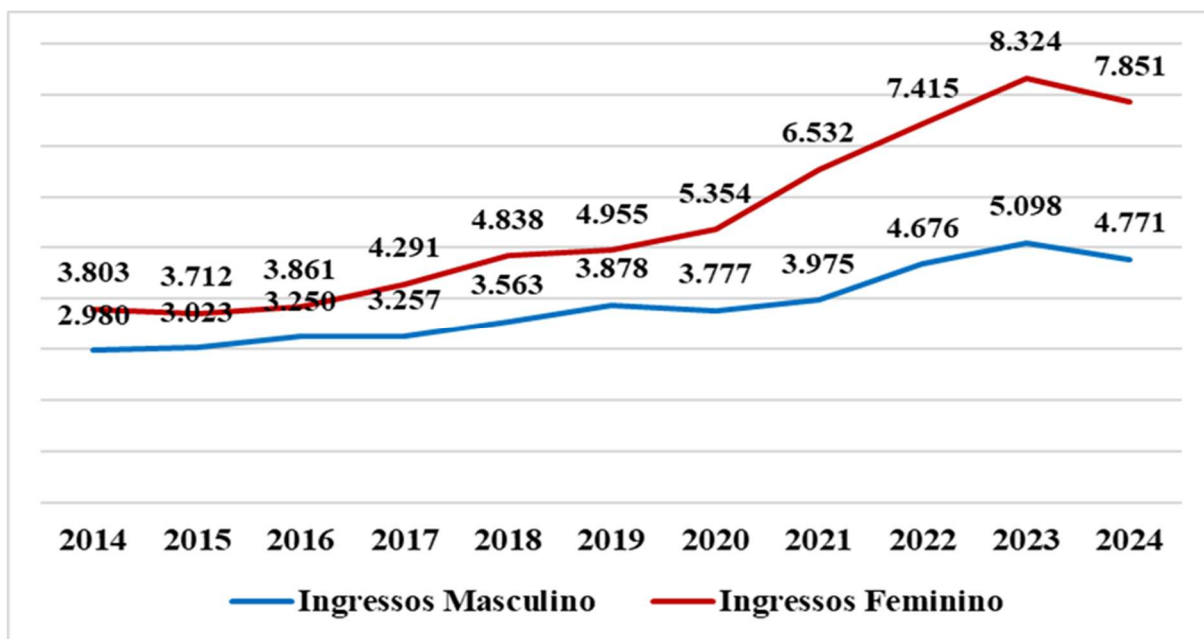


Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Esse comportamento reforça a tendência já observada em âmbito nacional, na qual as mulheres representam a maioria entre os matriculados na educação de ensino superior. Assim, ao final do período analisado, a diferença entre os sexos torna-se ainda mais expressiva: as mulheres representam praticamente dois terços do total de matrículas em 2024.

Referente aos ingressos por sexo no período de 2014 a 2024 também evidenciam um crescimento significativo no acesso à educação superior em Chapecó, especialmente entre as mulheres. Enquanto o número de ingressantes do sexo masculino passou de 2.980 em 2014 para 4.771 em 2024, representando um aumento de 60,1%, o número de ingressantes do sexo feminino aumentou de 3.803 para 7.851 no mesmo período, um crescimento de 106,4%. Conforme é demonstrado no gráfico 26.

Gráfico 26 - Evolução do número de ingressos por gênero entre 2014 – 2024

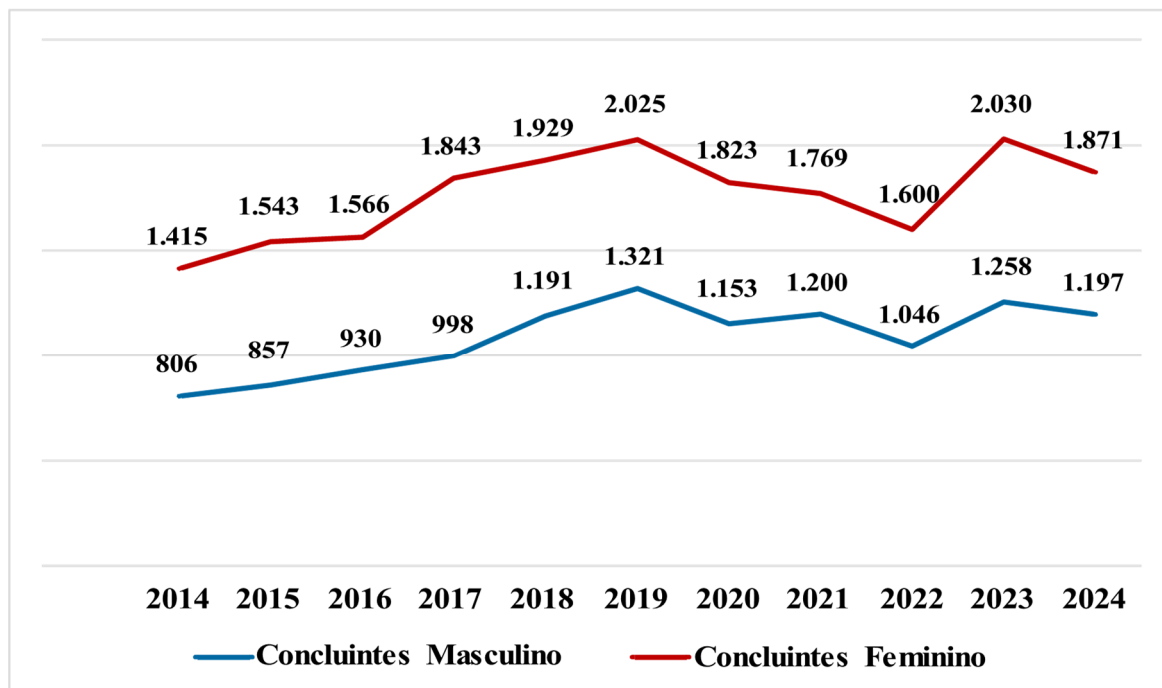


Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Ao longo da década, observa-se que as mulheres não apenas mantiveram sua predominância no ingresso ao ensino superior, mas ampliaram essa vantagem. A diferença entre os sexos, que era de 823 ingressantes em 2014, atingiu 3.080 em 2024, evidenciando uma ampliação significativa da participação feminina na educação superior.

Os concluintes por gênero no período revelam que, assim como no ingresso e na matrícula, as mulheres mantêm predominância na conclusão dos cursos de graduação em Chapecó. O número de concluintes do sexo masculino aumentou de 806 em 2014 para 1.197 em 2024, um crescimento de 48,5%. Já entre as mulheres, o total de concluintes passou de 1.415 para 1.871 no mesmo período, representando um aumento de 32,2%. De acordo com os dados do gráfico 27.

Gráfico 27 - Evolução do número dos concluintes por gênero entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Observa-se que ambos os grupos apresentaram crescimento consistente até 2019. Contudo, a partir de 2020 ocorreu uma queda significativa no número de matrículas, os ingressos e concluintes, associada aos impactos da pandemia da Covid-19, que afetou a continuidade dos estudos e a capacidade de finalização dos cursos. A retomada ocorre de forma gradual a partir de 2022, com destaque para 2023, ano em que se registram os maiores números da série histórica. Além disso, os dados sugerem que o crescimento mais forte a partir de 2019, pode estar relacionado à expansão da modalidade à distância, que historicamente apresenta maior participação feminina.

4.4.2 Perfil étnico-racial dos discentes

A análise das matrículas por raça/cor no período de 2014 a 2024 revela tendências importantes que dialogam diretamente com os objetivos da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), responsável por redefinir o perfil do estudante que ingressa na educação superior brasileira, especialmente nas instituições públicas. Embora a maior parte da expansão das matrículas em Chapecó esteja associada à rede privada e ao crescimento do EAD, os efeitos indiretos da política de cotas também influenciam esse cenário. De acordo com a tabela 9, observa-se um crescimento expressivo em todos os grupos raciais, destacando-se, particularmente, os estudantes pardos e indígenas, cujos aumentos percentuais foram de 280,3% e 502,5%,

respectivamente. O grupo de estudantes pretos também apresentou expansão significativa, com crescimento de 157,9% no período analisado.

Embora os estudantes brancos permaneçam como o grupo com maior número absoluto de matrículas, seu crescimento proporcional é inferior ao crescimento dos demais grupos, indicando uma tendência de maior inclusão racial no ensino superior. Outro aspecto relevante é a redução substancial da categoria “não declarada”, que diminuiu mais de 54,15% ao longo da década, apontando para uma maior autodeclaração racial por parte dos estudantes e para o aprimoramento dos registros institucionais.

Tabela 9 - Evolução do número de matrículas por grupos étnico-racial entre 2014 – 2024

Matrículas por raça						
Ano	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Declarada
2014	7.522	226	979	104	81	8.698
2015	9.413	243	1.198	178	102	7.098
2016	10.581	263	1.436	181	100	5.944
2017	12.658	314	1.880	248	130	3.779
2018	14.865	416	2.423	262	156	1.949
2019	15.908	470	2.880	303	198	1.789
2020	15.597	505	2.820	232	251	2.576
2021	17.290	597	2.750	221	346	2.196
2022	16.116	541	2.891	259	313	3.799
2023	17.881	589	3.522	241	477	3.272
2024	17.303	583	3.722	241	488	3.991

Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

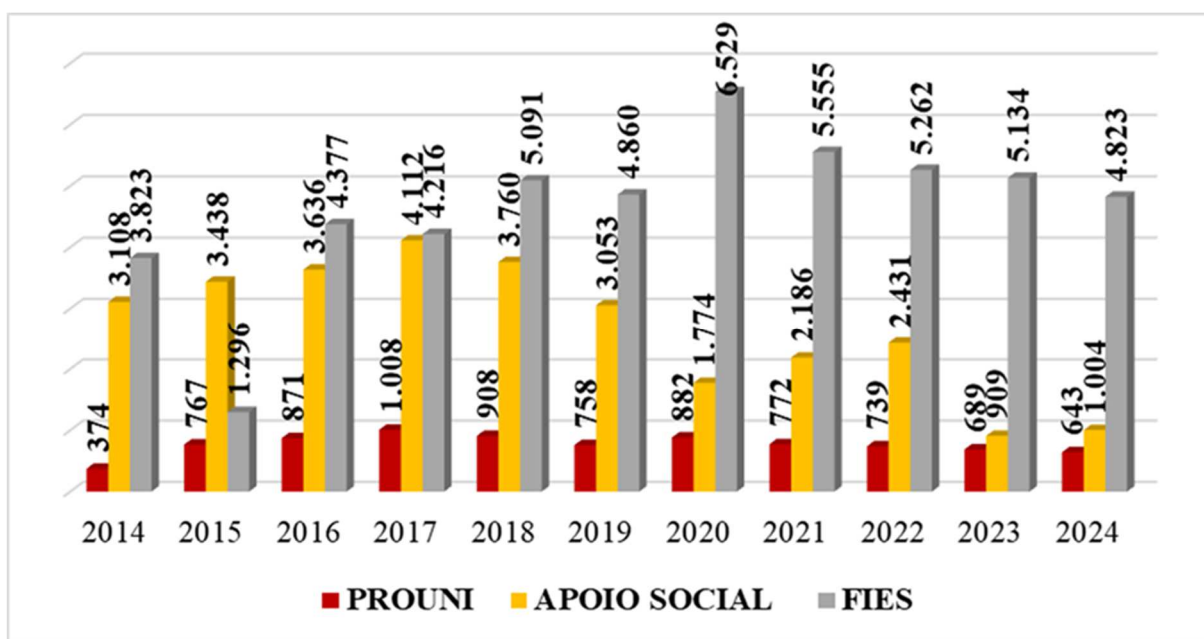
Conforme os dados apresentados na Tabela 9 se observam que, em 2014, o número de discentes brancos iniciou a série com 7.522 matrículas, atingindo 17.303 em 2024, o que representa um aumento de 129,9% no período. Entre os discentes pretos, o crescimento também foi significativo: passaram de 226, em 2014, para 583 em 2024, correspondendo a um aumento de 158%.

Os discentes pardos apresentaram uma expansão ainda mais expressiva, evoluindo de 979 matrículas em 2014 para 3.722 em 2024, resultando em um aumento de 280,3%. Já o grupo de discentes amarelos iniciou o período com 104 matrículas, alcançando 241 em 2024, o que representa um crescimento de 131,7%.

O grupo indígena foi o que registrou a maior expansão proporcional no número de matrículas: passou de 81, em 2014, para 488 em 2024, configurando um aumento de 502,5%. Por outro lado, o único grupo que apresentou redução foi o dos discentes que não declararam sua raça/cor, cuja diminuição foi de 54,15% no período analisado.

No que tange às matrículas dos discentes que dependem de financiamento para o acesso à educação superior, os dados analisados demonstram variações significativas, oscilando entre queda e retomada ao longo do período. No início da série em 2014, 6.605 estudantes possuíam algum tipo de financiamento, número que oscila ao longo dos anos, atingindo seu ponto mais elevado em 2020, com 10.021 matrículas financiadas, e encerrando 2024 com 9.281 estudantes nessa condição. Conforme se apresenta no gráfico 28.

Gráfico 28 - Evolução do número de matrículas por programa de financiamento entre 2014 – 2024



Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

O FIES apresenta comportamento marcante na série histórica com aproximadamente 26,1% de aumento nas bolsas. Iniciou o período em 2014 com 3.823 estudantes que utilizavam o programa, reduzindo drasticamente em 2015 para 1.296, reflexo das mudanças normativas implementadas naquele ano. Nos anos seguintes, observa-se uma retomada gradual, com o uso do FIES voltando a crescer e alcançando 6.529 financiamentos em 2020. A partir desse ponto, verifica-se nova tendência de queda, chegando a 4.823 contratos em 2024, o que indica maior seletividade e restrições no acesso ao programa.

O PROUNI apresenta trajetória mais estável, embora com variações moderadas. Em 2014 eram 374 bolsas, aumentando para 1.008 em 2017, seu ponto máximo. Após esse período, o número de beneficiários diminuiu progressivamente, encerrando 2024 com 643 bolsas, o que pode estar relacionado a mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes, critérios de renda

ou na própria oferta de bolsas pelas instituições, as quais apresentaram no período um aumento de aproximadamente 71,9%.

A categoria de Apoio Social que pode incluir bolsas institucionais, descontos e políticas próprias das IES, demonstra uma queda acentuada ao longo da década de aproximadamente 67,7%. De 3.108 beneficiários em 2014, o número cresceu até 2017 com 4.112, mas passou a declinar de forma contínua a partir de 2018, atingindo seu menor nível em 2023, com apenas 909 registros. Em 2024, observa-se uma leve recuperação, com 1.004 apoios sociais. Esse movimento sugere redução da capacidade ou interesse das instituições privadas em oferecer apoio direto aos estudantes.

De maneira geral, a análise dos dados evidencia que o financiamento estudantil continua sendo um elemento estruturante no acesso ao ensino superior em Chapecó. Apesar de oscilações pontuais, a dependência de mecanismos como FIES, PROUNI e apoios institucionais permanecem elevados, refletindo tanto o processo de expansão da educação superior, quanto às desigualdades socioeconômicas que ainda condicionam trajetórias educacionais dos estudantes.

4.4.3 Faixa etária

A análise das matrículas por faixa etária entre 2014 e 2024 revela que o município de Chapecó vivenciou um processo de expansão significativa do acesso ao ensino superior, passando de 17.610 para 26.328 discentes, um aumento de aproximadamente 49,51%. Contudo, essa ampliação ocorreu de forma desigual entre os grupos etários. Enquanto a faixa de 18 a 24 anos, público central da Meta 12 do PNE, apresentou crescimento modesto de apenas 7,54%, as faixas de 25 anos ou mais registraram aumentos expressivos, variando entre 53% e 694%. Esses dados evidenciam um movimento da presença maior de adultos na educação superior. Como se apresenta na tabela 10.

Tabela 10 - Evolução do número de matrículas por idade entre 2014 – 2024

Discentes por idade	Menor 18 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou Mais	Total
2014	208	10.938	3.085	2.532	829	18	17.610
2015	192	11.275	3.250	2.652	849	14	18.232
2016	189	11.324	3.283	2.804	888	17	18.505
2017	272	11.516	3.380	2.848	979	14	19.009
2018	82	11.378	3.802	3.518	1.260	31	20.071
2019	50	12.033	4.159	3.874	1.399	33	21.548
2020	46	11.598	4.285	4.274	1.736	42	21.981

Discentes por idade	Menor 18 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou Mais	Total
2021	47	11.529	4.557	4.888	2.315	64	23.400
2022	37	11.439	4.593	5.087	2.663	100	23.919
2023	39	11.650	4.958	5.813	3.392	130	25.982
2024	15	11.763	4.749	6.008	3.650	143	26.328

Fonte: elaborado pela autora com base nos microdados do Censo da Educação Superior INEP (Inep, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Os dados evidenciam que a faixa etária central considerada pela Meta 12 do PNE, composta por jovens de 18 a 24 anos, apresentou relativa estabilidade ao longo do período analisado, registrando um crescimento discreto de 7,54%. Entre os adultos de 25 a 29 anos, observa-se uma expansão moderada, com aumento de 53,94% nas matrículas. Já na faixa etária de 30 a 39 anos, o crescimento foi mais expressivo, alcançando 137,28%, o que indica uma ampliação significativa da presença de adultos no ensino superior.

O movimento é ainda mais acentuado entre os estudantes de 40 a 59 anos, cuja participação cresceu 340,29%, revelando uma forte tendência de retorno à educação por parte dessa população. Por fim, destaca-se o crescimento extraordinário observado no grupo de 60 anos ou mais, que apresentou um aumento de 694,44%, evidenciando a consolidação do ensino superior como espaço de formação continuada e de oportunidades educacionais ao longo da vida.

Considerando os dados do Censo Demográfico de 2022, Chapecó possuía 25.993 jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. A Taxa Bruta de Matrícula (TBM) na educação superior corresponde à relação, em percentual, entre o número total de estudantes matriculados, independentemente da idade, e a população de 18 a 24 anos, considerada a faixa etária adequada para esse nível educacional (INEP, 2024). No caso do município de Chapecó, os dados do Censo da Educação Superior de 2022 indicam um total de 23.919 matrículas no ensino superior. Ao relacionar esse número com a população de 25.993 jovens de 18 a 24 anos, obtém-se uma taxa bruta de 92,03% em 2022.

Do mesmo modo, a taxa líquida de matrícula no município atingiu 44,03%, superando de forma expressiva a meta estabelecida pela Meta 12 do PNE, que prevê a ampliação da taxa líquida para 33% dos jovens matriculados na educação superior. Ressalta-se que o cálculo referente ao ano de 2024 não pôde ser realizado, uma vez que ainda não estão disponíveis os dados oficiais atualizados da população de Chapecó divulgados pelo IBGE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem ao longo da vida é uma estratégia política essencial para o desenvolvimento da cidadania, da coesão social, do emprego e da realização individual.

Comissão Europeia (2002, p.4).

A presente dissertação teve como objetivo central compreender as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior no município de Chapecó no contexto das políticas e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. A escolha deste recorte temporal e espacial justificou-se pela necessidade de investigar como as políticas educacionais de âmbito nacional se materializam em contextos locais específicos, produzindo efeitos diferenciados conforme as características socioeconômicas, institucionais e históricas de cada território.

O problema central que orientou esta investigação pode ser sintetizado na seguinte questão: como se configuram as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó no contexto do PNE 2014-2024? Para responder a essa questão, estabeleceu-se objetivos específicos que nortearam o percurso investigativo, buscando identificar os principais atores institucionais, sistematizar indicadores relevantes, traçar perfis de discentes, analisar a evolução da Educação a Distância e compreender as relações entre as políticas nacionais e as dinâmicas locais.

Ao longo dos capítulos que compõem esta dissertação, buscou-se construir uma análise que transite entre o contexto nacional das políticas educacionais, a trajetória histórica local e os dados empíricos que evidenciam as transformações recentes da educação superior no município. Neste capítulo final, retoma-se os principais achados da pesquisa, apresenta-se as contribuições do estudo, reconhecendo suas limitações e apontando caminhos para investigações futuras.

O primeiro capítulo desta dissertação dedicou-se a contextualizar as políticas de educação superior no Brasil durante o período de vigência do PNE (2014-2024), com ênfase nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente, da universalização do acesso, da qualificação docente e da expansão da pós-graduação *stricto sensu*. A análise dos indicadores nacionais revelou que, embora o PNE tenha estabelecido metas ambiciosas, os resultados alcançados foram heterogêneos e, em muitos casos, aquém do esperado.

A Meta 12, que previa elevar a Taxa Bruta de Matrícula (TBM) para 50% e a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) para 33%, não foi plenamente atingida em nível nacional.

Segundo os dados do Painel de Monitoramento (2024) o resultado da TBM em 2024 atingiu o índice de 42,9%. Os dados do Censo da Educação Superior em 2022 indicavam que o município de Chapecó ultrapassara a meta com um total de 23.919 matrículas no ensino superior e com uma população de 25.993 jovens de 18 a 24 anos, obtém-se uma taxa bruta de 92,03% em 2022.

Do mesmo modo, a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) no município atingiu 44,03%, em 2022, superando de forma expressiva a meta estabelecida pela Meta 12 do PNE, que prevê a ampliação da taxa líquida para 33% dos jovens matriculados. Além disso, a estratégia de garantir que 40% das novas matrículas ocorressem no segmento público em nível nacional ao índice atingido no período ficou aproximadamente de 23,4%. No município de Chapecó este índice acumulado chegou a 36,89%. O indicador 12 C da Meta 12 apresentou índices frustrantes, o que indica a predominância do setor privado, que concentrou a maior parte da expansão, impulsionado por programas como ProUni, FIES e programas de Apoio Social.

A Meta 13, voltada à qualificação docente, apresentou avanços significativos, com aumento do percentual de mestres e doutores atuando na educação superior. Contudo, persistem desafios relacionados à precarização do trabalho docente, especialmente no setor privado, onde predomina o regime de trabalho horista. A Meta 14, que estabeleceu a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores, apresentou crescimento até 2019, mas sofreu retração nos anos subsequentes, especialmente durante a pandemia de Covid -19 e em contextos de restrições orçamentárias.

O centro deste capítulo foi a constatação de que as políticas educacionais implementadas no período foram profundamente influenciadas pelas orientações políticas e econômicas dos diferentes governos, alternando entre momentos de expansão e investimento e períodos de contenção, cortes orçamentários e reformas de orientação neoliberal. Essa alternância produziu impactos significativos sobre a trajetória da educação superior brasileira, afetando tanto as instituições públicas quanto as privadas.

O segundo capítulo reconstitui a origem e os principais ciclos de expansão da educação superior em Chapecó, evidenciando que a trajetória local não pode ser compreendida sem considerar o papel pioneiro da Fundeste, criada em 1970, e o desenvolvimento socioeconômico da região Oeste de Santa Catarina, marcado pela consolidação do setor agroindustrial. A análise histórica permitiu identificar três ciclos principais de expansão: o primeiro, entre 1970 e 1990, caracterizado pela criação da Fundeste e a consolidação das primeiras instituições comunitárias; o segundo, entre 1990 e 2010, marcado pela expansão do setor privado e pela diversificação da oferta de cursos; e o terceiro, entre 2010 e 2024, caracterizado pela intensificação da expansão,

pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e, especialmente, pela explosão da Educação a Distância (EaD).

Este capítulo evidenciou que Chapecó se consolidou como um polo regional de educação superior, atraindo estudantes de municípios vizinhos e, configurando-se como um caso estratégico para compreender as dinâmicas de interiorização da educação superior no Brasil. Durante o período de análise as IES no município cresceram 183,3% saltou de 18 em 2014 para 51 IES em 2024. Entre as IES estão; as públicas, privadas com fins lucrativos e privadas sem fins lucrativos, o que configurou um sistema híbrido, com diferentes perfis institucionais, missões e públicos atendidos.

O terceiro capítulo, de natureza eminentemente empírica, sistematizou e analisou os indicadores quantitativos da educação superior em Chapecó no período 2014-2024, com base nos microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2024). A análise revelou que, em 2024, Chapecó contava com 51 Instituições de Educação Superior (IES) em operação, um número expressivo para um município de médio porte. Essa expansão foi impulsionada principalmente pela modalidade EaD, que permitiu a instalação de polos de instituições sediadas em outras regiões do país. Os cursos de graduação ofertados por estas instituições apresentaram crescimento significativo no período analisado, sendo, em 2014 com 217 cursos e em 2024 com 1.365 cursos, um aumento de 524,4%, com destaque para a modalidade EaD, que registrou expansão expressiva, de 1.255 cursos de graduação. As matrículas presenciais no município em 2024 apresentaram crescimento mais modesto, aproximadamente de 9,50%. Esse padrão reflete uma tendência nacional de mercantilização da educação superior, com instituições privadas utilizando a EaD como estratégia de ampliação de acesso e de rentabilidade. Em 2024, a EaD representou a modalidade predominante em termos de matrículas no município com 264,2%.

A análise do perfil dos estudantes revelou avanços em termos de democratização do acesso, com aumento da participação de estudantes oriundos de escolas públicas, de grupos historicamente excluídos e de faixas etárias mais elevadas. Os grupos étnico, em 2024, estavam distribuídos em 65,72% dos estudantes se autodeclarando brancos; 14,14% pardos; 2,21% pretos; 0,92% amarelos, 1,85% indígenas e 15,16% não declararam. Além disso, a análise evidenciou que o acesso à educação superior em Chapecó ainda é marcado por desigualdades socioeconômicas e raciais, com estudantes de maior renda e brancos apresentando taxas de escolarização superiores.

A oferta de cursos de graduação em Chapecó apresentou diversificação significativa, com crescimento expressivo de cursos de bacharelado, licenciaturas e, especialmente, cursos

tecnológicos. Essa diversificação reflete tanto as demandas do mercado de trabalho regional quanto às estratégias institucionais de ampliação de oferta, especialmente na modalidade EaD.

Retomando a questão central desta pesquisa, como se configuram as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó no contexto do PNE 2014-2024? Pode-se afirmar que essas dinâmicas se caracterizam por um conjunto de processos complexos e interrelacionados.

Em primeiro lugar, observa-se uma expansão acelerada e diversificada, com crescimento expressivo do número de IES, matrículas e cursos, impulsionado principalmente pela modalidade EaD. Essa expansão não ocorreu de forma homogênea, mas foi marcada pela predominância do setor privado, que concentrou a maior parte do crescimento, em consonância com a tendência nacional de mercantilização da educação superior. Contudo, a presença significativa de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que desempenham papéis complementares e estratégicos na formação de profissionais e na produção de conhecimento regional.

Em segundo lugar, as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó revelam um processo de democratização parcial do acesso, com avanços na inclusão de grupos historicamente excluídos, mas com persistência de desafios relacionados à permanência, conclusão e equidade. Os dados evidenciam que, embora mais estudantes tenham ingressado na educação superior, as desigualdades socioeconômicas e raciais continuam a condicionar as trajetórias acadêmicas e as oportunidades de conclusão dos cursos.

Em terceiro lugar, as dinâmicas locais revelam impactos diferenciados das políticas nacionais, com programas como ProUni, FIES e REUNI produzindo efeitos específicos no contexto de Chapecó, mediados por fatores socioeconômicos, institucionais e históricos. Os programas de financiamentos analisados nesta pesquisa demonstram que durante o período de 2014 a 2024, o FIES aumentou aproximadamente 26,1% e o ProUni um aumento aproximadamente de 71,9% das matrículas. A presença da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por exemplo, representou um marco importante na interiorização da educação superior pública, mas sua capacidade de absorção de estudantes permanece limitada diante da demanda regional.

Em síntese, as dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó no período 2014-2024 refletem tanto as políticas nacionais estabelecidas pelo PNE quanto às especificidades regionais, configurando um cenário complexo, heterogêneo e em constante transformação. A educação superior no município expandiu-se significativamente, mas essa

expansão trouxe consigo novos desafios relacionados à qualidade, à equidade e à sustentabilidade do sistema.

Esta dissertação oferece contribuições em três dimensões principais: teóricas, empíricas e práticas.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o aprofundamento da compreensão sobre a territorialização de políticas educacionais, demonstrando empiricamente como políticas nacionais se materializam de formas específicas em contextos locais. A articulação entre políticas nacionais, trajetórias institucionais e dinâmicas regionais permite superar análises que privilegiam apenas uma dessas dimensões, oferecendo uma perspectiva mais integrada e complexa sobre os processos de expansão da educação superior. Além disso, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de categorias analíticas que podem ser aplicadas à compreensão das dinâmicas de expansão da educação superior em outros municípios de médio porte.

Reconhece-se que esta pesquisa apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação de seus resultados e na proposição de investigações futuras.

Em primeiro lugar, o recorte temporal da análise, concentrado no período 2014-2024, não permite acompanhar desdobramentos futuros das dinâmicas identificadas, especialmente em um contexto de rápidas transformações nas políticas educacionais e nas estratégias institucionais. Em segundo lugar, o escopo geográfico, focado em um único município, limita a possibilidade de generalizações para outros contextos, embora a pesquisa ofereça elementos que podem orientar estudos comparativos.

Em terceiro lugar, a dependência de dados secundários, especialmente dos microdados do Censo da Educação Superior (INEP), embora garanta robustez estatística, não permitiu captar dimensões qualitativas mais profundas das experiências de discentes, docentes e gestores. A ausência de pesquisa primária com atores locais, por meio de entrevistas ou grupos focais, representa uma limitação importante, pois impede a compreensão de percepções, significados e estratégias que não são visíveis nos dados quantitativos.

Em quarto lugar, a pesquisa focou predominantemente em indicadores de acesso e expansão, com análise limitada sobre dimensões de qualidade educacional, como desempenho no ENADE, conceitos de curso, infraestrutura e práticas pedagógicas. Essa limitação decorre tanto das restrições de escopo da pesquisa quanto da disponibilidade de dados desagregados por município. Por fim, a ausência de dados sistematizados sobre taxas de evasão e permanência, especialmente em cursos EaD, limitou uma análise mais aprofundada sobre a efetividade das políticas de democratização do acesso.

Os achados desta dissertação abrem caminhos para novas investigações que podem aprofundar e ampliar a compreensão sobre as dinâmicas da educação superior em contextos regionais.

Uma primeira agenda de pesquisa refere-se à realização de estudos comparativos entre Chapecó e outros municípios de médio porte, tanto em Santa Catarina quanto em outras regiões do país, para identificar padrões e especificidades regionais. Tais estudos permitiriam compreender em que medida as dinâmicas observadas em Chapecó são representativas de tendências mais amplas ou constituem casos singulares.

Uma segunda agenda refere-se à realização de pesquisas qualitativas que captem as experiências, percepções e estratégias de atores locais. Entrevistas com gestores de IES, coordenadores de curso e docentes poderiam revelar as estratégias institucionais, os desafios enfrentados e as percepções sobre as políticas do PNE. Grupos focais com estudantes poderiam investigar experiências de acesso, permanência, aprendizagem e inserção profissional, oferecendo elementos para compreender as dimensões subjetivas dos processos de democratização da educação superior.

Uma terceira agenda refere-se à realização de estudos longitudinais que acompanhem cortes de estudantes ao longo de suas trajetórias acadêmicas, analisando taxas de conclusão, tempo médio de formação e fatores associados à evasão. Tais estudos seriam especialmente relevantes para compreender as especificidades da modalidade EaD e os desafios de permanência enfrentados pelos discentes com diferentes perfis socioeconômicos.

Uma quarta agenda refere-se à análise aprofundada da EaD, investigando perfis, motivações e experiências de estudantes de cursos à distância, as estratégias pedagógicas, tecnológicas e de apoio aos discentes e adotadas por instituições que ofertam EaD, e as taxas de evasão, permanência e conclusão nessa modalidade. Tais estudos são fundamentais para subsidiar políticas de regulação, avaliação e apoio à EaD. Tais estudos permitiriam compreender em que medida a expansão da educação superior tem contribuído para o desenvolvimento regional e para a redução de desigualdades.

Ao concluir esta dissertação, reafirma-se a convicção de que a educação superior desempenha papel estratégico na construção de sociedades mais justas, democráticas e desenvolvidas. No entanto, os achados desta pesquisa evidenciam que a expansão quantitativa do acesso, embora necessária, não é suficiente para garantir a democratização efetiva da educação superior.

A análise das dinâmicas de desenvolvimento da educação superior em Chapecó no contexto do PNE 2014-2024 revelou avanços significativos, mas também desafios persistentes

e novas contradições. A predominância do setor privado, a explosão da EaD, a precarização do trabalho docente e as desigualdades no acesso e na permanência são questões que exigem atenção de gestores, pesquisadores e da sociedade civil.

A educação superior, como bem público e direito social, deve estar a serviço da construção de um país mais justo, inclusivo e democrático. Para tanto, é necessário superar a lógica mercantil que tem orientado parte significativa da expansão recente, fortalecendo o papel do Estado na regulação, no financiamento e na oferta direta de educação superior de qualidade. É necessário, também, garantir que a expansão do acesso seja acompanhada de políticas efetivas de permanência, que assegurem condições materiais e pedagógicas para que todos os estudantes possam concluir seus cursos com êxito.

Espera-se que esta dissertação contribua para o debate sobre as políticas de educação superior no Brasil e inspire novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre as complexas relações entre políticas nacionais, dinâmicas locais e projetos de sociedade. A educação superior em Chapecó, como em tantos outros municípios brasileiros, encontra-se em um momento de transformação, cabe a todos os atores envolvidos (gestores públicos, instituições de ensino, docentes, estudantes e sociedade civil) construir coletivamente os caminhos para que essa transformação se traduza em mais qualidade, mais equidade e mais democracia.

REFERÊNCIAS

ACAFE – **Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Relatório Institucional 2022**. Florianópolis: ACAFE, 2022.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2003.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira, ARAÚJO, Adriana Castro Araújo. **Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras**. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 102, n. 261, p. 437-464, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ZsJ6KBdkPctVHLRhtTkM4Mm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

ARENDDT, Hannah. **A Crise na Educação. In: Entre o Passado e o Futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva. 2011.

BALL, Stephen John. **Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar**. Educação & Sociedade, v. 25, p. 1105-1126, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

BALL, Stephen John. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v35n126/v35n126a02.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?** Revista de Educação PUC-Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v24n2/2318-0870-edpuc-24-2-240.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025

BELLANI, Eli Maria. **UNOESC - Campus de Chapecó, um sonho concretizado: subsídios para a história da UNOESC Campus Chapecó 1970-1975**. Chapecó: Ed. do Autor, 1997.

BEZERRA, Felipe Portela; MENEGUIN, Fernando Boarato. **A evolução do FIES: Uma avaliação de desenho sobre mudanças e continuidades do programa**. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 2, 2022. Disponível em: <https://centrodeestudosdedireito.com.br/revistas/index.php/redap/article/view/297/232>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. **Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias**. Educ. Teoria Prática, Rio Claro, v. 22, n. 39, p. 117-138, abr. 2012. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BORTOLINI, Maristela Helena Zimmer, OTONI, Nilo, DE MELO, Pedro Antônio. **A Educação superior em Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2018.

BRASIL. **Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 54/2023. 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies/comite-gestor-fies-cg-fies/2023/RESOLUON54DE12DEJUNHODE2023DOUImprensaNacional.PDF>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.029 de 15 de setembro de 2009.** Dispõe sobre a criação da universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12029&ano=2009&ato=c87IzZU90dVpWT3e7>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL, **Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023.** Dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/588087#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20ingresso%20nas,m%C3%A9dio%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.436 de 25 de junho de 1992.** Institucionaliza o programa de crédito educativo para estudantes carentes. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8436&ano=1992&ato=480UTWq10MFpWT1a5>. Acesso em: 20 nov. 20024.

BRASIL. **Lei nº 12.202 de 14 de janeiro de 2010.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12202.htm. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960.** Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13849.htm. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** (2004). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - Eletrônico - 13/7/2001, Página 2.

BRASIL. **Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022.** Altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14350.htm#artl. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

BRASIL. **Decreto nº 2.207 de 15 de abril de 1997.** Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2207-15-abril-1997-445065-norma-pe.html>. Acesso em: 20mar de 2025

BRASIL. **Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998.** Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, abr. 1998.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** (2006b). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 10 ago. 2024

BRASIL. **Decreto N° 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 21 fev.2025.

BRASIL. **Decreto nº 87.122, de 26 de abril de 1982. Declara de utilidade pública a FUNDESTE.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87122-26-abril-1982-436893-norma-pe.html>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. (2006a)** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057 DE 25 de maio de 2017.** Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.364, de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999.** Dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/tipo=MPV&numero=1827&ano=1999&ato=881kXS61UeNpWTd2d>. Acesso em: 05 mai. de 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004.** Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, 13 set. 2004; retificado no Diário Oficial da União, 27 set. 2004 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 962, de 30 de março de 1995.** Dispõe sobre a organização da Presidência da, no uso República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, mar 1995.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2000. Brasília, DF: INEP, 2000.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2014. Brasília, DF: INEP, 2014.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2015. Brasília, DF: INEP, 2015.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2016. Brasília, DF: INEP, 2016.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2017. Brasília, DF: INEP, 2017.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2018. Brasília, DF: INEP, 2018.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 out. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2019. Brasília, DF: INEP, 2019.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2020. Brasília, DF: INEP, 2020.** Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2021. Brasília, DF: INEP, 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10. jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2022. Brasília, DF: INEP, 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior de 2024. Brasília, DF: INEP, 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painéis Estatísticos do Censo da Educação Básica de 2024. Brasília, DF: INEP, 2024.** Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWYWMtNGIxZS05NzhmLVVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudos-educacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Brasília: Presidência da República, 2016.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 55 de 2023.** Brasília 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-55-de-6-de-novembro-de-2023-521046486>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução CES/CNE nº 1 de 2 de fevereiro de 2016.** *Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.* Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=317442>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 11 de dezembro de 2017.** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CES-CNE-007-2017-12-11.pdf>. Acesso em 02 ago. 2024

BRASIL. **Portaria Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/sisu/arquivos/sisuportarianormativa2-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012: relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012.** Brasília, DF, 2012.

CAPES. **Portaria nº 275, de 18 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade à distância. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=49>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CAPES. GeoCAPES: **Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes.** Brasília, (2024). Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luis (Orgs). **A FUNDESTE e o ensino superior no Oeste catarinense: 50 anos de história.** Chapecó: Argos, 2020.

CARBONERA, Mirian, ONGHERO, André Luiz, RENK, Arlene, SALINI, Ademir Miguel. (Orgs.). **Chapecó 100 anos – Histórias plurais.** Editora Argos, anos 2017. Chapecó. SC.

CASSOL, Evaldo. **A secretária do Oeste. Dissertação.** Programa de pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo 2007. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/65/1/2007EvaldoCassol.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto; HEY, Ana Paula. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?** Educar em revista, p. 125-140, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2025.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. **A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação de acesso.** Atos de pesquisa em educação, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/754/630>. Acesso em: 07 set. 2025.

CHAPECÓ. **Lei 141 de 06 de dezembro de 1971.** Institui a Fundação Universitária do desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE - e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/1971/15/141/lei-ordinaria-n-141-1971-institui-a-fundacao-universitaria-do-desenvolvimento-do-oeste-fundeste-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 23 out. 2024.

CHAPECÓ. **Lei nº 6.740 de 11 de agosto de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação. PME e dá outras providências. Chapecó Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/2015/674/6740/lei-ordinaria-n->

6740-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencia. Acesso em: 10 fev. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Universidade em liquidação**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 jul. 1999b. Caderno Mais! p. 3. Disponível em: Folha de São Paulo - Brasil 500 d.c. - Marilena Chauí: Universidade em liquidação - 11/07/99. Acesso em: 20 ago. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista brasileira de educação, p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952**. Chapecó: Argos, 2004. 259 p. (Documento; 4).

COSTA, Maria Raimunda Santos da. **Contextualizando expansão e interiorização no campo da educação brasileira**. Rev. Exitus, Santarém, v. 7, n. 3, p. 250-276, set. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602017000300250&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 set. 2025.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e crise: perspectivas para o Brasil**. Educação & Sociedade, v. 31, p. 1089-1098, 2010.

DA LUZ, Jackeline Nascimento Noronha; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Sistema de seleção unificada (Sisu): refletindo sobre o processo de seleção**. Educação e Fronteiras, v. 4, n. 10, p. 68-83, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/3649>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DA SILVA CARVALHO Renata Ramos; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Expansão e qualidade da educação superior: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 27, n.02, p. 227-247, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/rxNDLXGXR8H53YDzgrwZvGk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2025.

DA SILVA CARVALHO, Renata Ramos. **A expansão da educação superior pública no Brasil na vigência do PNE (2014-2024): desafios não superados da meta 12 e perspectivas para o próximo decênio**. Revista Cocar, n. 27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9099>. Acesso em: 17 jul. 2025.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. Cadernos de pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000100015&script=sci_abstract. Acesso em: 06 set. 2025.

DAL BELLO, Joselha Cristina. **As ações afirmativas na educação superior: a lei de cotas e o perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras.** 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

DE BASTIANI, Sherlon Cristina. **Dinâmicas de desenvolvimento da educação superior na região Oeste de Santa Catarina (1968-2015).** 2017. 119 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, SC.

DE BASTIANI, Sherlon Cristina; TREVISOL, Joviles Vitorio. **A expansão da educação superior presencial em Santa Catarina (1990-2016).** *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 4, n. 3, p. 558-579, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7007619>. Acesso em: 10 set. 2024.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. **REUNI: política para a democratização da educação superior?** *Rev. Elet. Educ.*, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 448-463, ago. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-71992018000200448&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jan. 2025.

FAVERO, Altair Alberto, PINHEIRO, Ana Paula, SARTORI, Jerônimo. **Abordagem Qualitativa e Quantitativa nas pesquisas em Políticas Educacionais: Caracterização e Possibilidades de cruzamentos.** In: FAVERO, Altair Alberto, TONIETO, Carina, BUKOWSKI, Chaiane, CENTERNARO, Junior Bufon. (org). *Pesquisa em Política Educacional: Perspectivas Metodológicas*, Porto Alegre RS: Livrologia, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre, RS: Artmed editora, 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **FUNOESC 50 anos: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.** Rogério Augusto Bilibio (organizador). – Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

FUNDESTE. **Fundação Universidade do Desenvolvimento do Oeste.** Ata de criação. Chapecó, 1970.

FUNDESTE. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. **Histórico. Relatório institucional.** Chapecó: ACADE; Ministério Público, 2004.

FUNDESTE. Fundação Universidade do Desenvolvimento do Oeste. **Carta Estatutária, denominada como ato de fundação da Fundeste aprovada em 30 de novembro de 1970.** Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos do 1º. Distrito da Comarca de Chapecó, no livro competente de Registro de Sociedades Cíveis e Pessoas Jurídicas, n. 3, fls. 63 a 65 v., sob número de ordem 255, em 17 de junho de 1971.

GATTI, Bernardete Angelina. **Estudos quantitativos em educação.** *Educ. Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 01, p. 11-30, abr. 2004. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elsa Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos Cenários de Formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOLO, Jaime. **Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 34, n. 1, p. 73-97, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932018000100073&script=sci_arttext. Acesso em: 05 fev. 2025.

GOELLNER, Isabella de Araujo; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: Desafios para o governo Lula (2023-2026)**. Revista Cocar. Edição Especial. N.27/2024 p.1-22. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 3ª ed. Chapecó: Argos, 2003.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2030/203058814003/203058814003.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral – 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. (Série Regional, Volume 111, Tomo XX).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1950**. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000362/censo1950vol27t1sc/censo1950vol27t1sc.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1960**. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censodem1960rvol1t15a/censodem1960rvol1t15a.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1991**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/25089-censo-1991-6.html?edicao=25090&t=downloads>. Acesso em 17 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/25089-censo-1991-6.html?edicao=25090&t=downloads>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das unidades da federação. 2025**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Popula%C3%A7%C3%A3o+de+Chape%C3%B3>. Acesso em: 27 out. 2025.

IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IKUTA, Camila Yuri Santana. **A agenda de políticas da educação superior nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022): análise do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48139/tde-21112023-152236/en.php>. Acesso em: 08 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Site institucional. 2025**. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

JARDIM, Caio Eduardo. **A Expansão e o Financiamento da Pós-Graduação no Brasil e a Meta 14 do Plano Nacional de Educação**. FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 10, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/87919>. Acesso em: 18 set. 2025.

JOAÇABA. **Lei nº 1.673 de 21 de março de 1991**. Altera a sigla de entidade que especifica. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joacaba/lei-ordinaria/1991/167/1673/lei-ordinaria-n-1673-1991-altera-a-sigla-de-entidade-que-especifica>. Acesso em 06 mai. 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MEC. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014: balanço social 2003 - 2014**. Brasília, DF, 2015.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula**. Educar em Revista, p. 179-198, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/5x6wXqvNm3PsY5NKNQs5nBR/?lang=pt>. Acesso em 30 ago. 2025.

MIOTTI, Guilherme de Lima; BITTENCOURT, Helio Radke; FRANCA, Marco Tulio Aniceto. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Resultados e desafios no ensino superior: Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 35, p. e 10569, 2024. DOI:

10.18222/eae.v35.10569. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10569>. Acesso em: 25 out. 2024.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000230&pid=S0034...lng>. Acesso em: 01 abr. 2024.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins, NONATO, Brésia França; RIBEIRO, Gustavo Meirelles; FLONTINO, Sandra Regina Dantas. **Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, p. 1-31, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vBZSprC4YgKLGpwxJjYC8v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Maria Mary de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. 2005. 544 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PERTILLE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PEGORARO, Ludimar. **O terceiro setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense**. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Lúcia; PEGORARO, Ludimar; COSTA, Áurea de Carvalho et al. (org.). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLI, Odilon Luiz. **As comunitárias em tempos de incertezas: apontamentos sobre as possibilidades de futuro das instituições comunitárias**. In: Carbonera, M. Onghero, A FUNDESTE e o ensino superior no oeste catarinense: 50 anos de história. Chapecó: Argos, 2020.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene, WINCKLER, Silvana. **Do Campus Chapecó à Unochapecó**. In: Carbonera, M. Onghero, A FUNDESTE e o ensino superior no oeste catarinense: 50 anos de história. Chapecó: Argos, 2020.

REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades. **Site institucional**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1989.

SANTA CATARINA. **Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina. Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961**. Florianópolis: Alesc, 1961. Disponível em: <http://leis.ale.sc.gov.br/html/1961/2772_1961_Lei.html>. Acesso em: 08 ago. 2025.

SANTA CATARINA. **Lei 3.030 de 15 de maio de 1962.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-3030-1962-santa-catarina-dispoe-sobre-o-conselho-estadual-de-educacao-1962-05-15-versao-original?origin=instituicao>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 147 de 25 de agosto de 1917.** Dividindo em quatro municípios o território que passa para jurisdição do Estado em virtude de acordo homologado por lei da república n. 3.304 do corrente mez. Disponível em: <https://portouniao.webnode.com.br/curiosidades/lei%20n%C2%B0%201-147%20de%2025%20de%20agosto%20de%201917/>. Acesso em: 10 nov. 2024

SANTA CATARINA, **Lei nº 133, de 30 de dezembro de 1953.** Altera a organização administrativa do estado de Santa Catarina, na conformidade do pronunciamento das câmaras municipais, cria municípios e dá outras providências. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/1953/133_1953_lei.html. Acesso em: 05 abr. 2025.

SANTA CATARINA. **Lei nº 763, de 06 de outubro de 1961.** Cria os municípios de Coronel Freitas e Quilombo. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-promulgada-n-763-1961-santa-catarina-cria-os-municipios-de-coronel-freitas-e-quilombo>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SANTA CATARINA, **Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 1971.** Declaração de utilidade pública da "Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste", com sede e foro na cidade de Chapecó. Disponível em [tps://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:santa.catarina:estadual:lei:1971-08-25;4614](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:santa.catarina:estadual:lei:1971-08-25;4614). Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.** Dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual sobre o quinquênio 1961/1965, institui fundos, unifica tributos, autoriza a constituição de sociedades existentes, a assinatura de convênios, cria secretaria de estado e dá outras providências. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.975, de 19 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre educação e cultura, cria o Conselho Estadual de Educação. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-2975-1961-santa-catarina-dispoe-sobre-educacao-e-cultura>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015:** Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/16794_2015_lei.html. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 18.755, de 29 de novembro de 2023:** Altera a Lei nº 16.794, de 2015, que “Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2025 e estabelece outras providências”. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, 29 nov. 2023. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2023/18755_2023_lei.html. Acesso em: 31 ago. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 18.672, de 31 de julho de 2023.** Institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDESC. Diário Oficial do Estado, Florianópolis, 2023.

SANTA CATARINA. **Lei 8.092 de 19 de outubro de 1990**. Converteu a antiga UDESC (Universidade para o Desenvolvimento) na Fundação UDESC. Disponível em: <https://leis.alesc.sc.gov.br/ato-normativo/9361>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTA CATARINA. Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003.

SANTA CATARINA. **Decreto nº. 2.802, de 20 de maio de 1965**. Criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC). Disponível em: https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_2.802_1965.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTA CATARINA. **Decreto nº. 1550, de 23 de julho de 2008**. Renova cursos e reconhece cursos de Educação Superior e autoriza funcionamento de cursos de Educação Profissional. Disponível em: https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_1.550_2008___reconhec_e_zootecnia.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2.802 de 20 de maio de 1965**. Dispõe sobre a Fundação Educacional de Santa Catarina, outorga-lhe o encargo de constituir a Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Faculdade de Agronomia de Lages, a Faculdade de Veterinária e dá outras providências. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Decreto_Estadual_2802_1965_15422994881011_5035.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 6.032 de 12 de dezembro de 2002**. Cria o Campus IV da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Disponível em: https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_6.032_2002.pdf. Acesso em 10 nov. 2024.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 31.12.69/8828**. Plano Estadual de Educação 1969/1980. Florianópolis, 1969.

SANTA CATARINA. **Relação dos Municípios e Distritos Catarinenses, sua lei de criação de distrito e de município, com a data e sua instalação. Secretária de estado da Administração, Florianópolis, 1989**. Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/6/f/6/6f67e2ff37793bf5773888c8c504b1959356782357fb3c76623367219884fc52/L_EI_DE_CRIACAO_MUNICIPIOS_E_DISTRITOS_CATARINENSES.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 866 de 15 de janeiro de 2025**. Altera a Lei Complementar nº 831, de 2023, que institui o Programa Universidade Gratuita, e a Lei nº 18.672, de 2023, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica, e estabelece outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-866-2025-santa-catarina-altera-a-lei-complementar-no-831-de-2023-que-institui-o-programa-universidade-gratuita-e-a-lei-no-18-672-de-2023-que-institui-o-fundo-estadual-de-apoio-a-manutencao-e-ao-desenvolvimento-da-educacao-superior-fumdes-e-a-assistencia-financeira-para-o-pagamento->

das-mensalidades-dos-cursos-de-graduacao-e-pos-graduacao-frequentados-por-estudantes-em-instituicoes-de-ensino-superior-que-especifica-e-estabelece-outras-providencias. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTA CATARINA. Resolução nº 36/CEE/81, de 15 de dezembro de 1981. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. Educação, sociedade & culturas, n. 23, p. 137-202, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/acsyl/Downloads/A%20universidade%20no%20seculo%20XXI_para%20uma%20reforma%20democratica%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/acsyl/Downloads/A%20universidade%20no%20seculo%20XXI_para%20uma%20reforma%20democratica%20(1).pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

SANTOS, Aline Veiga dos. **A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**. 292fls. Tese (Doutorado em Educação). Programa *Stricto sensu* em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2415>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, Eduardo Sens. (Org). **Linchamento de Chapecó 1950**. Transcrição do Processo-Crime 183/1950. Ministério Público de Santa Catarina/Editora Argos: Chapecó, 2023.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. 2021. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758. Acesso em: 19 set. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar. **Expansão da Educação Superior e desmonte do Sistema de Produção Científica e Formação de Pesquisadores no Brasil. Contrarreformas e Expropriação de Direitos no Terreno da Ortodoxia Liberal: Perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira**. Uberlândia: Navegando, p. 18-62, 2023. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_8fffcdb68f3749d58e9e9befeba4b36b.pdf#page=19. Acesso em: 10 jul. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, v. 29, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?lang=pt>. Acesso em 15 out. 2024.

SGUISSARDI, Valdemar. **Democratização ou massificação? Política de expansão da educação superior no Brasil 2002-2012**. [Livro eletrônico]- São Carlos: Diagrama Editora, 2015. Disponível em: https://vsguissardi.com.br/wp-content/uploads/2022/09/2022_vs-cne-book.pdf. Acesso em: 01 Set. 2025.

SIEWERDT, Maurício J. **Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE e autonomia universitária: o trabalho docente nos (des)encontros entre o proclamado e a práxis**. Tese de Doutorado em Educação. PPGE/UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SILVA, Rudiclai da Costa, NUNES, Rogério da Silva, MALLMAN, Ana Maria Gomes. **O Reuni na Universidade do Rio Grande: avaliação da expansão dos cursos de graduação.** In: Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul, 11, 2011, Florianópolis. *Anais.* Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25982/2.22.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 set. 2025.

SILVA, JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma da educação superior no Brasil: renúncia do Estado e privatização do público.** Revista Portuguesa de Educação, v. 13, n. 2, p. 81-110, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37413205.pdf>. Acesso em 15 ago. 2025.

TEIXEIRA, Anísio. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p. 21-82. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>. Acesso em 15 ago. 2025.

DE TOLEDO, Jaques Antonio. **A Educação superior a distância: políticas e dinâmicas da formação de professores em EaD em Santa Catarina. 2020.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

TREVISOL, Joviles Vitório. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A (orgs). História da Fronteira Sul. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

TREVISOL, Joviles Vitório; DE TOLEDO, Jaques Antonio. **A educação superior a distância no Brasil: regulação e políticas de expansão (1998-2018).** Revista Lusófona de Educação, v. 51, n. 51, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/acysl/Downloads/7707-Texto%20do%20artigo-22117-1-10-20210703%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/acysl/Downloads/7707-Texto%20do%20artigo-22117-1-10-20210703%20(3).pdf). Acesso em: 06 mar. 2025.

TREVISOL, Joviles Vitório; DAL BELLO, Joselha Cristina; NIEROTKA, Rosileia Lucia. **A lei de cotas e as mudanças no perfil dos ingressantes das universidades federais brasileiras.** Sér.-Estud., Campo Grande, v. 28, n. 64, p. 155-184, set. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822023000300155&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2025.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. **“Lei das cotas” e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro.** Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/2406>. Acesso em: 13 out. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Site institucional. 2025.** Disponível em: <https://www.udesc.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Site institucional. 2025.** Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. **Site institucional. 2025.** Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução 002/CUn/2007, de 02 de março de 2007**. Disponível em: <https://antigo.uab.ufsc.br/blog/2007/12/27/resolucao-002cun2007-de-02-de-marco-de-2007/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Relatório de Gestão 2024**. Disponível em: <https://site-prod.uffs.edu.br/uffs/conteudo/DPLAN/Relato%20Integrado%20-%20Anos/RG2024.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul. Site institucional**. Disponível em: www.uffs.edu.br. Acesso em: 21 mar. 2025.

USTÁRROZ, Elisa; DE QUADROS, Sérgio Feldmann; MOROSINI, Marília Costa. **Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 538–562, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650622>. Acesso em: 04 set. 2025.

VEDANA, Léa Maria Ferreira. **A educação em Santa Catarina nos anos 60**. Revista Esboços. v.5, n. 5. jun./dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/524>. Acesso em: 15 fev. 2025.

WASCHINEWSKI, Susane da Costa; RABELO, Giani. **Aprovar para modernizar: primeiro Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (1969/1980) e o sistema de avanço progressivo**. Revista Tempos e Espaços em Educação. 12(30), 2019, p. 139-154. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i30.9384>. Acesso em: 10 ago. 2025.

WOLFF, Robert Paul (1993). **O ideal da universidade**. São Paulo: Editora da Unesp.

WOLOSZYN, Noeli. **Em busca da terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense**. Universidade do Contestado, 2008. Disponível em: http://www.pesquisa.UnCnet.br/pdf/historia/BUSCA_TERRA_COLONIZACAO_EXPLORACAO_MADEIRAS_OESTE_CATARINENSE.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

ZARTH, Paulo A. **Fronteira Sul: história e historiografia**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A (orgs). História da Fronteira Sul. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

APÊNDICE A – DADOS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Total	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº de IES	18	18	20	27	35	39	39	42	45	50	51
Total por Categoria	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pública Federais	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2
Públicas Estaduais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Públicas Municipais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privadas com fins lucrativos	4	4	7	9	16	19	22	25	29	34	35
Privadas sem fins lucrativos	7	9	8	14	15	16	14	14	13	13	13
Privada Particular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especial	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Comunitária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Confessional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	18	18	20	27	35	39	39	42	45	50	51
Total por Organização Acadêmica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Universidades	10	10	11	13	17	18	16	15	15	14	15
Centros	2	2	3	7	10	13	14	18	21	27	27
Faculdades	5	5	5	6	7	7	8	8	8	8	8
Institutos Federais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	18	18	20	27	35	39	39	42	45	50	51
Total por Modalidade	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	9	9	9	10	10	10	10	11	11	11	11
EaD	10	10	13	20	29	34	32	35	38	43	45
Ambas	1	1	2	3	4	5	3	4	4	4	5
Total	18	18	20	27	35	39	39	42	45	50	51
IES EaD e Presencial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
UDESC	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
UNOCHAPECÓ			X	X	X	X	X	X	X	X	X
IFSC					X	X					
UNOESC				X	X	X	X	X	X	X	X
FAEM						X	X	X	X	X	X
UNISENAI											X
TOTAL	1	1	2	3	4	5	3	4	4	4	5

APÊNDICE B – DADOS DOS CURSOS

Geral	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total Cursos	217	239	268	381	521	618	751	894	1.152	1.210	1.365
Cursos Por Nível	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bacharelado	79	88	99	124	162	195	250	295	384	409	466
Licenciatura	55	59	67	93	140	150	163	189	212	221	253
Tecnológico	83	92	102	164	219	273	338	410	553	578	643
Cursos Por Rede	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pública	92	31	32	19	20	19	16	17	17	18	19
Privada	125	208	236	362	501	599	735	877	1.135	1.192	1.346
Cursos Por Categoria	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pública Federais	17	17	16	16	17	16	14	14	14	15	15
Públicas Estaduais	4	4	4	3	3	3	2	3	3	3	4
Privadas com fins lucrativos	51	72	101	161	327	424	541	660	918	1.024	1.164
Privadas sem fins lucrativos	74	136	135	201	174	175	194	217	217	168	182
Cursos Por Modalidade	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	98	98	100	99	96	100	98	104	108	111	110
EaD	119	141	168	282	425	518	653	790	1.044	1.099	1.255
Cursos Por Área – Global	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Educação	55	59	67	93	140	152	166	194	222	234	269
Artes e humanidades	7	7	6	11	20	27	36	51	60	70	82
Ciências sociais, comunicação e informação	7	9	12	16	19	22	31	44	58	63	67
Negócios, administração e direito	79	86	96	149	200	232	268	285	370	364	390
Ciências naturais, matemática e estatística	2	2	2	2	3	6	13	16	23	17	20
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	14	15	15	26	30	42	63	84	113	130	140
Engenharia, produção e construção	24	30	33	38	47	56	72	83	113	116	131
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	3	5	7	7	10	10	12	12	14	16	17
Saúde e bem-estar	14	15	17	21	24	32	47	72	100	118	159
Serviços	12	11	13	18	28	39	43	53	76	80	87
Total Cursos	217	239	268	381	521	618	751	894	1.149	1.208	1.362
Cursos Por Área – Presencial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Educação	26	23	24	21	20	20	20	25	24	24	22
Artes e humanidades	4	4	3	3	3	4	3	3	3	3	3
Ciências sociais, comunicação e informação	4	4	5	5	5	6	6	7	7	7	6
Negócios, administração e direito	19	19	19	20	16	17	16	16	17	17	17
Ciências naturais, matemática e estatística	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7
Engenharia, produção e construção	21	22	21	22	23	23	24	24	24	25	25
Agricultura, silvicultura, pesca e	3	4	5	5	6	6	6	6	6	6	6

veterinária											
Saúde e bem-estar	11	12	13	13	13	13	12	13	17	19	20
Serviços	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Total Cursos	98	98	100	99	96	100	98	104	108	111	109
Cursos Por Área – EaD	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Educação	29	36	43	72	120	132	146	169	198	210	247
Artes e humanidades	3	3	3	8	17	23	33	48	57	67	79
Ciências sociais, comunicação e informação	3	5	7	11	14	16	25	37	51	56	61
Negócios, administração e direito	60	67	77	129	184	215	252	269	353	347	373
Ciências naturais, matemática e estatística	1	1	1	1	2	5	12	15	22	16	19
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	6	7	7	18	22	34	55	77	106	123	133
Engenharia, produção e construção	3	8	12	16	24	33	48	59	89	91	106
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	0	1	2	2	4	4	6	6	8	10	11
Saúde e bem-estar	3	3	4	8	11	19	35	59	83	99	139
Serviços	11	10	12	17	27	37	41	51	74	78	85
Total Cursos	119	141	168	282	425	518	653	790	1.041	1.097	1.253
Cursos em Educação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	26	23	24	21	20	20	20	25	24	24	22
EaD	29	36	43	72	120	132	146	169	198	210	247
Cursos em Artes e humanidades	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	4	4	3	3	3	4	3	3	3	3	3
EaD	3	3	3	8	17	23	33	48	57	67	79
Cursos em Ciências sociais, comunicação e informação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	4	4	5	5	5	6	6	7	7	7	6
EaD	3	5	7	11	14	16	25	37	51	56	61
Cursos em Negócios, administração e direito	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	19	19	19	20	16	17	16	16	17	17	17
EaD	60	67	77	129	184	215	252	269	353	347	373
Cursos em Ciências naturais, matemática e estatística	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
EaD	1	1	1	1	2	5	12	15	22	16	19
Cursos em Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7
EaD	6	7	7	18	22	34	55	77	106	123	133
Cursos em Engenharia, produção e construção	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	21	22	21	22	23	23	24	24	24	25	25
EaD	3	8	12	16	24	33	48	59	89	91	106

Cursos em Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	3	4	5	5	6	6	6	6	6	6	6
EaD	0	1	2	2	4	4	6	6	8	10	11
Cursos em Saúde e bem-estar	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	11	12	13	13	13	13	12	13	17	19	20
EaD	3	3	4	8	11	19	35	59	83	99	139
Cursos em Serviços	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Presencial	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
EaD	11	10	12	17	27	37	41	51	74	78	85
Cursos Por Rede	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Pública	92	31	32	19	20	19	16	17	17	18	19
Privada	125	208	236	362	501	599	735	877	1.135	1.192	1.346
Cursos por Área e Tipo de Rede Pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Educação	29	11	11	9	9	8	7	7	7	7	8
Artes e humanidades	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências sociais, comunicação e informação	4	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1
Negócios, administração e direito	21	11	11	2	3	3	1	1	1	1	1
Ciências naturais, matemática e estatística	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Engenharia, produção e construção	13	3	3	2	2	2	2	2	2	3	3
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Saúde e bem-estar	11	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Serviços	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Cursos	92	31	32	19	20	19	16	17	17	18	19
Cursos por Área e Tipo de Rede Privada	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Educação	26	48	56	84	131	144	159	187	215	227	261
Artes e humanidades	3	7	6	11	20	27	36	51	60	70	82
Ciências sociais, comunicação e informação	3	9	11	16	19	22	31	43	57	62	66
Negócios, administração e direito	58	75	85	147	197	229	267	284	369	363	389
Ciências naturais, matemática e estatística	1	2	2	2	3	6	13	16	23	17	20
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	9	14	14	25	29	41	62	83	112	129	139
Engenharia, produção e construção	11	27	30	36	45	54	70	81	111	113	128
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	0	3	5	5	8	8	10	10	12	14	15
Saúde e bem-estar	3	12	14	18	21	29	44	69	97	115	156
Serviços	11	11	13	18	28	39	43	53	76	80	87
Programas básicos	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	3
Total Cursos	125	208	236	362	501	599	735	877	1.135	1.192	1.346

APÊNDICE C – DADOS DOS DISCENTES

Discentes Global	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Inscritos	26.401	30.184	30.437	31.193	24.945	22.957	17.853	23.120	17.291	18.005	16.433
Ingressos	6.783	6.735	7.111	7.548	8.401	8.833	9.131	10.507	12.091	13.422	12.622
Matrículas	17.610	18.232	18.505	19.009	20.071	21.548	21.981	23.400	23.919	25.982	26.328
Concluintes	2.221	2.400	2.496	2.841	3.120	3.346	2.976	2.969	2.646	3.288	3.068
Trancados	2.353	2.727	2.991	3.131	2.941	2.347	2.108	2.383	2.929	2.722	3.158
Transferidos	298	244	344	165	185	208	141	271	304	337	325
Evadidos	3.317	3.523	4.232	4.596	4.993	6.460	4.909	5.455	7.899	8.609	8.821

Discentes Por Grau Acadêmico		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Inscritos	Bacharelado	19.517	25.772	25.361	25.337	20.187	18.655	14.605	19.684	14.924	14.445	12.704
	Licenciatura	6.391	3.791	4.496	4.575	3.474	3.182	2.198	2.141	1.955	2.233	2.215
	Tecnológico	493	621	580	1.281	1.284	1.120	1.050	1.295	412	1.327	1.441
Ingressos	Bacharelado	4.511	4.381	4.477	4.378	4.797	5.429	5.243	5.920	6.730	7.099	7.457
	Licenciatura	1.436	1.522	1.696	1.829	1.812	1.599	1.684	1.683	2.008	2.651	1.706
	Tecnológico	836	832	938	1.341	1.792	1.805	2.204	2.904	3.345	3.667	3.395
Matrículas	Bacharelado	12.656	12.975	12.935	13.048	13.424	14.540	14.461	15.064	15.696	16.429	17.162
	Licenciatura	3.159	3.562	3.838	4.039	4.072	3.977	4.108	4.275	3.691	4.462	328
	Tecnológico	1.795	1.695	1.732	1.922	2.575	3.031	3.412	4.061	4.526	5.089	5.078
Concluintes	Bacharelado	1.380	1.620	1.603	1.778	1.853	1.978	1.773	1.742	1.693	2.002	2.040
	Licenciatura	289	377	424	640	692	652	533	668	484	574	379
	Tecnológico	552	403	469	423	575	716	670	559	469	712	649
Trancados	Bacharelado	1.787	2.145	2.224	2.210	2.070	1.510	976	1.239	1.591	1.451	1.544
	Licenciatura	359	394	525	619	552	450	588	511	584	480	727
	Tecnológico	207	188	242	302	319	387	544	633	753	791	865
Transferidos	Bacharelado	232	172	286	134	104	145	85	155	152	183	157
	Licenciatura	46	61	46	26	67	43	40	61	71	57	70
	Tecnológico	20	11	12	5	14	20	16	55	81	97	97
Evadidos	Bacharelado	2.211	2.317	2.833	2.776	3.000	4.435	3.185	3.138	3.901	4.638	4.645
	Licenciatura	668	772	913	1.136	1.224	1.182	774	878	1.825	1.469	1.456
	Tecnológico	438	434	486	684	769	843	950	1.439	2.172	2.497	2.716

Discentes Por Modalidade		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ingressos	Presencial	5.222	5.184	4.942	4.723	4.865	4.871	3.803	3.755	3.757	5.801	5.229
	EaD	1.561	1.551	2.169	2.825	3.536	3.962	5.328	6.752	8.334	7.621	7.393
Matrículas	Presencial	14.599	14.971	14.778	14.733	14.852	15.199	13.998	13.815	12.473	14.333	15.361
	EaD	3.011	3.261	3.727	4.276	5.219	6.349	7.983	9.585	11.446	11.649	10.967
Concluintes	Presencial	1.658	857	930	998	1.191	1.321	1.153	1.200	1.046	1.258	1.197
	EaD	563	571	591	697	886	948	1.109	1.206	961	1.403	1.384

Discentes Por Gênero		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ingressos	Masculino	2.980	3.023	3.250	3.257	3.563	3.878	3.777	3.975	4.676	5.098	4.771
	Feminino	3.803	3.712	3.861	4.291	4.838	4.955	5.354	6.532	7.415	8.324	7.851
Matrículas	Masculino	7.409	7.766	7.858	8.044	8.459	9.091	9.020	9.325	9.295	9.905	9.908
	Feminino	10.201	10.466	10.647	10.965	11.612	12.457	12.961	14.075	14.624	16.077	16.420
Concluintes	Masculino	806	857	930	998	1.191	1.321	1.153	1.200	1.046	1.258	1.197
	Feminino	1.415	1.543	1.566	1.843	1.929	2.025	1.823	1.769	1.600	2.030	1.871

Discentes Por Rede		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Inscritos	Pública	24.539	19.258	18.563	20.392	13.398	14.444	12.182	13.166	12.063	10.679	7.510
	Privada	1.862	10.926	11.874	10.801	11.547	8.513	5.671	9.954	5.228	7.326	8.923
Ingressos	Pública	4.612	1.234	1.230	1.065	1.069	1.045	1.057	1.038	1.066	1.029	928
	Privada	2.171	5.501	5.881	6.483	7.332	7.788	8.074	9.469	11.025	12.393	11.694
Matrículas	Pública	13.113	3.671	3.704	3.602	3.628	3.646	3.706	3.980	3.065	3.039	2.893
	Privada	4.497	14.561	14.801	15.407	16.443	17.902	18.275	19.420	20.854	22.943	23.435
Concluintes	Pública	1.554	337	334	351	356	395	318	346	366	385	335
	Privada	667	2.063	2.162	2.490	2.764	2.951	2.658	2.623	2.280	2.903	2.733
Trancados	Pública	1.986	280	192	191	189	186	266	382	372	307	228
	Privada	367	2.447	2.799	2.940	2.752	2.161	1.842	2.001	2.557	2.415	2.930
Transferidos	Pública	261	73	43	15	46	40	40	38	56	39	49
	Privada	37	171	301	150	139	168	101	233	248	298	276
Evadidos	Pública	2.451	659	871	686	636	619	454	290	1.557	714	727
	Privada	866	2.864	3.361	3.910	4.357	5.841	4.455	5.165	6.342	7.895	8.094

Discentes por Categoria Administrativa		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Inscritos	Federal	14.360	18.305	16.686	17.857	12.088	13.047	10.646	11.801	10.830	9.352	6.651
	Estadual	1.686	953	1.877	2.535	1.310	1.397	1.536	1.365	1.233	1.327	859
	Privada com fins lucrativo	1.556	1.363	1.561	642	596	1.388	647	1.257	1.340	1.406	1.485
	Privada sem fins lucrativo	306	9.563	10.313	10.159	10.951	7.125	5.024	8.697	3.888	5.920	7.438
	Especial	8.493	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ingressos	Federal	971	1.040	1.117	942	953	942	950	903	946	902	804
	Estadual	129	134	108	123	116	103	107	135	120	127	124
	Privada com fins lucrativo	1.828	1.879	2.490	2.844	3.442	4.121	5.251	6.912	8.626	7.895	7.554
	Privada sem fins lucrativo	343	3.622	3.391	3.639	3.890	3.667	2.823	2.557	2.399	4.498	4.140
	Especial	3.512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matrículas	Federal	2.722	2.959	3.069	3.100	3.124	3.132	3.276	3.563	2.648	2.697	2.549
	Estadual	597	585	504	502	504	514	430	417	417	342	344
	Privada com fins lucrativo	3.898	4.362	4.794	5.361	6.255	7.339	9.043	10.657	12.480	12.791	12.079
	Privada sem fins lucrativo	599	10.199	10.007	10.046	10.188	10.563	9.232	8.763	8.374	10.152	11.356
	Especial	131	127	131	0	0	0	0	0	0	0	0
Concluintes	Federal	134	219	258	285	297	288	257	313	258	327	264
	Estadual	83	118	67	66	59	107	61	33	108	58	71
	Privada com fins lucrativo	550	605	693	825	1.044	1.144	1.297	1.378	1.103	1.545	1.469
	Privada sem fins lucrativo	117	1.458	1.469	1.665	1.720	1.807	1.361	1.245	1.177	1.358	1.264
	Especial	1.337	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
Trancados	Federal	188	164	177	174	173	186	263	365	367	292	220
	Estadual	8	10	15	17	16	0	3	17	5	15	8
	Privada com fins lucrativo	251	446	682	807	998	1.262	1.142	1.265	1.492	1.770	1.826
	Privada sem fins lucrativo	116	2.001	2.117	2.133	1.754	899	700	736	1.065	645	1.104
	Especial	1.790	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferidos	Federal	53	72	43	15	46	38	40	36	55	39	49
	Estadual	0	1	0	0	0	2	0	2	1	0	0

	Privada com fins lucrativo	26	27	131	21	29	52	59	181	205	231	233
	Privada sem fins lucrativo	11	144	170	129	110	116	42	52	43	67	43
	Especial	208	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Evadidos	Federal	550	592	699	631	590	577	371	211	1.459	632	656
	Estadual	73	57	65	55	46	42	83	79	98	82	71
	Privada com fins lucrativo	681	742	1.194	1.597	2.003	1.893	2.763	3.518	5.231	6.098	6.958
	Privada sem fins lucrativo	185	2.122	2.167	2.313	2.354	3.948	1.692	1.647	1.111	1.797	1.136
	Especial	1.828	10	107	0	0	0	0	0	0	0	0

Discentes Por Raça e Cor		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ingressos	Branca	4.034	4.439	4.572	4.748	5.741	6.050	5.622	7.134	6.639	8.165	7.409
	Preta	149	114	124	146	205	216	237	280	320	301	295
	Parda	562	584	718	879	1.127	1.277	1.070	1.040	1.529	1.988	1.962
	Amarela	58	150	81	133	107	121	79	77	142	99	112
	Indígena	15	43	42	51	58	127	76	76	143	324	220
	Não Declarada	1.965	1.405	1.574	1.591	1.163	1.042	2.047	1.900	3.318	2.545	2.624
Matriculas	Branca	7.522	9.413	10.581	12.658	14.865	15.908	15.597	17.290	16.116	17.881	17.303
	Preta	226	243	263	314	416	470	505	597	541	589	583
	Parda	979	1.198	1.436	1.880	2.423	2.880	2.820	2.750	2.891	3.522	3.722
	Amarela	104	178	181	248	262	303	232	221	259	241	241
	Indígena	81	102	100	130	156	198	251	346	313	477	488
	Não Declarada	8.698	7.098	5.944	3.779	1.949	1.789	2.576	2.196	3.799	3.272	3.991
Concluintes	Branca	699	796	946	1.269	2.296	2.571	2.350	2.376	2.132	2.481	2.348
	Preta	16	17	15	23	35	52	43	56	37	51	56
	Parda	62	62	110	173	252	367	378	350	302	427	401
	Amarela	14	10	14	17	28	59	43	32	36	35	36
	Indígena	6	3	2	0	38	23	5	7	4	79	8
	Não Declarada	1.424	1.512	1.409	1.359	471	274	157	148	135	215	219

Não há dados por raça e cor dos inscritos evadidos, trancados, transferidos.

Discentes por Política Afirmativa		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ingressos	Reserva de Vaga	675	682	791	761	619	637	576	560	490	281	271
	Reserva Rede Pública	662	642	729	687	551	561	497	478	439	276	204
	Reserva Étnica	59	96	113	118	81	82	61	80	77	37	23
	Reserva Social	250	262	316	265	238	169	114	75	69	62	31
	Outras	11	19	30	40	36	43	49	43	6	1	65
Matriculas	Reserva de Vaga	1.090	1.416	1.757	2.070	2.046	2.239	2.346	2.477	1.804	1.525	1.442
	Reserva Rede Pública	1.055	1.356	1.664	1.946	1.890	2.063	2.102	2.195	1.630	1.501	1.270
	Reserva Étnica	102	162	202	249	246	257	291	329	282	158	128
	Reserva Social	383	509	657	770	805	765	715	679	481	421	331
	Outras	27	39	51	72	96	109	142	160	25	1	167
Concluintes	Reserva de Vaga	0	10	29	101	151	181	193	249	208	251	198
	Reserva Rede Pública	0	10	27	97	146	176	186	238	198	244	187
	Reserva Étnica	0	0	2	7	9	15	12	26	18	28	14
	Reserva Social	0	0	2	33	61	66	77	97	80	81	66
	Outras	0	0	0	3	5	5	6	8	4	0	11

Discentes por Política de Financiamento		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ingressos	Algum Financiamento	2.033	2.092	2.143	2.655	2.970	3.921	4.643	4.146	4.548	4.406	4.455
	FIES	1.031	353	1.076	1.624	1.774	2.638	3.633	3.291	3.681	3.472	3.179
	PROUNI	137	286	274	309	195	153	207	136	225	158	133
	Apoio Social	1.374	1.263	1.408	2.077	1.677	585	412	845	1.211	227	220
	Outros	1.039	1.480	934	877	1.093	1.212	928	794	717	816	1.277
Matriculas	Algum Financiamento	6.605	5.545	7.760	7.523	8.144	8.074	10.021	9.154	8.909	8.638	9.281
	FIES	3.823	1.296	4.377	4.216	5.091	4.860	6.529	5.555	5.262	5.134	4.823
	PROUNI	374	767	871	1.008	908	758	882	772	739	689	643
	Apoio Social	3.108	3.438	3.636	4.112	3.760	3.053	1.774	2.186	2.431	909	1.004
	Outros	2.974	3.587	3.200	2.823	3.066	3.351	3.376	3.336	3.199	3.023	4.067
Concluintes	Algum Financiamento	658	584	914	975	1.182	857	1.354	1.126	960	1.102	1.076
	FIES	333	121	520	526	819	556	952	665	414	500	419
	PROUNI	59	116	97	133	142	140	197	177	128	125	111
	Apoio Social	453	536	561	665	695	687	563	455	261	101	111
	Outros	327	355	374	388	333	329	383	419	480	519	567

ANEXO A – LEI DE CRIAÇÃO DA FUNDESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

L. nº 115/71

Chapecó, 03 de Dezembro de 1.971

Senhor Prefeito Municipal

Cumpre-me fazer chegar às mãos de Vossa Excia., o seguinte expediente:

Lei votada pela Câmara Municipal de Chapecó, que institui a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - // FUNDESTE - e dá outras providências.

Sendo só o que se apresentava para o momento firmo-me nos mui atentamente.

Rivadavia Scheffer
Rivadavia Scheffer

Presidente.

V. Exa., Sr.

Sr. Destri

Sr. Prefeito Municipal

Ata.

ANEXO B – ATA DE CRIAÇÃO DA FUNDESTE



1

Ata de Constituição da "Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste,"

Em data de quatro (4) de julho do ano de mil novecentos e setenta (1970), às dez (10) horas, nas dependências do Clube Recreativo Chapecoense, sito a rua Marechal Bormann, nº , nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, por convocação do coordenador Plínio Arlindo De Nês e assessor Venício Tortato, reuniram-se em assembleia, os municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Casupó-Grã, Casambe do Sul, Coronel Freitas, Chapecó, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiraúnga, Mondai, Maravilha, Modolo, Nova Erwin, Palma Sola, Pdluitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço D'Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Tarselão, Xanxerê, Xaxim, Itá e Teara, para constituírem juridicamente a "Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste". Por delegação dos senhores Prefeitos Municipais e autoridades, assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Plínio Arlindo De Nês, Secretário dos Negócios do Oeste do Estado de Santa Catarina. A seguir, já na presidência, o senhor Plínio Arlindo De Nês, convidou para compôr a mesa os senhores, Professor Yaldir Phering Faustino da Silva, Secretário de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, Professor Celatino Sachet, reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina-UNDESC, Senhor João Destri, Prefeito Municipal de Chapecó, senhor Dom José Gomes, Bispo Diocesano, representado pelo senhor padre Antônio Lúcio Massolini, senhor doutor Rubem Otilon Antunes Cardoso, juiz de Direito da Comarca de Chapecó, senhor doutor Jade Saturnino Magalhães, Presidente da Junta de Controle do Tribunal de Contas, senhor doutor Elgido Lunardi, deputado representante da Assembleia Legislativa, senhor Cirivaldo Chéf-

a seguir, aos senhores Prefeitos Municipais para tomarem lugar às mesas especiais que lhes eram reservadas. Composta a Mesa, o senhor Glúcio Antônio De Nês, passou a direção dos trabalhos, ao senhor professor Jaldir Bhering Faustino da Silva, digníssimo Secretário de Educação e Cultura, e este, convidou a mim Venício Tortato, para secretariar os trabalhos. Em prosseguimento, a presidência disse das razões e dos motivos da assembleia, que eram a constituição e a eleição da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste e a eleição de sua Diretoria Organizacional e Conselho Fiscal, conforme entendimentos dos senhores prefeitos municipais dos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapaco, Anchieta, Caibi, Campo Verde, Cordeiro do Sul, Coronel Freitas, Chapaco, Cunha Porã, Demarso, Dionísio Cerqueira, Itaipava dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itaipava, Mourão, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pichalginho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José do Oeste, São Lourenço d'Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Torquato, Xaxim, Xaxim e Itá, com os senhores Glúcio Antônio De Nês e Venício Tortato, estes últimos incumbidos da coordenação deste movimento regional. Determinou a presidência, a seguir, que a secretaria fizesse a leitura dos estatutos da Fundação, depois, fizesse a leitura do ante-projeto da carta estatutária da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. Colocado o referido documento posto em apreciação e discussão e finalmente em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, distribuído a seguir, a presidência, cinco exemplares do estatuto recentemente aprovado para serem assinados pelos senhores prefeitos municipais. Após o ato de assinaturas da Carta Estatutária, o senhor Venício Tortato, convidou - por ordem alfabética, aos municípios participantes e fundadores para fazerem entrega à Mesa, das leis que os integram

§

2

à Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. Por ordem
 foram chamados, Abelardo Luz, que fez entrega da lei de inte-
 gração que leva o n.º 238 de 30 de junho de 1970; Aguas de Cha-
 peço, cuja lei de integração que leva o n.º 12 de 30 de junho de
 de 1970; Anchieta, cuja lei de integração leva o n.º 217-70 de
 8 de junho de 1970; Caiçá, cuja lei de integração leva o n.º
 147 de 18 de junho de 1970; Campo-Grê, cuja lei de integração
 leva o n.º 15-70 de 12 de junho de 1970; Capão do Sul, cuja
 lei de integração leva o n.º 113 de 22 de junho de 1970; Chapecó,
 cuja lei de integração leva o n.º 49-70 de 18 de junho de 1970;
 Cunha Porã, cuja lei de integração leva o n.º 341 de 20 de junho
 de 1970; Descanso, cuja lei de integração leva o n.º 21-70 de 4
 de junho de 1970; Dionísio Cerqueira, cuja lei de integração
 leva o n.º 684 de 29 de maio de 1970; Faltinal dos Guedes, cuja lei
 de integração leva o n.º 238 de 29 de junho de 1970; Guaraciaba,
 cuja lei de integração leva o n.º 197 de 25 de junho de 1970; Guarujá
 do Sul, cuja lei de integração leva o n.º 255 de 29 de maio de 1970;
 Itapiranga, cuja lei de integração leva o n.º 390 de 24 de junho de
 1970; Modelo, cuja lei de integração leva o n.º 217-70 de 23
 de junho de 1970; Mondai, cuja lei de integração leva o n.º
 676 de 29 de junho de 1970; Nova Erechim, cuja lei de inte-
 gração leva o n.º 126/70 de 17 de junho de 1970; Palma Sola,
 cuja lei de integração leva o n.º 154 de 26 de maio de 1970; Palmi-
 tos, cuja lei de integração leva o n.º 313 de 10 de junho de 1970;
 Pinhalzinho, cuja lei de integração leva o n.º 157 de 1 de julho de
 1970; Quilombo, cuja lei de integração leva o n.º 236 de 19 de
 junho de 1970; Romelândia, cuja lei de integração leva o n.º -
 94-70 de 25 de maio de 1970; São Carlos, cuja lei de integração le-
 va o n.º 399 de 24 de junho de 1970; São Domingos, cuja lei de in-
 tegration leva o n.º 165 de 25 de junho de 1970; São José do Cedro,
 cuja lei de integração leva o n.º 214 de 26 de junho de 1970;
 Município de São Lourenço do Oeste, cuja lei de integração leva o

de 26 de maio de 1970; Saudades, cuja lei de integração leva o n.º 177/70 de 11 de junho de 1970; Itara, cuja lei de integração leva o n.º 20-70 de 21 de junho de 1970; Targelão, cuja lei de integral leva o n.º 95 de 15 de junho de 1970; Lamarã, cuja lei de integração leva o n.º 555-70 de 19 de junho de 1970; Laxim, cuja lei de integração leva o n.º 304/70 de 27 de junho de 1970. Diante da manifestação expressa dos municípios acima enumerados, conforme suas leis, a presidência dos trabalhos declarou legalmente constituída a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste, ocasião em que fez-se ouvir calorosa palavra de palmas. Em continuação aos trabalhos, conforme preceitua o artigo 44.º do estatuto recentemente aprovado, a presidência suspendeu os trabalhos por dez (10) minutos para que os senhores Prefeitos Municipais elegessem os seis (6) componentes da Diretoria Organizacional e os três (3) membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Realizado os trabalhos, os senhores Chefes do Poder Executivo dos municípios participantes, fizeram chegar à Mesa um documento assinado por todos, em que indicaram os seguintes cidadãos para a Diretoria Organizacional: Para Presidente, Plínio Almeida de Mes, brasileiro, viúvo, industrial, residente e domiciliado em Chapecó; para vice-presidente, Dom José Gomes, brasileiro, solteiro, religioso, Bispo da Diocese de Chapecó; para secretário, Venício Tortato, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado em Chapecó e como membros os senhores Helio Wassum, brasileiro, casado, industrial, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Paulo Reschke, brasileiro, casado, funcionário público, Prefeito Municipal de Aguas de Chapecó e Antônio Compermayer, brasileiro, casado, do comércio, Prefeito Municipal de Lamarã. Para compor o Conselho Fiscal, foram indicados pelos senhores Prefeitos Municipais, João Dutra, brasileiro, casado, industrial, Prefeito Municipal de Chapecó; Gilberto Goerck, brasileiro, casado, industrial, Prefeito Municipal de Itapiraanga e José Ebling,

48

3

brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste e Prefeito Municipal deste município. Para suplente do Conselho Fiscal, os senhores, Carlos Spalding de Souza, brasileiro, casado, percutuário da justiça, Prefeito Municipal de São Carlos; Jaime Júlio Will, brasileiro, casado, funcionário público, Prefeito Municipal de São Frei do Rio do Oeste e Darci Testou, brasileiro, casado, do comércio, Prefeito Municipal de Itá. Posto em votação pela presidência, os nomes propostos para os cargos e membros da Diretoria Organizacional, bem como, para o Conselho Fiscal e suplentes, foram os mesmos aprovados por unanimidade. Diante da indicação, votação e aprovação, a presidência declarou-os eleitos e empossados. Para encerrar os trabalhos, a presidência convidou todos os participantes desta assembleia, para se deslocar até o largo da prefeitura, praça Coronel Bento, para se ouvir as orações solenes a este grande acontecimento. Falou inicialmente em nome da juventude os jovens João Afonso Boelter e Jeanete Wurser; em nome de Chapecó, o senhor João Ostri, Prefeito Municipal deste município; em nome da classe dos professores o Sr. João Elvino Haas, Diretor do Ginásio São Francisco; em nome da Assembleia Legislativa, o dr. Elgídio Lucardi, deputado estadual; em nome dos municípios participantes da FUNDESTE, o senhor Helio Wassum, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste; o senhor José Gomes, Bispo Diocesano de Chapecó; o senhor professor Celestino Sachet, em nome da reitoria da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; o senhor Cláudio Arlindo De Nô, Secretário dos Negócios do Oeste, como presidente recentemente eleito para presidência da FUNDESTE e, finalmente, o professor Jaldir Bóvino Faustino da Silva, digníssimo Secretário de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerrou os trabalhos, determinando a mim, Diretor, a lavatura da presente ata.

Chapecó, 04 de julho de 1970

Celestino Sacerot
Plini 4

Rivadavia Schiffer
Elysius Leucade

M.
Iluminacion

Agustina Piccoli
Barbara J. Vogel
Antonio Rocha Lemos Jr.
Antonio Antonio de Melo

* Tiziano José Alciati
Doris
* Luciano de Magalhães
Eugen M. P. Amis

* Georgette Gaminato
Gilberto Gersch

Dina Alina Gama
* Helmut G. Gama
Alcides Pombo
* Flávia Pombo
* Fabrice Gama
* Sérgio A. Alciati

M. J. 11.
* Carlos R. Gama
* Fernando Gama
* Jorge Gama

4

4

En favor
de la
Sociedad
de
Vendedores
de
Bienes
Raíz

~~Justicia~~

Josef Madoz
Manuel

Don
Domingo
Qui le ha
e. de la

Guancha
Principio del clarof: go
Te rante